



ACADEMIA MILITAR

Violência Sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR na sua Prevenção: Caso de Estudo da Zona de Ação do Comando Territorial de Aveiro

Ricardo António Coelho Monteiro
Aspirante de GNR-Infantaria

Orientadora: Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira
Coorientador: Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

Violência Sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR na sua Prevenção: Caso de Estudo da Zona de Ação do Comando Territorial de Aveiro

Ricardo António Coelho Monteiro
Aspirante de GNR-Infantaria

Orientadora: Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira
Coorientador: Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

“Educai as crianças para que não seja necessário punir os homens.”

Pitágoras de Samos

DEDICATÓRIA

Por tudo, aos meus pais e irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, aos meus pais – Cabo da GNR António Joaquim Silva Monteiro e Ana Bela Ferreira Coelho Monteiro – por tudo.

Agradeço à minha irmã, Mestre Ana Soraia Coelho Monteiro, por todo o apoio que me deu não só no culminar desta etapa na minha vida, mas também ao longo dos árduos cinco anos de ensino na Academia Militar. Obrigado.

Agradeço aos meus camaradas do XXIII Curso de Formação de Oficiais da Academia Militar da GNR.

Agradeço em gesto de reconhecimento pelo profissionalismo, dedicação e excelência intelectual ao Tenente-Coronel da GNR Rogério Copeto. Do mesmo jeito agradeço à Doutora Ana Romão que, não só nesta minha etapa final, mas ao longo dos cinco anos que tive a oportunidade de me cruzar com ela, mostrou enorme abnegação do seu tempo e imensurável apreço pelos alunos que representam a instituição da Academia Militar.

Agradeço profundamente às CPCJ de Aveiro que abdicaram do seu precioso e escasso tempo para as entrevistas. Do mesmo jeito, agradeço à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ. Agradeço às SPC de Aveiro da GNR. Agradeço à SSPC da GNR de Aveiro e à RPC da GNR. Nesse ensejo, e sem menosprezar tantos outros que destas instituições se mostraram ativos na realização das entrevistas e no bom espírito de confraternização entre instituições, agradeço a: Alexandre Sousa, Ana Rodrigues, Beatriz Reis, Bruno Fonseca, Catarina Tavares, Clélia Nogueira, Gonçalo Ribeiro, Goreti Mano, Guedes, Hélio Ferreira, Isabel Pinto, Jorge Oliveira, José Saraiva, Lúcia Silva, Luís Baeta, Manuel Madureira, M. Catarina Paiva, M. Elisabeth Valente, Micaela Marques, Nuno Craveiro, Paulo Batista, Paulo Poiars, Pedro Santos, Rui Branco, Sofia Ferreira e Vítor Marques.

RESUMO

“Violência Sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR na sua Prevenção: Caso de Estudo da Zona de Ação do Comando Territorial de Aveiro” é uma investigação realizada no âmbito do mestrado integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança do Curso de Oficiais da Academia Militar da Guarda Nacional Republicana.

Esta laboração pretende perceber o funcionamento da Guarda Nacional Republicana do Comando Territorial de Aveiro na prevenção do fenómeno de violência sobre crianças e jovens. De forma mais específica, este trabalho procura perceber como funcionam as Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do distrito de Aveiro e como estas se articulam com as demais entidades com competências em matéria infantojuvenil que desempenham funções ao nível da prevenção da violência infantil.

Assim, este relatório de investigação é composto por uma introdução ao tema, seguido da Parte I do trabalho – dividida em dois capítulos de enquadramento teórico – que, em conjunto com a Parte II – dividida em dois capítulos que espelham todo o trabalho de campo realizado – e com as “Conclusões e Recomendações” constroem o corpo do texto.

Seguiu-se um método hipotético-dedutivo para este caso de estudo com uma abordagem qualitativa. Nesse ensejo, a metodologia empregue permitiu perceber o fenómeno em causa, o funcionamento do sistema de proteção de crianças e jovens português e retirar ilações resultantes de vinte e uma entrevistas.

Este trabalho veio permitir concluir que a Guarda Nacional Republicana de Aveiro, apesar das dificuldades logísticas e, principalmente, de recursos humanos que se sente, consegue realizar de forma exímia o seu papel de prevenção do fenómeno de violência infantil; conjuntamente com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens deste distrito que têm também elas um papel preponderante no sistema de proteção de crianças e jovens português.

Palavras-Chave: Guarda Nacional Republicana; prevenção; violência sobre crianças e jovens; Aveiro; Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário.

ABSTRACT

“Violence Against Children and Adolescents and The Role of GNR in its Prevention: Case Study of The Action Zone of The Territorial Command of Aveiro” is an investigation carried out within the scope of the integrated master degree in Military Sciences in the specialty of Security of the *Curso de Oficiais da Academia Militar* of the *Guarda Nacional Republicana*.

This paperwork intends to understand the functioning of the Territorial Command of Aveiro of *Guarda Nacional Republicana* in the prevention of the phenomenon of violence against children and adolescents. More specifically, this paper seeks to understand how the *Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário* of Aveiro district work and how these units are articulated with other entities with responsibility in matters of childhood and adolescence that play a role in the prevention of child and adolescent violence.

Therefore, this research report consists of an introduction to the topic, followed by Part I of the work – divided into two theoretical reference chapters – that, together with Part II – divided into two chapters that mirror all the fieldwork – and with the conclusions and recommendations, build the body of the paperwork.

It was followed a hypothetical-deductive method for this case study with a qualitative approach. Hereupon, the employed methodology allowed us to perceive the phenomenon in question, the functioning of the Portuguese children and adolescent’s protection system and to extract the results from twenty-one interviews.

This paperwork allowed to conclude that Aveiro’s *Guarda Nacional Republicana*, in spite of the logistical and human resources difficulties, manages to perform very well its role of prevention of the phenomenon of the infantile violence; together with the *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* of Aveiro district who also play a leading role in the Portuguese children and adolescent’s protection system.

Keywords: Guarda Nacional Republicana; prevention; violence against children and adolescents; Aveiro; Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
PALAVRAS-CHAVE.....	vi
ABSTRACT.....	vii
KEYWORDS.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS.....	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
CAPÍTULO 1 – A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA.....	5
1.1. A Criança – Conceptualização do Termo.....	5
1.2. Violência Infantil em Portugal.....	6
1.2.1. Tipos de Violência.....	6
1.2.2. Criminogénese e Causas.....	9
1.2.3. Consequências e Impacto nas Vítimas.....	11
1.2.4. Características dos Agressores e das Vítimas.....	12
1.2.5. Incidência da Violência Infantil.....	15
CAPÍTULO 2 – COMBATE À VIOLÊNCIA SOBRE CRIANÇAS E JOVENS.....	16
2.1. Evolução do Combate à Violência Infantil.....	16
2.1.1. Combate à Violência Infantil no Mundo.....	16
2.1.2. Combate à Violência Infantil em Portugal.....	18
2.1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.....	19
2.2. A GNR no Combate à Violência Infantil.....	20
2.2.1. Missão da GNR.....	20
2.2.2. Policiamento Comunitário e as Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da GNR.....	20
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	23

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, MÉTODO E MATERIAIS.....	23
3.1. Metodologia.....	23
3.2. Métodos e Abordagem.....	23
3.3. Local, Caracterização da Amostra e Técnicas de Recolha de Dados	24
3.4. Ferramentas.....	25
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	26
4.1. Metodologia de Análise das Entrevistas.....	26
4.2. Resultados da Entrevista à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ.....	27
4.3. Resultados das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro.....	28
4.4. Resultados da Entrevista ao Chefe da RPC da GNR.....	36
4.5. Resultados da Entrevista ao Chefe da SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro.....	37
4.6. Resultados das Entrevistas às SPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro.....	38
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
APÊNDICES.....	I
Apêndice A – Organograma Representativo do Enquadramento das SPC na GNR.....	II
Apêndice B – Mapa do Distrito de Aveiro.....	III
Apêndice C – Mapa da Zona de Ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro, da Zona de Ação da PSP e das SPC e SSPC da GNR de Aveiro.....	IV
Apêndice D – Entidades Entrevistadas.....	V
Apêndice E – Mapa da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e das CPCJ do Distrito de Aveiro.....	VII
Apêndice F – Carta de Apresentação à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ a às CPCJ do Distrito de Aveiro.....	VIII
Apêndice G – Resultado da Entrevista à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ.....	IX
Apêndice H – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro.....	XIII
Apêndice I – Resultado da Entrevista à RPC da GNR.....	XXIII
Apêndice J – Resultado da Entrevista à SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro.....	XXIX
Apêndice K – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro.....	XXXIV

ANEXOS.....	XLIII
Anexo A – Pirâmide do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens Português.....	XLIV
Anexo B – Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo de Entrevista.....	XLV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Sexo das Vítimas de Violência Infantil em Portugal (2013-2016).....	13
Figura 2. Idade das Vítimas de Violência Infantil em Portugal (2013-2016).....	13
Figura 3. Idade (apenas conhecidas) dos Ofensores de Violência Infantil em Portugal (2013-2016).....	14
Figura 4. Tipos de Situação de Violência Infantil em Portugal (2013-2016)	15
Figura 5. Organograma Representativo do Enquadramento das SPC na GNR.....	II
Figura 6. Mapa do Distrito de Aveiro.....	III
Figura 7. Mapa da Zona de Ação da GNR e da PSP no Distrito de Aveiro com Localização da SSPC e das SPC de Aveiro.....	IV
Figura 8. Mapa da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e das CPCJ do Distrito de Aveiro.....	VII
Figura 9. Pirâmide do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens.....	XLIV
Figura 10. Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo de Entrevista.....	XLV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Apresentação de Resultados à Questão 1 da Entrevista às CPCJ.....	28
Quadro 2. Apresentação de Resultados à Questão 2 da Entrevista às CPCJ.....	29
Quadro 3. Apresentação de Resultados à Questão 3 da Entrevista às CPCJ.....	29
Quadro 4. Apresentação de Resultados à Questão 4 da Entrevista às CPCJ.....	30
Quadro 5. Apresentação de Resultados à Questão 5 da Entrevista às CPCJ.....	30
Quadro 6. Apresentação de Resultados à Questão 6 da Entrevista às CPCJ.....	31
Quadro 7. Apresentação de Resultados à Questão 7 da Entrevista às CPCJ.....	31
Quadro 8. Apresentação de Resultados à Questão 8 da Entrevista às CPCJ.....	32
Quadro 9. Apresentação de Resultados à Questão 9 da Entrevista às CPCJ.....	32
Quadro 10. Apresentação de Resultados à Questão 10 da Entrevista às CPCJ.....	33
Quadro 11. Apresentação de Resultados à Questão 11 da Entrevista às CPCJ.....	33
Quadro 12. Apresentação de Resultados à Questão 12 da Entrevista às CPCJ.....	34
Quadro 13. Apresentação de Resultados à Questão 13 da Entrevista às CPCJ.....	35
Quadro 14. Apresentação de Resultados à Questão 14 da Entrevista às CPCJ.....	35
Quadro 15. Apresentação de Resultados à Questão 1 da Entrevista às SPC.....	38
Quadro 16. Apresentação de Resultados à Questão 2 da Entrevista às SPC.....	39
Quadro 17. Apresentação de Resultados à Questão 3 da Entrevista às SPC.....	39
Quadro 18. Apresentação de Resultados à Questão 4 da Entrevista às SPC.....	40
Quadro 19. Apresentação de Resultados à Questão 5 da Entrevista às SPC.....	40
Quadro 20. Apresentação de Resultados à Questão 6 da Entrevista às SPC.....	40
Quadro 21. Apresentação de Resultados à Questão 7 da Entrevista às SPC.....	41
Quadro 22. Apresentação de Resultados à Questão 8 da Entrevista às SPC.....	41
Quadro 23. Apresentação de Resultados à Questão 9 da Entrevista às SPC.....	42
Quadro 24. Apresentação de Resultados à Questão 10 da Entrevista às SPC.....	42
Quadro 25. Apresentação de Resultados à Questão 11 da Entrevista às SPC.....	43
Quadro 26. Apresentação de Resultados à Questão 12 da Entrevista às SPC.....	43
Quadro 27. Apresentação de Resultados à Questão 13 da Entrevista às SPC.....	44
Quadro 28. Apresentação de Resultados à Questão 14 da Entrevista às SPC.....	44
Quadro 29. Apresentação de Resultados à Questão 15 da Entrevista às SPC.....	45
Quadro 30. Apresentação de Resultados à Questão 16 da Entrevista às SPC.....	45

Quadro 31. Apresentação de Resultados à Questão 17 da Entrevista às SPC.....	46
Quadro 32. Apresentação de Resultados à Questão 18 da Entrevista às SPC.....	47
Quadro 33. Apresentação de Resultados à Questão 19 da Entrevista às SPC.....	48
Quadro 34. Apresentação de Resultados à Questão 20 da Entrevista às SPC.....	48
Quadro 35. Apresentação de Resultados à Questão 21 da Entrevista às SPC.....	49
Quadro 36. Apresentação de Resultados à Questão 22 da Entrevista às SPC.....	50
Quadro 37. Entrevistado da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ.....	V
Quadro 38. Entrevistados das CPCJ do Distrito de Aveiro.....	V
Quadro 39. Entrevistado da RPC da GNR.....	V
Quadro 40. Entrevistado da SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro.....	VI
Quadro 41. Entrevistados das SPC da GNR do Distrito de Aveiro.....	VI
Quadro 42. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro.....	XIII
Quadro 43. Resultados das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro.....	XVI
Quadro 44. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro.....	XXXIV
Quadro 45. Resultados das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro.....	XXXVIII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices:

Apêndice A – Organograma Representativo do Enquadramento das SPC na GNR

Apêndice B – Mapa do Distrito de Aveiro

Apêndice C – Mapa da Zona de Ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro, da Zona de Ação da PSP e das SPC e SSPC da GNR de Aveiro

Apêndice D – Entidades Entrevistadas

Apêndice E – Mapa da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e das CPCJ do Distrito de Aveiro

Apêndice F – Carta de Apresentação à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e às CPCJ do Distrito de Aveiro

Apêndice G – Resultado da Entrevista à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

Apêndice H – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro

Apêndice I – Resultado da Entrevista à RPC da GNR

Apêndice J – Resultado da Entrevista à SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro

Apêndice K – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro

Anexos:

Anexo A – Pirâmide do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens Português

Anexo B – Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo de Entrevista

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A. C.	—	Antes de Cristo
APAV	—	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Art.º	—	Artigo
Arts.º	—	Artigos
CNPDPJ	—	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens
CPCJ	—	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
DEO	—	Divisão de Emprego Operacional
GNR	—	Guarda Nacional Republicana
IPSS	—	Instituição Particular de Solidariedade Social
N.º	—	Número
NEP	—	Norma de Execução Permanente
ONU	—	Organização das Nações Unidas
RPC	—	Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
RPE	—	Repartição de Programas Especiais
SOTRP	—	Secção de Operações, Treino e Relações Públicas
SPC	—	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
SPCC	—	Sociedade Protetora das Crianças
SSPC	—	Subsecção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
UEn	—	Unidade de Enumeração
UNICEF	—	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UR	—	Unidade de Registo

INTRODUÇÃO

“Violência Sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR na sua Prevenção: Caso de Estudo da Zona de Ação do Comando Territorial de Aveiro” é uma dissertação elaborada pelo Aspirante de GNR-Infantaria Ricardo António Coelho Monteiro no âmbito do seu mestrado integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Esta cingir-se-á ao fenómeno da prevenção da violência infantil realizado pela Guarda Nacional Republicana (GNR), a solo ou em parceria, e focar-se-á na zona de ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro de forma a limitar geograficamente: pela presunção de alta quantidade de criminalidade sobre crianças e jovens que se faz sentir na área de competências da GNR na região; pela disparidade social que se encontra na região – áreas muito urbanas e outras muito rurais – nas quais a GNR tem influência e que enriquece o trabalho e ainda; pela afinidade do autor com a região.

A investigação dividir-se-á em duas grandes partes após esta introdução: o enquadramento teórico, que representa a “Parte I” e; a parte prática, que representa a “Parte II”. Cada parte terá dois capítulos. O capítulo primeiro será intitulado “A Crianças e a Violência” e o segundo capítulo “Combate à Violência Sobre Crianças e Jovens”; ambos os capítulos irão pertencer à primeira parte do trabalho. A segunda parte do trabalho englobará os outros dois capítulos que se intitularão, respetivamente, “Metodologia, Métodos e Materiais” e “Apresentação e Discussão dos Resultados”.

Após os quatro capítulos, serão retiradas conclusões e as mesmas serão espelhadas no trabalho. Posteriormente serão feitas recomendações para investigações futuras, apresentadas as referências bibliográficas onde se espelha o contributo dos diferentes autores para esta investigação e apresentados, de forma organizada e respetivamente, os apêndices e os anexos que complementam esta investigação científica.

Torna-se importante perceber que, como qualquer investigação, esta terá como intenção “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta”, neste caso, do fenómeno da violência sobre crianças e jovens, e “tornar mais visíveis os fundamentos das suas representações” ao nível da instituição que é a GNR na vertente preventiva do fenómeno em causa (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.19).

Este trabalho, não só pelo tema, mas pela abordagem e pelos documentos legais e normativos recentes que abarca, acaba por ser inovador e procura, acima de tudo, perceber

de que modo a atuação policial de proximidade e, principalmente, comunitária ocorre na zona de ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro e se esta tem sido eficaz no apoio ao combate à violência infantil e ainda contribuir para a clarificação da nova NEP 3.58 introduzida em dezembro do ano transato e que entrou em vigor no início de 2018 – perceber a pertinência deste novo documento interno.

Deste modo, não só permite esta laboração desenhar um retrato daquilo que é a violência infantil atualmente, como perceber o modo como este fenómeno afeta a região de Aveiro na qual a GNR assume responsabilidade; perceber como se encontra organizada a GNR no âmbito do policiamento comunitário e de prevenção criminal desde o início deste ano; perceber que influência a GNR tem sobre as crianças e jovens e como estes últimos veem a GNR e a sua atuação na região de Aveiro; compreender as relações parceiras da GNR, focalizando os esforços para aquela ou aquelas que são as mais relevantes nesta temática, e ainda; de forma ambiciosa, poder-se-á retirar ilações acerca de novas formas de empenhamento das forças de policiamento de proximidade e comunitário que a GNR distribui pelo dispositivo e pelo território nacional no âmbito da prevenção criminal.

Em Portugal, a par da GNR que tem como missão “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” segundo o art.º 1.º, n.º 2, da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e, portanto, tem o dever de agir de forma preventiva e repressiva deste fenómeno, existem outras instituições e agentes de relevo que contribuem de forma autónoma ou em parceria para a prossecução do combate à violência infantil. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2016a) elenca algumas dessas entidades de primeira linha:

- (Outras) Forças de Segurança;
- Serviços de Segurança;
- Organizações governamentais (Autarquias, Câmaras Municipais, Ministérios, Direcção-Geral de Saúde, entre outras);
- Organizações não governamentais (APAV, Banco Alimentar, Amnistia Internacional, entre outras);
- Empresas privadas;
- Todos os cidadãos (pois segundo o art.º 5.º, n.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 28 de agosto, com as devidas alterações – Lei de Segurança Interna – há uma alusão ao dever de cumprir a lei e de colaboração com os agentes de forças e de serviços de segurança de modo a garantir a segurança interna).

Destarte, dada a multiplicidade de entidades presentes no combate ao fenómeno da violência infantil e dada a elevada complexidade do fenómeno em si, não é possível apurar nesta investigação tudo o que vem sendo feito neste âmbito. Contudo, possível é perceber se a GNR está a fazer tudo aquilo que, ao seu nível de competências, pode efetivamente executar, seja de forma individual seja em parceria, num contexto geográfico restrito, que como já se referiu será a área do Comando Territorial da GNR de Aveiro. Além destas relações paralelas, é importante perceber com que entidades, ainda no âmbito da prevenção, a GNR pode estabelecer relações que no quadro do sistema de proteção de crianças e jovens não se encontrem no mesmo nível de atuação; como se podem materializar estas relações e se a GNR está a fazer tudo aquilo que é possível para manter a qualidade das mesmas.

Reforçando aquilo que se considera eficiente no combate à violência infantil atualmente em vigor no serviço da GNR e elencando falhas que a instituição apresente neste âmbito, este estudo garante que a GNR, se alguma vez sujeita ao escrutínio público nesta temática, possa garantir que foram avaliados todos os pressupostos e está a realizar todas as diligências que lhe é possível e a agir de forma exemplar para com os cidadãos e em conformidade com o sistema nacional de proteção de crianças e jovens.

Destarte, a pergunta de partida para esta investigação torna-se a seguinte: «A GNR de Aveiro é capaz de realizar uma boa atuação no que diz respeito à prevenção da violência sobre crianças e jovens?».

Para responder a esta pergunta torna-se fulcral escutiná-la e, para isso, perguntas derivadas são criadas. São perguntas derivadas desta investigação:

— PD1: Que intervenientes fazem parte do fenómeno da violência infantil e como se caracterizam?

— PD2: De que forma se expressa a violência sobre crianças e jovens?

— PD3: Que intervenientes fazem parte na prevenção ao fenómeno de violência infantil e como funcionam e se relacionam entre si?

— PD4: Quais as competências da GNR no que concerne à prevenção à violência infantil na região de Aveiro e como isto se relaciona com a nova NEP 3.58 de dezembro de 2017?

— PD5: A GNR de Aveiro, a solo ou em parceria, está preparada para cumprir a sua missão no âmbito da prevenção eficaz do fenómeno da violência infantil?

— PD6: Que medidas se poderiam implementar que visem uma melhor atuação da GNR, ao nível das suas competências, na prevenção da violência infantil?

Posto isto e de forma a catapultar este trabalho para o seu enquadramento teórico, é necessário partir de hipóteses de resposta a estas questões. Assim, são hipóteses de respostas às perguntas derivadas acima elencadas, respetivamente:

— H1: Pressupõe-se que o fenómeno de violência sobre crianças e jovens tenha dois intervenientes, o agressor e a vítima. O agressor presume-se que seja alguém mais corpulento e mais velho que a vítima.

— H2: A ideia que se cria é a de que o *bullying* é sem dúvida a forma de violência mais comum nas crianças. Aliado a esta forma de violência, está o *bullying* por intermédio das novas tecnologias, como a *internet* – o *ciberbullying*.

— H3: As escolas, as forças de seguranças e todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social que atuem em matéria de crianças e jovens têm competências preventivas no fenómeno de violência infantil.

— H4: A GNR, na vertente preventiva deste fenómeno, tem obrigações ao nível de ações de sensibilização que a NEP 3.58 alega terem de ser uniformizadas com a vontade da RPC da GNR em Lisboa. Assim, as ações de sensibilização da GNR devem passar pela uniformização nacional antes de chegar a Aveiro e posteriormente ser partilhada juntos das crianças e jovens aveirenses.

— H5: A GNR e os seus militares deverão estar preparados para cumprir a missão.

— H6: Partindo do pressuposto que a GNR está apta a cumprir as suas ações de sensibilização de forma exímia, não há medidas relevantes a implementar que visem alterações para melhor no funcionamento da GNR ao nível da prevenção criminal deste fenómeno.

Todo o trabalho encontra-se de acordo com as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da Academia Militar espelhadas na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª e aprovadas pelo Exmo. Comandante da Academia Militar a 20 de janeiro de 2016.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA

1.1. A Criança – Conceptualização do Termo

A criança é definida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (1990) na Convenção sobre os Direitos da Criança como “todo o ser humano com menos de dezoito anos”; e a legislação portuguesa, na sua Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, para efeitos de aplicação desse mesmo diploma legal, define a criança ou jovem, no art.º 5.º, alínea a), como “a pessoa com menos de dezoito anos ou a pessoa com menos de vinte e um anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os dezoito anos”¹. Ainda no ensejo da definição que a Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro, com as devidas alterações, apresenta de criança e jovem, pode-se considerar enquadrada nesta situação pessoas com idades inferiores a vinte e cinco anos aquando da realização de “processos educativos ou de formação profissional”. Ainda que complexa esta definição, o Código de Processo Penal português acaba por conceptualizar de forma sucinta e genérica quem, sendo vítima, é considerada criança e jovem no seu art.º 67.º-A, n.º 1, alínea b) – “pessoa singular com idade inferior a dezoito anos” – tal como a UNICEF caracteriza.

O termo «menor» começa a deixar de ser usado em substituição pelo termo «crianças e jovens»; isto porque “o termo possui uma carga pejorativa na medida em que se contrapõe ao paradigma dos direitos”. Ou seja, o termo «menor» revela uma vertente discriminatória dos indivíduos “sob tutela da família ou outros responsáveis” que gozam dos seus direitos enquanto cidadãos, face àqueles indivíduos juridicamente maiores de idade e que gozam, ainda assim, desses mesmos direitos (ANDI - Comunicação e Direitos, 2017). Por isso mesmo, a investigação irá utilizar o termo «crianças e jovens» em detrimento do termo «menores».

¹ Esta definição permite que um sujeito com mais de dezoito anos possa ser tratado, para efeito penais, como uma criança/jovem até ao limite dos seus vinte e um anos.

1.2. Violência Infantil em Portugal

1.2.1. Tipos de Violência

Violência infantil representa uma forma de colocar a criança ou jovem em perigo tendo por base o seu conceito espelhado no art.º 3.º, n.º 1, da Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro, com as devidas alterações, onde se clarificam as nuances a existir para se considerar que determinada vítima infantil está em perigo. Assim sendo, a vítima infantil está em perigo quando “os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”. Ainda dentro deste conceito de criança ou jovem em situação de perigo, torna-se pertinente recolher quais os tipos de situações se enquadram na delimitação da investigação em causa. Pela análise do n.º 2 do art.º 3.º do diploma legal referido, assumem-se como tipos de violência infantil à luz do Direito português: o abandono (alínea a)) ; os maus tratos físicos (alínea b)); os maus tratos psíquicos (alínea b)); os abusos sexuais² (alínea b)); a falta de cuidados adequados à idade ou situação pessoal (alínea c)); a não exercitação por parte dos pais dos seus deveres parentais (alínea d)); o excesso de trabalho (alínea e)); a exposição a comportamentos que afetem a sua segurança e equilíbrio emocional (alínea f)) e ainda; a exposição a comportamentos prejudiciais à sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimentos, sem que quem tenha tutela sobre si, se oponha de modo a remover a situação (alínea g)).

Ainda assim, e apesar destes tipos de violência elencados se desdobrarem em todos os tipos de violências sobre crianças e jovens que podem ser exercidas, torna-se também importante esmiuçar, identificar e definir diferentes situações de violência exercida que podem assumir esses carizes apresentados e sejam complemento teórico a este trabalho por parte de outros autores.

Estas situações podem inclusive acabar por se fundir umas nas outras, dado que poderão estar intimamente ligadas ou podem até mesmo representar a mesma situação, mas em contextos de interpretação diferentes, seja pela peculiaridade da situação seja pelo desacordo entre os autores destas temáticas. Isto é, uma situação de excesso de trabalho pode

² Especialmente consagrados no Capítulo V do Título I da Parte Especial do Código Penal Português.

corresponder à exposição a comportamentos que afetem a sua segurança ou equilíbrio emocional em simultâneo, por exemplo. Por isso mesmo e pela complexidade que o estudo assume, torna-se fulcral estabelecer uma categorização no âmbito destes tipos de violência de forma a uniformizar conceitos, evitando lacunas de interpretação do contributo dos vários autores para esta temática. Para efeitos dessa uniformidade, serão tidos em conta os seguintes tipos genéricos de violência infantil que se retiram da legislação portuguesa – nomeadamente o Código Penal português, que condena os atos de violência sobre estes agentes – em consonância com a tipificação que a APAV (2017) proporciona. Assim, como violência exercida sobre as crianças e jovens, temos:

- Crimes Contra as Pessoas:
 - Crimes Contra a Vida e a Integridade Física (ofensa à integridade física simples, negligência, principalmente);
 - Crimes Contra a Liberdade Pessoal (ameaça, coação e sequestro, principalmente);
 - Crimes Sexuais (abuso sexual de crianças com menos de 14 anos, importunação sexual, pornografia infantil e violação, principalmente);
 - Crimes Contra a Honra (difamação e devassa da vida privada, principalmente)
- Violência Doméstica;
- Crimes Contra a Vida em Sociedade;
- Crimes Rodoviários;
- Crimes Contra o Património;
- Contraordenações;
- Outros crimes e formas de violência (*bullying*, *stalking*, principalmente).

Baseado no relatório estatístico da APAV (2017) relativo às crianças e jovens vítimas de crime e de violência, consegue-se perceber que as situações específicas de violência infantil que mais vítimas criam são: a violência doméstica (65,8%); os crimes contra as pessoas (27,5%), nomeadamente ofensas à integridade física simples e abuso sexual; e outros crimes e formas de violência (5,7%), nomeadamente o *bullying*.

A «violência doméstica» pode ser definida com suporte da legislação portuguesa, no n.º 1 do art.º 152.º do Código Penal que alude ao ato de praticar “maus tratos físicos ou psíquicos (...) ao cônjuge ou ex-cônjuge, a pessoa com quem o agente mantenha ou tenha mantido relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges (...), a progenitor de

descendente em 1.º grau, ou a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”. Retira-se, portanto, que o fenómeno da violência doméstica não se cinge exclusivamente às crianças e jovens, mas é a essa perspetiva que a investigação se abraçará.

«Ofensa à integridade física simples» vem conceptualizada no art.º 143.º do Código Penal português como a injúria ao “corpo ou saúde de outra pessoa”.

O «abuso sexual a criança» é descrita no Código Penal no seu art.º 171.º como a prática de ato sexual de relevo com menor de 14 (quatorze) anos. Aliado a este crime estão muitos outros crimes e conceitos de relevo. O conceito de «predador online», por exemplo que, com a globalização e evolução da tecnologia, afeta as crianças e jovens nos dias de hoje. Estes ofensores, através da *internet* conseguem, hoje, entrar “nos quartos das nossas crianças, de uma forma que dantes era impensável”. São sujeitos que “utilizam as redes sociais para assediarem as crianças” independentemente do sexo das mesmas e têm “sempre o objetivo de as abusar sexualmente” (Copeto, 2015).

Outro conceito relevante para a matéria em estudo, neste âmbito de ofensa sexual, é o de «pedofilia». A legislação, apesar de punir as atitudes adjacentes a este subtipo de violência, não o define por este ser um conceito da área da Psiquiatria. De acordo com a APAV (2002, pp. 20-21) pode dizer-se que este implica uma “perturbação mental no indivíduo” que obedece aos critérios da “presença de fantasias imaginárias sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou de outros comportamentos, de forma repetitiva e intensa, durante um período de pelo menos seis meses, implicando uma atividade sexual com uma criança; as fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos estão na origem de um sofrimento clínico significativo ou de uma alteração do funcionamento social, profissional ou de outros domínios importantes; o indivíduo é sempre maior de dezasseis anos e tem pelo menos mais cinco anos que a criança implicada”.

O conceito de «*bullying*», por sua vez, não se encontra definido especificamente na legislação portuguesa, ainda que criminalizado. Contudo, a APAV (2015) define-o como “uma forma de agressão entre pares que assume um padrão continuado, ocorrendo de forma regular e sistemática ao longo do tempo; pressupõe a existência de um desequilíbrio de poder entre vítima e agressor/a que coloca a vítima numa posição de maior fragilidade e vulnerabilidade; tem como objetivo causar mal-estar e sofrimento, humilhar e controlar a vítima”. Note-se ainda que o fenómeno do *bullying* não se limita às crianças e jovens, apesar de ser a estas que o fenómeno afeta em cerca de “76,7%” das vítimas dele (APAV, 2016, p. 12); a investigação focar-se-á apenas às vítimas infantis desta situação de violência. Como

já vimos, a globalização e a evolução trouxe novas formas de criminalidade e uma delas é a resultante da amálgama criada entre o *bullying* e a tecnologia: o *cyberbullying*. O termo «*cyberbullying*» diz respeito ao *bullying* – como já descrito – sobre alguém “por intermédio de novas tecnologias eletrónicas, principalmente telemóveis e *internet*” (Smith, Steffgen & Sittichai, 2013, p. 22). Assim, este conceito pode ir desde o simples texto provocador numa rede social à publicação de imagens e de vídeos ofensivos que perturbem a vítima nos mesmos moldes que o vulgar *bullying*.

1.2.2. Criminogénese e Causas

Certamente quando se fala de violência infantil, alude-se a uma expressão recente. Contudo, este não é de todo um acontecimento recente, apenas a sua criminalização o é, pelo menos em Portugal³. A violência infantojuvenil é algo que remete para os tempos mais remotos da civilização que conhecemos e que, ainda hoje, é aceite em muitos países.

Tendo isto em mente, é ainda assim na Idade Média e Moderna com o desenvolvimento industrial e consequentemente o desenvolvimento social e económico que se pôde começar a perceber as verdadeiras razões que foram contribuindo para a existência de violência sobre crianças e jovens nos moldes que ainda hoje se apresenta em Portugal e que só mais tarde se viria a perceber isso com estudos nesse âmbito: motivos no âmbito da “história, a cultura e os fatores sociais” (Felizardo, Ribeiro, Santos & Gradim, 2011). De facto, é nestas épocas que, respetivamente, as crianças tinham uma educação a cargo das entidades religiosas e as mesmas sofriam punições físicas – espancamentos com chicotes, paus e ferros – ou, com a revolução industrial, sofriam cargas horárias de trabalho em excesso. Acreditava-se assim que a criança, por intermédio da punição física pudesse ser moldada aos desejos dos adultos.

Uma visão diferente da criança surge com John Locke no século XVII em que a esta deve ser educada, mas deve encarar a educação como “um divertimento, um verdadeiro prazer” e não como uma punição (Monteiro, Ribeiro, Lemes & Muzzeti, 2011, p. 183). É Jean-Jacques Rousseau quem vem reforçar esta ideia de Locke abrindo caminho à possibilidade da criança se desenvolver sem violência (Streck, 2013).

³ Muitos países ainda aceitam a violência infantil jurisprudencialmente.

Ainda assim, é só com o século XIX e XX que a criança começa a receber cuidados especiais, pelo menos na Europa. Surge o primeiro grande estudo em 1860 contra a violência infantil o tema ganha enormes proporções desde então (Felizardo et al. 2011).

Este fenómeno da violência sobre crianças e jovens percebe-se então que, em Portugal e no mundo, tem raízes em aspetos da índole religiosa, cultural, social, industrial, mas, mais concretamente nos dias de hoje, a causa desta atividade reside numa panóplia de razões que afetam todas as camadas sociais. Isto é, nos dias de hoje o fenómeno da violência infantil pode afetar todos “independentemente da situação socioeconómica, raça, religião, ou do nível intelectual” (Felizardo et al. 2011, p. 48). Assim sendo, e apesar de ser possível estabelecer um roteiro histórico que enquadra a violência infantil desde os primórdios do tema até à Idade Contemporânea, impossível é caracterizar de forma específica as causas que estão no seio da violência infantil em Portugal, seja pela complexidade da definição de uma causa, seja pela ocultação da causa pelos ofensores, vítimas e outros envolvidos por razões de “vergonha e (...) medo” (Perozzi, 2007). Contudo, é importante procurar saber que causas poderão ser essas que se escondem da estatística.

Nesse ensejo, e ainda que impossível de enquadrar os ofensores portugueses neste âmbito, Gore e Eckenrode foram pioneiros na temática e estabeleceram três grandes grupos justificativos da ação de violência sobre crianças e jovens que Haggerty, Sherrod, Garnezy e Rutter (1996) sintetizaram:

- A análise da relação entre os indicadores de saúde mental parental e do estatuto socioeconómico da família e o desenvolvimento e saúde mental da criança (por exemplo: a psicopatia do ofensor, a esquizofrenia do ofensor ou da criança/jovem, os recursos socioeconómicos, a precariedade);

- A análise epidemiológica sobre as ligações entre a ocorrência repetida de acontecimentos de vida críticos – acontecimentos de vida cumulativos – e o desenvolvimento e a saúde mental da criança (por exemplo: os níveis de desenvolvimento económico, o bem-estar físico e social); e ainda

- A análise da relação do desenvolvimento e a saúde mental da criança com a ocorrência de acontecimentos de vida críticos isolados (por exemplo: o divórcio, o desemprego, doenças familiares).

1.2.3. Consequências e Impacto nas Vítimas

De forma a garantir uma boa atuação policial é importante perceber que consequências advêm para as vítimas da prática de atividades de cariz violento sobre crianças e jovens, quanto mais não seja como meio de motivação para o combate a esta realidade. Estas consequências são enormes, já que “os jovens têm mais tendência a desenvolver doenças mentais, dores de cabeça, indisposições, angústia emocional e depressões” e, dada esta vulnerabilidade, são vítimas mais “propensas ao consumo de álcool ou drogas” e outros tipos de riscos como intenções suicidas (Guerreiro et al. 2015, p. 17).

Assim, Day et al. (2003) num relatório acabam por estabelecer um quadro que sintetiza os quatro grandes grupos de “manifestações” nas crianças e jovens que podem vir a resultar da violência que sobre estas é exercida:

- Manifestações psicológicas:
 - Danos imediatos (por exemplo: pesadelos, ansiedade, raiva, culpa, vergonha, isolamento social);
 - Danos tardios (por exemplo: pensamentos invasivos, ideias suicidas, fobias agudas, medo, depressão, raiva, hostilidade, culpa);
- Manifestações de violência física (por exemplo: vermelhidão no corpo, equimoses, hematomas, queimaduras, marcas de objetos, lesões cerebrais, morte);
- Manifestações de negligência (por exemplo: desnutrição, falta de cuidados de saúde, abandono de criança/jovem)
- Manifestações de violência sexual
 - Curto prazo (por exemplo: excesso de masturbação, distúrbios de aprendizagem, distúrbios de alimentação, banhos frequentes, sintomas psicóticos, transtorno obsessivo-compulsivo, depressão, vergonha);
 - Longo prazo (por exemplo: abuso de álcool, consumo de drogas, promiscuidade, disfunções sexuais, medo de cópula, sexualização ou abuso dos filhos, baixa autoestima, sentimento de culpa e vergonha).

Em Portugal, exemplos há de situações de violência infantil que vieram a comprometer a sanidade das crianças e jovens. A UNICEF (2018) referencia um fenómeno de ofensa à integridade física grave⁴ que flagela crianças do sexo feminino em Portugal –

⁴ Crime consagrado no art.º 144.º do Código Penal português. Relativamente à Mutilação Genital Feminina, este fenómeno específico de ofensa à integridade física grave foi particularmente tratado e aditado ao Código Penal no seu art.º 144.º-A, podendo ir numa penalização para o ofensor em até dez anos de prisão.

mutilação genital feminina⁵. Segundo este Fundo das Nações Unidas, as consequências que advêm deste tipo de comportamento são “infecções, doenças, complicações no parto e até mesmo a morte”; é “uma prática cruel que inflige danos emocionais para toda a vida” – ou seja, resulta, principalmente, em manifestações de violência sexual a curto e, mais grave, a longo prazo. Detetaram-se “oitenta casos” deste fenómeno em Portugal desde o início do ano de 2016 ao início do ano de 2017, dos quais, maioritariamente, estamos perante violência sobre crianças e jovens (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2017, p. 23-24).

De forma não tão invasiva, quando se fala da violência infantil em escolas cria-se desde logo a ideia de a uma situação de ofensas entre pares – *bullying* – contudo, numa procura por situações concretas portuguesas, exemplos há também de professores, ou educadores, ou auxiliares que contribuem para este fenómeno (Diário de Notícias/Lusa, 2018). Este tipo de maus tratos que no espaço da educação acontecem, vêm a revelar manifestações de violência física e psicológicas que se vão repercutir na vida das crianças e jovens vítimas e, futuramente, afetar de forma negativa a sociedade adulta portuguesa.

Paulo Poiares (2017), Tenente-Coronel da GNR, refere ainda que em Portugal há casos de violência sobre crianças e jovens como forma de “replicar jogos com vídeos colocados na *internet*” – fenómeno que ocorre, principalmente, entre pares – ou até mesmo desafios de índole criminal⁶ que colocam em risco as crianças e jovens vítimas.

1.2.4. Características dos Agressores e das Vítimas

No que concerne a este tema da violência infantil, a APAV é a associação portuguesa que melhores resultados, especialmente de estudos estatísticos, consegue proporcionar⁷. Deste modo, é a essa associação que esta laboração vai recolher uma grande parte do seu enquadramento teórico, sobretudo relativamente à caracterização dos agressores e vítimas. Outra entidade pertinente é a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ), cuja missão esta investigação alude mais à frente.

⁵ A Mutilação Genital Feminina representa uma “prática atentatória dos direitos das mulheres e das crianças do sexo feminino abarcando vários tipos de lesões de carácter permanente nos órgãos genitais”. Dizem respeito, geralmente, à “amputação de órgãos saudáveis como é o caso do clitóris e, com frequência, também dos pequenos e grandes lábios” (Martingo, 2009, p. 28).

⁶ É exemplo o desafio da «Baleia Azul» – um jogo sádico disseminado internacionalmente oriundo da Rússia, introduzido em Portugal em 2017, composto por “cinquenta desafios” enviados pela *internet* por determinado criminoso a uma vítima que vão desde “a tarefa mais simples como desenhar uma baleia azul numa folha de papel” ao “corte de lábios ou furar a mão”; o objetivo final é o suicídio da vítima (O Jornal Económico, 2017).

⁷ A APAV é uma associação particular portuguesa que apresenta inúmeras distinções no âmbito das suas atividades. Entre as quais destaca-se a de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, em 2015, e o Prémio Direitos Humanos da Assembleia da República, em 2002 (APAV, 2018a).

Assim, o relatório estatístico mais recente da APAV (2017) relativamente a Crianças e Jovens Vítimas de Crime e Violência 2013-2016 e o documento estatístico da APAV (2018b) de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, permitem clarificar o cenário que esta temática assume em Portugal.

Assim, antes de mais, é fulcral perceber quem são as principais vítimas.

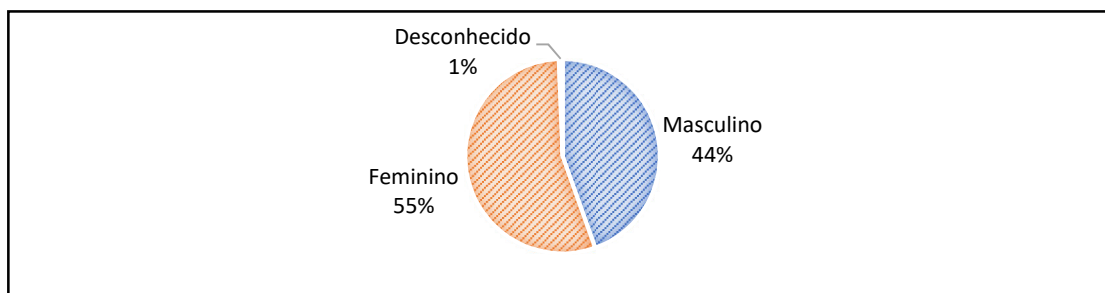


Figura 1. Sexo das Vítimas de Violência Infantil em Portugal (2013-2016)

Fonte: APAV (2017)

Vemos então que, em Portugal, há uma simetria entre o número de crianças e jovens do sexo feminino e do sexo masculino que são afetadas pelo fenómeno da violência. Ainda assim, há uma clara superioridade do sexo feminino – 55%, que corresponde a 2125 casos de violência em quatro anos – face aos 44% (1728 casos) que afetam o sexo masculino.

A CNPDPCJ (2017, p. 65) vem completar estes dados: apesar de ser maior o número de meninas que sofre de violência infantil, “54% das crianças acompanhadas são do sexo masculino”. Ainda assim, a tendência, segundo esta comissão nacional, é de que acabe por desaparecer esta diferença de crianças acompanhadas do sexo masculino e feminino, por também ser cada vez mais semelhante o número efetivo de vítimas femininas e masculinas.

Quando se fala de violência sexual sobre crianças e jovens, os valores tomam outras proporções já que 80% das vítimas são femininas (APAV, 2018b).

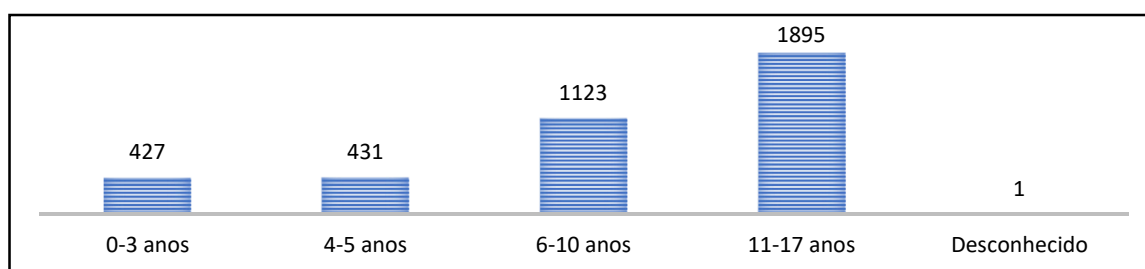


Figura 2. Idade das Vítimas de Violência Infantil em Portugal (2013-2016)

Fonte: APAV, 2017 (adaptado)

Com este relatório da APAV (2017), pode-se verificar que em Portugal quase 50% das crianças e jovens vítimas de violência infantil têm idades compreendidas entre os 11 anos e os 17 anos. A CNPDPCJ (2017) acaba por vir confirmar estes dados, uma vez que, num espectro de idades um pouco mais alargado, a percentagem de crianças e jovens apoiados por esta comissão entre os 11 anos e os 21 anos é de 57% em 2016 e tem oscilado entre este valor e os 60% ao longo dos cinco anos anteriores.

Caracterizada de forma genérica a vítima, fica importante, ainda que não sendo matéria em investigação, saber quem são os ofensores segundo a APAV (2017).

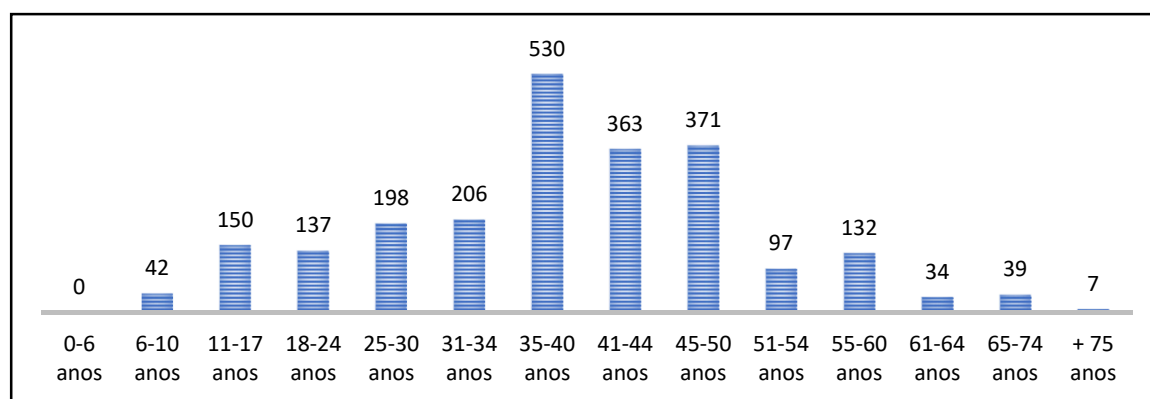


Figura 3. Idade (apenas conhecidas) dos Ofensores de Violência Infantil em Portugal (2013-2016)

Fonte: APAV, 2017 (adaptado)

Os ofensores caracterizam-se, assim, por serem maioritariamente homens e por terem idades compreendidas entre os 35 e os 50 anos (APAV, 2017). Relativamente à índole da violência sexual a discrepância de género aumenta ainda mais, sendo os ofensores cerca de 92,5% do sexo masculino (APAV, 2018b).

Além destas características, verifica-se em Portugal que quase 50% dos casos de violência sobre crianças e jovens são realizados no seio de famílias nucleares com filhos e mais de 50% dos casos de violências infantil ocorre sobre os filhos (APAV, 2017). Por esse mesmo facto, consegue-se perceber ainda melhor o cenário português: mais de 50% dos casos registados de violência sobre crianças e jovens, ocorre em residência comum. Ou seja, a relação pais-filho em casa assume um papel fulcral no fenómeno da violência infantil.

O cenário no que diz respeito à zona de atuação do ofensor sobre a vítima em violência estritamente sexual acaba por ser equilibrado: metade dos casos ocorrem em panorama intrafamiliar e a outra metade em panorama extrafamiliar (APAV, 2018b).

Não atenuando a situação domiciliar, a APAV (2017) no seu relatório estatístico refere que quase 10% da violência infantil ocorre em escolas. Cria-se aqui uma alusão ao *bullying*, fenómeno em que pares da vítima exercem violência sobre ela.

1.2.5. Incidência da Violência Infantil

Violência sobre a criança e jovem, assim como sobre qualquer outro sujeito, compreende a vítima e agressor, causa, consequências, determinado espaço e tempo. Se, para as crianças e jovens, o *bullying* é o aspeto marcante nas escolas, a violência doméstica acaba por ser o aspeto mais marcante em casa.

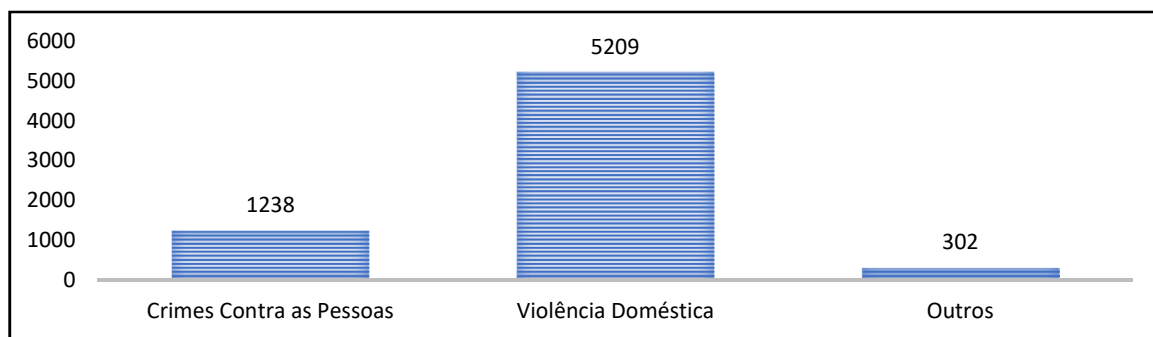


Figura 4. Tipos de Situações de Violência Infantil em Portugal (2013-2016)

Fonte: APAV, 2017 (adaptado)

A APAV (2017) apresenta assim que a violência doméstica é a situação de violência infantil que mais aflige Portugal e, dentro desta, os maus tratos físicos e psíquicos são os que assumem maior número de casos. De forma a tornar a situação mais gravosa, esta associação ainda diz que aproximadamente 80% dos casos de violência sobre crianças e jovens acontece de forma continuada e quase 50% desses ultrapassa os dois anos de continuidade.

CAPÍTULO 2 – COMBATE À VIOLÊNCIA SOBRE CRIANÇAS E JOVENS

2.1. Evolução do Combate à Violência Infantil

2.1.1. Combate à Violência Infantil no Mundo

Apesar de ser pertinente apenas focar as causas de violência infantil nos moldes que hoje vivemos a partir das idades média e moderna, o combate a esta realidade pode ser remetido para muito antes dessas épocas.

Com efeito, o Código de Hamurabi⁸, que cria um conjunto de leis e suas respectivas punições caso sejam infringidas, é um dos mais antigos exemplos da proteção de crianças e jovens que visava ainda, de forma pioneira, “proteger viúvas e órfãos” (Carreira, 2013, p. 273) – aquilo que nos dias de hoje poderíamos designar de «vítimas especialmente vulneráveis» e que se encontram definidas no art.º 67.º-A, n.º 1, alínea b) do Código do Processo Penal e nos diplomas legais portugueses protegidas. Ainda assim, apesar de ser condenado, por exemplo, o incesto, na secção 154 e 157, mesmo este documento tinha exemplos de violência infantil que seriam social e jurisprudencialmente aceites e que hoje consideramos totalmente inaceitáveis: o corte da língua ao filho que diga aos seus pais que estes não o são, na secção 192; o arrancar de um olho ao filho adotivo que deseje regressar para juntos dos pais biológicos, na secção 193; o corte das mãos ao filho que bata nos seus pais, na secção 195, ou ainda; a condenação à morte do filho de um construtor, caso esse contrua a casa para outrem e a casa, ao ruir, mate o filho deste último, na secção 230 (The Encyclopaedia Britannica Company, 1911).

A própria Bíblia⁹, fonte da palavra de amor ao próximo para a comunidade cristã e que contribuiu para uma identidade cultural e social mesmo em estados que se caracterizam pela laicidade, acaba por ter relatos de violência infantil. Provavelmente os exemplos mais claros deste fenómeno são a morte dos recém-nascidos ordenada pelo Faraó – livro do Êxodo, Capítulo 1, versículo 22, do antigo testamento de A Bíblia Sagrada apresentado pelo Depósito das Escrituras Sagradas (1945) – ou ainda, mais à frente, a morte de crianças

⁸ Conjunto de leis escritas pelo rei Hamurabi, na cidade de Susa, antiga Mesopotâmia – atual Irão – no século XVIII a.C. (The Encyclopaedia Britannica Company, 1911).

⁹ A Bíblia é “uma coleção de vários livros escritos por diferentes autores” que contém textos acerca da “Palavra de Deus” para a comunidade cristã (Sociedade Bíblica do Brasil, 2017, p. 28).

menores de dois anos, ordenada pelo Rei Herodes na perseguição ao menino Jesus – no Evangelho de Jesus Cristo segundo S. Mateus, Capítulo 2, versículo 16, do novo testamento.

A Lei das XII Tábuas¹⁰ é ainda outro marco do Direito que acaba por estar muito longe do combate à violência infantil: se uma criança roubar deve ser “fustigada com varas”, no art.º 5.º da Tábua II, ou; o matar do filho que nasça “disforme”, no art.º 1.º da Tábua IV (Meira, 1972).

Como se verifica acima na criminogénese e causas do fenómeno de violência sobre crianças e jovens, à medida que se começa a perceber as causas deste tipo de violência, o combate à mesma torna-se também ele mais robusto. É nessa perspetiva que o final do século XIX se assume como rampa de lançamento para associações, comissões e outras entidades de proteção de crianças e jovens.

Assim sendo, é após 1860, com a dimensão que o tema da violência sobre crianças e jovens se assume na sociedade que o combate a esta realidade ganha também relevo. Aquela que é considerada a primeira grande intervenção sobre crianças acontece nos Estados Unidos da América, no caso judicial de Mary Ellen Wilson¹¹ e que leva à “criação da pioneira Sociedade Protetora das Crianças (SPCC)” (Reis, 2015, p. 99).

Após a Primeira Grande Guerra Mundial – após 1918 – as preocupações sociais voltam a ser tema de debate e “em 1919 Eglantyne Jebb estabeleceu o Save The Children Fund”, um fundo que visava alimentar as crianças que sofriam com a fome provocada pela guerra; Eglantyne criou um quadro dos Direitos das Crianças que viria a ser adotado pela Sociedade das Nações em 1924 (Save The Children, 2017).

A UNICEF surge mais tarde, em 1946 (UNICEF-Portugal, 2017a), com a missão de “defender e promover os Direitos da criança e criar condições duradouras para o seu desenvolvimento” (UNICEF-Portugal, 2017b). Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) – já nascida oficialmente desde 24 de outubro de 1945 (UNRIC-Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2017)) – adota aquela que viria a ser oficialmente a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF-Portugal, 2017a).

¹⁰ A Lei das XII Tábuas é um conjunto de leis que remetem para o direito romano, mais concretamente para “a República Romana” e surge no século V a.C.. Contudo, há quem acredite que esta lei não atingiu o alcance pretendido, “nem fora elaborada no século V a.C.”, negando inclusive a sua autenticidade (Meira, 1972).

¹¹ O caso de Mary Ellen Wilson diz respeito a uma menina – Mary Wilson – que sofria abusos e cujo caso iniciado em 1873 chamou a atenção de vizinhos e mais tarde de Henry Bergh, fundador de uma sociedade que lutava por salvar cavalos de estábulos de donos que os maltratavam. Henry Bergh contratou Elbridge Gerry, advogado que defendeu a menina Wilson e venceu o caso, alegando maus tratos a animais – já que não havia leis de proteção de crianças, mas sim de proteção a animais (Markel, 2009).

Desde então, trabalho tem vindo a ser feito de modo a estender os Direitos consagrados na declaração referida por tudo o mundo, de forma a “colocar a criança e o jovem em primeiro lugar, visando o seu bem-estar e o seu pleno desenvolvimento, respeitando ainda as responsabilidades, direitos e deveres daqueles que têm a seu cargo”. O Estado deverá atuar “apenas em caso último” (Reis, 2015). Nesse ensejo, é importante perceber o que em Portugal o Estado acaba por fazer quando as medidas de controlo parentais se esgotam.

2.1.2. Combate à Violência Infantil em Portugal

Em Portugal, a Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), com as devidas alterações, assume um papel preponderante no combate à violência infantil dado o objeto da mesma¹². Contudo, acaba por não ser exclusiva desta lei, na jurisdição portuguesa, a referência à proteção de crianças e jovens. Desde a Constituição da República Portuguesa, o Código Penal português, o Código Civil português, o Código de Processo Penal português, passando pela Lei n.º 166/1999, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), com as devidas alterações, entre outros diplomas legais, a referência à proteção destes agentes é mencionada. Estes últimos diplomas legais são pertinentes não só no tratamento da vítima bem como, e mais significativamente, no tratamento do ofensor (adulto ou criança/jovem criminoso).

O sistema de proteção de crianças e jovens assenta em três grupos segundo o art.º 6.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: as “entidades com competência em matéria de infância e juventude”, como as forças de segurança, as IPSS, os serviços de saúde, as escolas, entre outras; as “Comissões de Proteção de Crianças e Jovens” (CPCJ) e; os “tribunais”.

As competências preventivas extinguem-se nas CPCJ, isto é, há um percurso a fazer desde a situação de prevenção de ocorrência do fenómeno de violência sobre crianças e jovens até à atuação judicial por parte dos tribunais: as entidades com competência em matéria de infância e juventude são as entidades de primeira linha, responsáveis por “promover ações de prevenção” através da “promoção e integração de parcerias” entre elas; umas dessas parcerias acabam por ser as próprias CPCJ que podem atuar nos mesmo moldes quando as entidade de primeira linha não possam, ainda antes de chegar aos tribunais. Assim,

¹² “(...) a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Assembleia da República, 2017).

segundo o diploma legal acima mencionado, as CPCJ são a ponte que o sistema de proteção a crianças e jovens português estabelece entre as entidades de primeira linha e os tribunais. Pode então ser criada uma pirâmide do sistema de proteção infantil português que culmina nos tribunais e para a qual apenas interessa a esta investigação de índole preventiva do fenómeno de violência infantil os dois níveis inferiores: as CPCJ e as entidades de primeira linha, nomeadamente a GNR (ver Anexo A).

2.1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

As CPCJ são o elemento de charneira entre os tribunais e a GNR e, por isso, o legislador atribui uma importância especial a esta entidade, valorizando-a na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Ou seja, a lei atribui prioridade ao serviço nas CPCJ e os serviços de primeira linha devem “colaborar com as CPCJ no exercício das suas atribuições” sempre que seja necessário – art.º 13.º, n.º 1.

Estas CPCJ não têm autonomia financeira e têm competência para atuar no município onde estão sediadas – art.º 14.º e 15.º, respetivamente, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Funcionam de duas formas segundo este diploma legal:

— Comissão Restrita (art.º 20.º a 22.º), que trata fundamentalmente da “instrução de processos” e pode sempre “solicitar a participação de membros da Comissão Alargada nos processos” se necessário for e;

— Comissão Alargada (art.º 17.º a 19.º), que trata principalmente da “promoção de ações”, “dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e jovens em perigo” e “informar a comunidade sobre os Direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar”.

Deste modo, percebe-se que para esta investigação de âmbito preventivo, a Comissão Restrita – que aborda a componentes processual do acompanhamento de crianças e, portanto, o tratamento da criança ou jovem após ter ocorrido violência – não tem lugar. Contudo, a Comissão Alargada é fulcral, já que o seu trabalho é dirigido no sentido da prevenção de violência infantil juntamente com as entidades de primeira linha, das quais se inclui a GNR.

De forma a “dinamizar a celebração de protocolos de articulação e colaboração”, o legislador entendeu que deveria existir uma outra entidade: CNPDPCJ – criada pelo Decreto-Lei n.º 159/2015 de 10 de agosto, com as devidas alterações. Assim, esta comissão assume alguma relevância, já que tem intervenção na “execução de inspeções à atividade das CPCJ” – art.º 3.º do diploma legal referido.

Ainda no âmbito do Decreto-Lei que cria a CNPDPCJ, com a alteração sofrida em 2017, foram criadas Equipas Técnicas Regionais. Para esta investigação, a Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ é aquela que tem relevância, já que é aquela que é responsável pelo apoio às CPCJ do distrito de Aveiro.

2.2. A GNR no Combate à Violência Infantil

2.2.1. Missão da GNR

A missão da GNR, enquanto Força de Segurança, é aquela que vem consagrada na Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, no seu art.º 1.º, n.º 2. Assim, a GNR “tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos (...), nos termos da Constituição e da Lei”.

No ensejo dessa missão e em consonância com o fenómeno de violência sobre crianças e jovens que se encontra já pormenorizadamente conceptualizado, é incumbência da GNR combater esta realidade de forma a garantir, fundamentalmente, os direitos dos cidadãos. Assim, a GNR constitui-se como entidade de primeira linha na prevenção criminal ao fenómeno de violência sobre crianças e jovens.

2.2.2. Policiamento Comunitário e as Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da GNR

Torna-se importante caracterizar dois tipos de policiamento a exercer pela GNR na sua missão quotidiana e, ainda mais concretamente, no combate ao fenómeno da violência infantil – policiamento de proximidade e o policiamento comunitário.

O policiamento de proximidade é uma prática levada a cabo pelos agentes policiais que visa “a redução da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança aliado a uma maior satisfação com o serviço policial” (Lisboa & Dias, 2008, p. 3). Oliveira (2006, p. 115) fundamenta ainda mais este conceito, afirmando que este tipo de policiamento é “uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial, prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração”. Este tipo de designação começou

a cair em desuso no seio da GNR com a implementação da nova NEP 3.58 de dezembro do ano transato de forma a reforçar o conceito de policiamento comunitário que se mistura por si só neste.

Assim sendo, policiamento comunitário é a “filosofia e estratégia organizacional que proporcionam uma parceria entre a população e a polícia baseada na premissa de que ambos devem trabalhar em conjunto na construção da segurança pública” (Trojanowicz & Bucqueroux, 1998, p. 1); ou seja, “fundamenta-se na ideia de que a polícia e a comunidade têm que trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade” (Oliveira, 2006, p.115).

No ensejo das mudanças sentidas ao nível do enquadramento social e da própria criminalidade e que têm vindo a tornar o cidadão “mais exigente para com quem lhe presta serviços”, ocorreu a necessidade de reajustamento da própria GNR enquanto força de segurança e enquanto último garante dos direitos, liberdades e garantias (GNR, 2017, p. 1-2). Para ir de encontro a essas novas exigências, a GNR (2016) encontrou no policiamento de proximidade e comunitário a solução para um mais eficiente combate ao fenómeno da atividade ilegal ao nível da sua prevenção. Esse policiamento de proximidade e comunitário vem materializado nos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade que ao longo dos últimos anos a GNR tem vindo a desenvolver com vista, especialmente, à proteção focada nos “grupos sociais mais vulneráveis aos fenómenos de insegurança” (GNR, 2017, p. 2) – como crianças e jovens.

Os programas de policiamento de proximidade e comunitários são levados a cabo por Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC) que se encontram integradas nos Destacamentos Territoriais. Estas SPC respondem superiormente ao comandante do Destacamento em que as mesmas se inserem. Para efeitos do cumprimento dos diferentes programas especiais da GNR, é nomeado um gestor de programa para cada um dos mesmos. As SPC dependem, ainda assim, tecnicamente da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (RPC) que se encontra integrada na Divisão de Emprego Operacional (DEO) da Direção de Operações do Comando Operacional. Apesar desta dependência técnica, a relação de autoridade funcional deve ser promovida através das Subsecções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SSPC) que se integram nas Secções de Operações, Treino e Relações Públicas (SOTRP) dos Comandos Territoriais (GNR, 2017) (ver Apêndice A).

Não obstante dos militares da GNR em funções nas SPC estarem especializados para lidar com as situações de prevenção mais sensíveis e específicas, todo o militar tem

capacidade para atuar a fim de cumprir a sua missão enquanto elemento desta Força de Segurança e prevenir o fenómeno de violência infantil. Ainda assim, a NEP 3.58 de dezembro de 2017 da GNR clarifica que “os militares das SPC não devem ser desviados para a prossecução de serviços que não os orientados nas ações de policiamento comunitário ou no desenvolvimento de programas especiais” (GNR, 2017, p. 7), devendo, então, focar-se apenas no serviço desta índole comunitária.

Além destes programas especiais que a GNR garante, no âmbito do combate à violência infantil, esta ainda integra várias parcerias e comissões como já vimos. Assim, a GNR pode atuar no combate e prevenção à violência infantil de dois modos – individualmente por intermédio de ações diretas das SPC, principalmente, ou em parceria, já que é uma entidade de primeira linha no sistema de proteção de crianças e jovens portugueses.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

3.1. Metodologia

Esta fase do trabalho é, segundo Quivy & Campenhoudt (2008, p. 109) uma “charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro”.

Assim, a metodologia torna-se fulcral para esta investigação já que esta representa “o processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais” de forma a recolher dados num determinado espaço (Oliveira, 2005), é a materialização de procedimentos que visam transpor o plano teórico para o prático de determinada investigação, tendo por base métodos, determinada amostra em determinado universo e ferramentas.

3.2. Métodos e Abordagens

Numa tentativa de conceptualizar, Quivy & Campenhoudt (2008) esclarecem que métodos “não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”. Método é o “caminho para chegar a um fim” (Sarmiento, 2013, p. 4); de forma simples e objetiva, isto é o que define o método. Neste ensejo, é preciso entender que caminho é o que esta investigação acaba por tomar.

Freixo (2009) distingue, fundamentalmente, três grandes métodos de investigação científica: o indutivo, o dedutivo e o hipotético-dedutivo. O método dedutivo faz-se do “geral para o particular, ou seja, (...) é partir de premissas gerais em busca de uma verdade particular”; as conclusões deste método “são incontestáveis” (Freixo, 2009, p. 98). O método indutivo defende que “se deve começar por uma observação para que, no final (...), se possa elaborar uma teoria”, ou seja, contrariamente ao método dedutivo, este é um raciocínio “do particular para o geral” (Freixo, 2009, p. 95-96).

Esta investigação seguirá um raciocínio hipotético-dedutivo. Este método foi definido por Karl Popper¹⁵ e a “sua lógica é simples: se uma conjectura implica certas consequências observáveis e se estas consequências são refutáveis, então a conjectura pode ser eliminada” (Freixo, 2009, p. 101). Marconi & Lakatos (2007) esclarecem mais ainda este método alegando que “se inicia pela perceção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, se testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese”. Ou seja, tendo por base as perguntas derivadas enunciadas no início do trabalho, dá-se a “formulação de hipóteses” e posteriormente o seu teste de forma a confirmar ou refutar a hipótese (Sarmiento, 2013).

Posto isto, partindo da premissa que o próprio título do trabalho indica, este é um estudo de caso e, desse modo, “enquadra-se numa abordagem qualitativa” (Vilelas, 2009, p. 140). A abordagem qualitativa “utiliza a recolha de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses no seu processo de interpretação” (Hernández, Fernández & Baptista, 2006, p. 5). Segundo Fortin (2003), o investigador que utiliza esta abordagem “observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los”.

3.3. Local, Caracterização da Amostra e Técnicas de Recolha de Dados

Mais uma vez, tal como o próprio título desta laboração indica, o local onde decorreu o trabalho de campo foi no distrito de Aveiro (ver Apêndice B); mais concretamente na zona de ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro (ver Apêndice C).

As organizações nas quais esta investigação se focou foram a GNR, a CNPDPCJ e a CPCJ. Justificam-se estas entidades por serem as SPC da GNR que representam a GNR na prevenção da violência infantil, fundamentalmente, e por serem as CNPDPCJ e CPCJ quem legalmente tem competência em matéria de proteção de crianças e jovens, essencialmente.

Especificando, as entidades que serviram de amostra no distrito de Aveiro foram: o Chefe da SSPC da GNR do Comando Territorial de Aveiro; os Chefes ou elementos representantes das SPC da GNR dos Destacamentos Territoriais de Águeda, Anadia, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Ovar e Santa Maria da Feira; e os presidentes ou representantes das

¹⁵ Karl Popper é “um dos filósofos mais conhecidos do século XX” e que mais contribuiu para “cunhar e redefinir o discurso contemporâneo” (Hacohen, 2002, p.1).

CPCJ de Águeda, Arouca, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, Vagos e Vale de Cambra (ver Apêndice D).

As CPCJ de Espinho e São João da Madeira, por não integrarem a zona de ação da GNR acabam por não ser pertinentes para a investigação. As restantes CPCJ – Albergaria-a-Velha, Anadia, Castelo de Paiva, Mealhada e Sever do Vouga – não pretenderam realizar entrevista, ou não responderam ao pedido de entrevista, ou acabaram por aceitar ou mostrar disponibilidade ao pedido de entrevista além do prazo definido para realização do trabalho de campo.

Além das entidades que serviram de amostra dentro dos limites do distrito de Aveiro, foram ainda entrevistadas outras duas que, hierarquicamente ou não, têm ligação direta com as primeiras: o presidente da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ – com responsabilidades ao nível dos distritos da região centro de Portugal Continental (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) e sediado em Aveiro; e o Chefe da RPC da GNR – localizado em Lisboa (ver Apêndice D).

O método de recolha de dados foi a entrevista presencial. Esta opção passou pelo facto de, presencialmente, a entrevista ser “muito mais rica (...) porque na comunicação importa não só o conteúdo da mensagem transmitida, mas também os gestos dos braços e das mãos, os trejeitos do corpo e os esgares faciais” (Sarmiento, 2013, p. 32) que o entrevistador acaba por denotar no entrevistado.

Posto isto, pode-se agora definir de forma mais profunda os locais de realização do trabalho de campo. Dada a técnica de recolha de dados, a investigação implicou a deslocação do investigador ao longo do distrito de Aveiro pelas CPCJ, pelas SPC, pela SSPC, pela Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ (ver Apêndices C e E) e ainda em Lisboa na RPC. Estas entrevistas decorreram entre o dia 5 (cinco) de abril de presente ano até ao dia 27 (vinte e sete) do mesmo mês (ver Apêndice D).

3.4. Ferramentas

Para a realização das entrevistas a entidades externas à GNR foi enviada uma carta de apresentação no pedido de entrevistas para familiarização com o tema. As entrevistas foram gravadas com recurso a um gravador ou anotadas em suporte físico, previamente à sua redação.

Foram utilizados o Adobe Photoshop CC 2017 para tratamento de mapas e o Microsoft Office Word para organização das entrevistas redigidas e análise.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Metodologia de Análise das Entrevistas

De forma a analisar os dados recolhidos nas entrevistas será utilizada a metodologia de Sarmiento (2013). Assim, ao longo de sete etapas (ver Anexo B) serão analisadas as entrevistas de dois grandes grupos de entrevistados – as entrevistas realizadas a doze CPCJ do distrito de Aveiro e as entrevistas realizadas às seis SPC da GNR pertencentes também ao distrito de Aveiro (ver Apêndice C); este será o foco do trabalho de campo dado que estas são as entidades operacionais mais pertinentes à investigação. As restantes entrevistas serão analisadas de forma individual de forma a retirar o essencial das mesmas e comparando-as com os grupos de entrevistados a que institucionalmente estejam relacionadas. Isto é, a entrevista realizada à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ servirá de um breve complemento apenas para o grupo de entrevistas às CPCJ e; a entrevista realizada à RPC e a entrevista realizada à SSPC do Comando Territorial de Aveiro servirão também apenas de um breve complemento ao grupo de entrevistas às SPC da GNR do distrito de Aveiro. Esta separação de entrevistados dá-se por dois motivos: o primeiro é alusivo aos diferentes contextos institucionais, que separa dois grandes grupos – a GNR e a CNPDPCJ –; o segundo motivo reside na diferença entre funções e competências entre entidades que acaba por criar separação de análise de entrevistas entre contextos institucionais semelhantes ou até iguais.

Focando na metodologia utilizada para os dois grupos de entrevistas – às CPCJ e às SPC da GNR do distrito de Aveiro – estas seguirão uma metodologia bastante específica. Criar-se-ão «categorias» dentro de cada questão que “são grupos de subcategorias com particularidades comuns”, são “gerais e abstratas, pois pertencem a um grupo superior”; por sua vez «subcategorias» são “conjuntos de unidades de registo, agregadas segundo as particularidades comuns” que caracterizam cada uma das categorias (Sarmiento, 2013, p. 53-54). Particularizando ainda mais, «unidade de registo» (UR) são “os fragmentos mínimos de conteúdo que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria”; estas UR estão contidas em “segmentos do texto” que o entrevistado discursou que acabam por ser «unidades de contexto», isto é, as unidades de contexto são aquilo que se retira do discurso do entrevistado que acaba por identificar determinada UR e, posteriormente, identificar determinada subcategoria (Sarmiento, 2013).

De forma a espelhar os resultados dos grandes grupos de entrevistados já referidos, ter-se-á ainda em conta «unidades de enumeração» (UEn). Estas UEn representam “o número de vezes que se repete determinada UR” nas entrevistas (Sarmiento, 2013, p. 54).

4.2. Resultados da Entrevista à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

De forma a perceber como acaba por funcionar a Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ – que apoia todas as CPCJ do distrito de Aveiro – foram feitas dez perguntas e ainda dado aso a uma nota final ao coordenador desta entidade (ver Apêndices D e G).

Assim, resultado dessa entrevista, pode-se perceber que o papel desta entidade entrevistada passa por um apoio a todas as CPCJ – “esta equipa que tem como função acompanhar e apoiar as CPCJ da zona Centro”, disse o coordenador – e não promover ações de sensibilização a crianças e jovens ou a entidades responsáveis pela produção ou combate à violência infantil: “quem promove as ações são as CPCJ”, acrescenta o coordenador.

Ao contrário da GNR, “a CNPDPCJ não tem hierarquia sobre as CPCJ”. No ensejo destes aspetos estruturais, surgem vantagens aos olhos do coordenador da equipa técnica, como a proximidade com as CPCJ. Ainda assim, o coordenado da equipa técnica identifica que por ser “uma entidade recente” ainda não há força nem efetivo para fazer face ao território da sua competência – são apenas dois elementos.

Relativamente às parcerias que acabam por ser criadas, mais uma vez, são as CPCJ que recebem o protagonismo, contudo, esta equipa acaba por ser responsável pela criação de uma “ponte entre as CPCJ e as entidades”; é mais uma vez um apoio e reforço para as CPCJ dos seis distritos que representa, incluindo Aveiro.

Fica pertinente ainda perceber aquilo que aos olhos da Equipa Técnica Regional do Centro é considerado mais negativo no funcionamento das parcerias das CPCJ para posteriormente relacionar com o que efetivamente acontece, resultado das entrevistas às CPCJ. O coordenador é incisivo na sua resposta e repete-o: “o tempo de afetação das entidades”. Tanto os problemas como a colmatação dos mesmos passam por aqui. O entrevistado não contesta a lei, pelo contrário, defende-a; este apenas reitera a necessidade de a por em prática e dar prioridade ao serviço nas CPCJ.

Seguindo esta indicação, é aqui que a GNR entra no discurso do coordenador entrevistado – “o nosso papel tem sido auxiliar a GNR a encontrar uma solução adequada

para a sua participação na CPCJ”. O papel da GNR é aqui tido como algo fulcral para o coordenador, até por inerência da lei; e só com a participação da GNR na CPCJ – na Comissão Alargada – há eficácia no combate à violência infantil. É uma responsabilidade do representante da GNR e este não a deve delegar. Participação ativa e responsabilização do representante, são os motes que o entrevistado, coordenador da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ, defende de modo a que a GNR possa prevenir o fenómeno de violência infantil com eficácia.

4.3. Resultados das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro

Retirada a essência das palavras do coordenado da equipa técnica da CNPDPCJ, é fulcral analisar aquilo que acontece no funcionamento das entidades operacionais que, legalmente, fazem a ponte entre as entidades de primeira linha – como a GNR – e os tribunais – *ultima ratio* do fenómeno da violência infantil. São então as CPCJ responsáveis por esta ponte e, de forma a conseguir perceber o papel da GNR no combate à violência sobre crianças e jovens, é necessário antes perceber como se organiza, trabalha, o que faz efetivamente e, acima de tudo, quais as necessidades que estas entidades requerem de si e das entidades de primeira linha. É necessário perceber com quem se está a trabalhar e as suas necessidades, para perceber qual é o papel da GNR neste fenómeno (ver Apêndices D e H).

Quadro 1. Apresentação de Resultados à Questão 1 da Entrevista às CPCJ

Q1															
UR	Entrevistados												UEn	Resultado	
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13			
A1.A.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	12	/12
A1.A.2	X			X	X	X	X	X		X	X	X	9	9	/12

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta “1. Como se organiza, orgânica e funcionalmente, a CPCJ?” permitiu clarificar que todas as CPCJ entrevistadas se encontram conforme a lei: a Comissão Restrita, responsável pelos processos, e a Comissão Alargada, responsável pela prevenção; nove delas acabaram ainda por acrescentar que a GNR não faz parte da Comissão Restrita, ainda assim, nenhuma revelou que esta Força de Segurança integrava a modalidade restrita. A GNR efetivamente, por inerência da lei, não está presente na Comissão Restrita, mas, pelas respostas obtidas a esta pergunta, foi possível perceber que nalgumas CPCJ ao longo do país

a GNR está presente neste tipo de modalidade. Para esta laboração, focada na prevenção, interessa perceber o papel da GNR na Comissão Alargada – índole preventiva da CPCJ.

Quadro 2. Apresentação de Resultados à Questão 2 da Entrevista às CPCJ

Q2														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A2.A.1	X		X	X	X		X	X			X		7	7 /12
A2.A.2						X			X	X		X	4	4 /12
A2.B.1		X	X	X	X	X	X			X		X	8	8 /12

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 3. Apresentação de Resultados à Questão 3 da Entrevista às CPCJ

Q3														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A3.A.1	X	X	X	X	X					X	X	X	8	8 /12
A3.A.2	X						X		X				3	3 /12
A3.A.3		X											1	1 /12
A3.A.4			X	X				X					3	3 /12
A3.A.5					X								1	1 /12
A3.B.1	X		X		X	X	X			X		X	7	7 /12
A3.B.2							X						1	1 /12
A3.B.3										X			1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

As duas questões seguintes acabam por se misturar, os próprios entrevistados sentiram isso. As duas perguntas em causa dizem respeito aos pontos fortes e fracos da orgânica e do funcionamento das CPCJ e estas valorizam a forma como estão organizadas legalmente e a equipa multidisciplinar que possuem. Ainda assim, oito CPCJ fizeram questão de mencionar a falta de um núcleo técnico efetivo a tempo inteiro – A2.B.1. Este ponto fraco orgânico relaciona-se diretamente com o ponto fraco que funcionalmente as CPCJ sentem: o pouco tempo disponível para os elementos que representam as entidades ou recursos humanos insuficiente – A3.B.1 –; pelo menos sete CPCJ fizeram questão de o referir. A coesão, a experiência e a dinâmica das CPCJ são os pontos fortes que acabam por ser mais referidos e sentidos.

Assim, o papel da GNR no fenómeno da prevenção é confrontado com a necessidade de estar mais presente na CPCJ, por ceder mais tempo a esta entidade.

Quadro 4. Apresentação de Resultados à Questão 4 da Entrevista às CPCJ

Q4														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A4.A.1	X		X	X			X	X		X			6	6 /12
A4.A.2	X					X							2	2 /12
A4.A.3	X												1	1 /12
A4.A.4	X		X		X						X		4	4 /12
A4.A.5		X				X	X		X			X	5	5 /12
A4.A.6			X										1	1 /12
A4.A.7			X										1	1 /12
A4.A.8					X								1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

É importante perceber que tipo de mensagens são passadas às crianças e jovens vendo a atuação da entidade máxima na prevenção deste fenómeno, para só depois perceber que mensagens as entidades de primeira linha têm de passar. Nesse ensejo, para responder à pergunta “4. Que tipo de mensagens a CPCJ passa às crianças e jovens no âmbito do combate à violência infantil?”, metade das CPCJ fizeram referência às mensagens positivas e não violentas que passam às crianças – devem ser passadas mensagens de forma a não chocar a mentalidade jovem pela violência das situações, frisando a segurança na *internet*. A capacitação das crianças e jovens para alertar acerca da presença destes fenómenos violentos na sua vida é outra mensagem que cinco da CPCJ fizeram questão de mencionar, aliado à promoção dos Direitos Humanos e da Criança.

Quadro 5. Apresentação de Resultados à Questão 5 da Entrevista às CPCJ

Q5														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A5.A.1	X	X			X			X		X	X		6	6 /12
A5.A.2	X												1	1 /12
A5.A.3		X		X					X	X	X		5	5 /12
A5.A.4			X										1	1 /12
A5.A.5				X		X							2	2 /12
A5.A.6							X			X		X	3	3 /12

Fonte: Elaboração Própria

No ensejo da questão anterior, da pergunta “5. Que tipo de mensagens a CPCJ passa aos adultos no âmbito do combate à violência infantil” retirou-se que passa por promover a parentalidade positiva e a atenção aos filhos de modo a sinalizarem e até de modo a saberem como abordar o problema juntos das crianças e jovens. Há ainda uma necessidade sentida

por três CPCJ que passa por limpar a imagem negativa das CPCJ, uma tarefa que passa por todos, especialmente por parte das entidades de primeira linha, como a GNR.

Quadro 6. Apresentação de Resultados à Questão 6 da Entrevista às CPCJ

Q6														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A6.A.1	X	X	X	X	X					X			6	6 /12
A6.A.2		X											1	1 /12
A6.A.3						X	X	X	X		X	X	6	6 /12
A6.A.4				X		X		X			X		4	4 /12

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à atuação da CPCJ na *internet*, metade das CPCJ entrevistadas revelam que fazem uso do Facebook para partilhar as suas mensagens e ações – A6.A.1 –; contrariamente, seis CPCJ acabaram por revelar que ainda não utilizam os mecanismos *online* de divulgação da mensagem para a comunidade, pelo menos de forma autónoma (já que três das CPCJ que não têm página na *internet* utilizam uma página *online* da câmara municipal – A6.A.4), mas têm intenções de o fazer. Assim, a atuação da GNR deve passar por este meio tendo por base o valor que esta nova tecnologia assume.

Quadro 7. Apresentação de Resultados à Questão 7 da Entrevista às CPCJ

Q7														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A7.A.1	X	X	X	X				X	X				6	6 /12
A7.A.2					X	X	X	X	X		X	X	7	7 /12
A7.A.3					X								1	1 /12
A7.A.4						X		X					2	2 /12
A7.A.5						X	X					X	3	3 /12
A7.A.6										X			1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta “7. Que obstáculos a CPCJ encontra na partilha da sua mensagem?” revela que metade destas acabam por exprimir que não há dificuldades. Ainda assim, mais de metade das CPCJ revelam que há pouca adesão da comunidade, ainda que algumas CPCJ não considerem como um entrave à partilha de mensagem. Partindo destas respostas, percebe-se claramente, mais uma vez, a necessidade da GNR, através do seu policiamento comunitário, envolver a comunidade. Como entidade de primeira linha, a GNR é a primeira responsável por envolver a comunidade, dar o exemplo e envolver-se na CPCJ.

A má imagem da CPCJ – A7.A.5 – é também mais um obstáculo que três CPCJ gostam de deixar claro, aliado ao obstáculo da indiferença que os pais acabam por assumir face a esta temática e que, por imitação, provoca indiferença nos filhos – A7.A.4.

Quadro 8. Apresentação de Resultados à Questão 8 da Entrevista às CPCJ

Q8														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A8.A.1	X		X	X	X					X			5	5 /12
A8.A.2	X												1	1 /12
A8.A.3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	12 /12
A8.A.4		X			X	X	X		X		X		6	6 /12
A8.A.5							X						1	1 /12
A8.A.6								X					1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 9. Apresentação de Resultados à Questão 9 da Entrevista às CPCJ

Q9														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A9.A.1	X		X	X	X		X						5	5 /12
A9.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	10	10 /12
A9.A.3	X												1	1 /12
A9.A.4		X			X			X	X	X		X	6	6 /12
A9.A.5		X								X			2	2 /12
A9.A.6				X									1	1 /12
A9.A.7							X			X	X	X	4	4 /12
A9.A.8										X			1	1 /12
A9.A.9											X		1	1 /12
A9.A.10												X	1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta oito vem no ensejo de colocar em perspetiva quais são as entidades que colaboram na Comissão Alargada e não só das CPCJ no âmbito da prevenção da violência infantil. Assim, mais uma vez, comprova-se a resposta dada à primeira pergunta, uma vez que todas as CPCJ entrevistadas têm como entidades presentes na Comissão Alargada aquelas consagradas na lei – A8.A.3. Completando ainda mais o discurso dos entrevistados, metade das CPCJ admite estabelecer ligações com toda e qualquer entidade que revela uma possível intervenção ao nível da prevenção do fenómeno de violência infantil – A8.A.4. Cinco das CPCJ mencionam ainda parcerias, formais ou não, com órgão de comunicação social – A8.A.1 –, revelando o valor que estas entidades assumem no âmbito da prevenção.

A questão “9. De que forma funciona essa colaboração?” vem clarificar o modo como são estabelecidas as relações. Assim, o funcionamento das parcerias da CPCJ mais relevantes são as ações de sensibilização (A9.A.2), o acompanhamento (A9.A.4), a publicitação e divulgação (A9.A.1) e ainda trocas de informação entre entidades de primeira linha e a CPCJ (A9.A.7). Há ainda referência à criação e ao assistir de seminários, apoio burocrático (jurídico, por exemplo), realização de atividades didáticas, incentivo à formação, financiamento – aqui especificamente ligado à segurança social e município – e segurança. Cabe à GNR retirar ao máximo aquilo que se revela como possível de fazer, de modo a efetivamente contribuir para esta panóplia de formas de se ligar à CPCJ e, consequentemente, ser eficaz no seu papel de prevenção à violência infantil.

Quadro 10. Apresentação de Resultados à Questão 10 da Entrevista às CPCJ

Q10														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A10.A.1	X	X		X	X		X	X		X			7	7 /12
A10.A.2	X						X					X	3	3 /12
A10.A.3		X											1	1 /12
A10.A.4			X	X	X	X		X			X	X	7	7 /12
A10.A.5					X				X	X	X		4	4 /12

Fonte: Elaboração Própria

As vantagens fundamentais das parcerias vêm reveladas na questão dez e assumem-se como o passar da mensagem pela comunidade – A10.A.1 – e a criação de redes de comunicação e troca de informação das entidades de primeira linha para com a CPCJ – A10.A.4. Só com o esgotamento das formas de ligação entre as entidades de primeira linha parceiras e a CPCJ já elencadas acima é que estas vantagens podem ser aproveitadas.

Quadro 11. Apresentação de Resultados à Questão 11 da Entrevista às CPCJ

Q11														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A11.A.1	X		X	X	X		X	X	X	X			8	8 /12
A11.A.2	X												1	1 /12
A11.A.3		X			X	X							3	3 /12
A11.A.4		X					X						2	2 /12
A11.A.5			X	X									2	2 /12
A11.A.6											X	X	2	2 /12

Fonte: Elaboração Própria

O obstáculo principal das parcerias foca-se na dificuldade que é sentida ao nível do funcionamento da CPCJ enquanto Comissão Alargada, isto é, na modalidade de prevenção. Como resposta, no âmbito das parcerias, a “11. Existem obstáculos nessa colaboração? Se sim, quais?” sem dúvida há uma ligação com o ponto fraco mais frequente do funcionamento das CPCJ e até mesmo com o discurso do coordenador entrevistado da Equipa Técnica Regional do Centro: o obstáculo principal é o pouco envolvimento das entidades representantes devidos às responsabilidades nos serviços de origem – A11.A.1. A falta de formação é também destacada – A11.A.3 –, o que pode levar a imensos outros obstáculos. Mais uma vez, a GNR, deve cumprir a sua parte no sistema de proteção de crianças e jovens: deve envolver-se, deve ser competente.

Quadro 12. Apresentação de Resultados à Questão 12 da Entrevista às CPCJ

Q12														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A12.A.1	X												1	1 /12
A12.A.2		X			X								2	2 /12
A12.A.3		X						X			X		3	3 /12
A12.A.4		X		X									2	2 /12
A12.A.5			X						X	X		X	4	4 /12
A12.A.6				X				X					2	2 /12
A12.A.7						X							1	1 /12
A12.A.8							X						1	1 /12
A12.A.9												X	1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

No sentido de otimizar as parcerias, as CPCJ acabaram por ter opiniões variadíssimas na questão doze e apenas uma reconhece que já está tudo otimizado e que as relações estão num nível de excelência. Ainda assim, importa referir que, por ordem de repetição de ideias, as CPCJ referem como mudança no sentido de otimizar as parcerias: o aumento dos recursos humanos, a existência de uma base de dados integrada entre as entidades de primeira linha e a CPCJ, mais formação, uniformização de dados e dos documentos a enviar para a CPCJ, sensibilização das entidades para o serviço a realizar na CPCJ, responsabilização das entidades todas, rotatividade de elementos representantes das entidades parceiras e da CPCJ, e a sensibilização das entidades para o cumprimento por parte das crianças e jovens não só dos seus Direitos, mas também dos seus Deveres.

Esta resposta dos entrevistados é uma forma extremamente direta das CPCJ apelarem a mudanças nas entidades de primeira linha também, nas quais se inclui a GNR.

Quadro 13. Apresentação de Resultados à Questão 13 da Entrevista às CPCJ

Q13														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A13.A.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	11	11 /12
A13.A.2	X									X			2	2 /12
A13.A.3				X	X		X		X				4	4 /12
A13.A.4					X		X						2	2 /12
A13.A.5					X								1	1 /12
A13.A.6					X								1	1 /12
A13.A.7					X								1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

Quando confrontados com a pergunta treze relativa às entidades que consideravam mais importantes, na entrevista realizada de forma presencial e com um entrevistador a representar a GNR à sua frente, as CPCJ acabaram por enumerar algumas entidades sem nunca fazer referência a quaisquer Forças de Segurança – câmara municipal, segurança social, saúde, educação, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Ainda assim, onze CPCJ acabaram por referir que todas as entidades são importantes – A13.A.1 –, desde que cada uma faça aquilo que lhe compete na sua área.

A importância ou o valor que a GNR tem na prevenção da violência sobre crianças e jovens depende da forma como ela atua dentro da sua área de competências.

Quadro 14. Apresentação de Resultados à Questão 14 da Entrevista às CPCJ

Q14														
UR	Entrevistados												UEn	Resultado
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13		
A14.A.1	X		X	X	X			X		X			6	6 /12
A14.A.2	X												1	1 /12
A14.A.3		X							X				2	2 /12
A14.A.4		X	X	X			X	X		X	X		7	7 /12
A14.A.5		X					X						2	2 /12
A14.A.6		X	X	X	X							X	5	5 /12
A14.A.7		X											1	1 /12
A14.A.8			X	X				X		X			4	4 /12
A14.A.9				X									1	1 /12
A14.A.10				X		X							2	2 /12
A14.A.11						X		X	X	X			4	4 /12
A14.A.12						X							1	1 /12

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta quatorze – termo da entrevista – é a oportunidade dada ao entrevistado de dar uma resposta mais livre sobre o fenómeno da violência infantil, o seu combate e, principalmente, o papel da GNR. Mais de metade das CPCJ consideram a GNR disponível

– A14.A.4. Os elogios não se ficam pela grande disponibilidade que a força revela: a GNR tem sensibilidade para atuar neste fenómeno – A14.A.8.

Ainda assim, há uma situação em desacordo que aflige o dispositivo da GNR aos olhos das CPCJ. Quatro CPCJ consideram que os elementos representantes da GNR são pessoas competentes e com boa formação – A14.A.11 –; contrariamente, cinco CPCJ acabam por verificar que os elementos representantes da GNR são pessoas com falta de formação para o exercício eficaz das funções de prevenção – A14.A.6.

Metade das CPCJ admite ainda o desejo que a GNR pertença à Comissão Restrita, o que revela o valor que a instituição representa para a CPCJ e o que obriga a um aumento da responsabilidade para com esta última. A GNR deveria ainda, segundo a opinião de duas CPCJ, uniformizar documentos com outras Forças de Segurança para tornar mais eficiente o serviço nas CPCJ e não contribuir para a existência de divergências no modo de apresentação documentos partilhados, até mesmo entre diferentes Postos dentro da GNR.

Focando de novo na índole preventiva que é o enfoque da investigação, cabe à GNR, como entidade de primeira linha, perceber as necessidades da CPCJ de forma a corresponder ao que legalmente lhe é exigido pelo sistema de proteção de crianças e jovens nacional, aumentando a formação que se revela pobre nalgumas CPCJ e aumentando o efetivo para o apoio eficaz na prevenção da violência infantil – A14.A.5.

4.4. Resultados da Entrevista ao Chefe da RPC da GNR

Passando para a GNR e percorrendo a hierarquia, é a RPC da GNR quem está no topo da gestão desta temática. Responsável por todo o território nacional na zona de ação da GNR, importa apenas retirar o essencial da entrevista feita ao chefe da RPC para que enquadremos a SSPC e as SPC de Aveiro no contexto de prevenção criminal e policiamento comunitário feito na GNR em Aveiro (ver Apêndices D e I).

Assim, a entrevista revelou que a nova NEP 3.58 se encontra ainda em desenvolvimento – “está tudo a ser desenvolvido” – e a forma de atuar acaba por ser pelas SPC. Logo, o chefe da RPC salienta a pertinência que as SPC, enquanto operacionais, têm no âmbito da prevenção de primeira linha.

O chefe da RPC assume como sua perceção que os crimes contra as pessoas e o *bullying* são os crimes que mais afetam as crianças e os jovens. Segundo os dados da APAV, o crime de violência doméstica, a par dos crimes mencionados pelo entrevistado, são efetivamente aqueles que são mais perpetrados sobre as crianças e jovens. Segundo este, as

circunstâncias em que mais ocorrem os crimes são em contexto escolar, no “recreio devido à maior interatividade entre pares”. Assim, para o chefe da RPC, o agressor caracteriza-se por ser um indivíduo jovem que “convive diariamente com hábitos de violência e que acaba por exteriorizar no seu comportamento”; no caso da vítima este não consegue caracterizar dada a complexidade. Ainda no domínio da perceção do chefe da RPC, este revela que os pais são fulcrais no combate ou na produção de violência sobre crianças e jovens – “o primeiro elo de ligação com as crianças”. Efetivamente, os pais são preponderantes como já se verificou. O Chefe da RPC acrescenta ainda o valor que a *internet* assume na vida das crianças, para o bem e para o mal – “a *internet* (...) tem dado um contributo naquilo que é o processo de educação das crianças” e “aumenta a interatividade”.

O chefe da RPC fala ainda de parcerias com a “Microsoft, Disney, Centro de Internet Segura, (...), APAV (...)” entre muitas outras que apoiam na prevenção à violência infantil, partilhando as mensagens que as SPC acabam por querer passar por indicação da RPC. Estas parcerias “permitem dar visibilidade às ações”. Assim, as mensagens que a RPC pretende passar pelas parcerias e, principalmente, pelas SPC nos Destacamentos é de “focar naquilo que são os princípios da cidadania”, “alertar para o diálogo”, “alertar para os riscos”, sensibilizar para os “indicadores de alerta a nível dos comportamentos”, alertar para uma “supervisão saudável” pelos pais. Relacionando esta intenção do chefe da RPC com as intenções de partilha de mensagem das CPCJ, verifica-se que ambos estão em concordância; isto é, há uma harmonia no que diz respeito às intenções das CPCJ do distrito de Aveiro quando comparadas com as intenções da RPC da GNR.

4.5. Resultados da Entrevista ao Chefe da SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro

À semelhança da RPC, a SSPC da GNR tem apenas valor complementar à investigação uma vez que esta unidade acaba mais por ter a função de “coordenar e supervisionar” as SPC (GNR, 2017) (ver Apêndices D e J).

Há um conhecimento claro por parte do chefe da SSPC de Aveiro relativamente à nova NEP 3.58 e este acaba por completar que a relação entre RPC e a SSPC e a SSPC e as SPC acaba por se dar maioritariamente por via hierárquica sem problemas; a maior parte das resoluções de problemas acabam por nem chegar à RPC, uma vez que se resolvem “os assuntos a nível do comando”. O entrevistado identifica vantagens, nomeadamente a dedicação exclusiva ao serviço preventivo no sentido de que, assim, se “inspira confiança

nos cidadãos”. No entanto, considera que as SPC não têm efetivo para conseguir cumprir a NEP 3.58 “na sua plenitude”; a NEP “caminha num sentido positivo”, mas é impossível dar o “alcance que ela pretende”. Revela ainda um grande interesse pela formação prevista nela.

Relativamente à perceção que o chefe da SSPC de Aveiro tem sobre os fenómenos de violência sobre crianças e jovens, este partilha da opinião do chefe da RPC, contudo acredita que este fenómeno não só ocorre maioritariamente entre pares como também ocorre com frequência entre adultos e determinada vítima infantil. Neste ensejo, o entrevistado salienta, para além das ofensas à integridade física nas escolas, as “situações de violência doméstica em casa”. Considera que os agressores se opõem por norma à vítima por serem “mais altos e mais fortes”, com maior capacidade física quando se fala em contexto escolar e faz questão de mencionar o fenómeno da expansão da violência pela *internet* que as CPCJ frisaram como problemática que aflige a sociedade e que procuram sensibilizar os jovens disto. O papel dos pais continua a ser enaltecido: “é o papel mais importante”; à semelhança do discurso do chefe da RPC da GNR e das CPCJ do distrito de Aveiro.

Fica ainda importante de retirar da entrevista ao chefe da SSPC do Comando Territorial de Aveiro que “nem todos os militares estão aptos para irem para a SPC”. Admite que é preciso ter capacidades que distinguem estes militares dos demais, nomeadamente “empatia acima da média”.

4.6. Resultados das Entrevistas às SPC do Comando Territorial da GNR Aveiro

O papel da GNR na prevenção do fenómeno da violência sobre crianças e jovens em Aveiro passa pelas seis SPC que cobrem o distrito. Assim, estas últimas seis entrevistas são o reflexo da ação que atualmente a GNR de Aveiro toma face a este fenómeno e a sua relação com a entidade-ponte entre a GNR – entidade de primeira linha – e os tribunais – *ultima ratio* (ver Anexo A e Apêndices D e K).

Quadro 15. Apresentação de Resultados à Questão 1 da Entrevista às SPC

Q1								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B1.A.1		X	X	X	X	X	5	5 /6
B1.A.2	X						1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 16. Apresentação de Resultados à Questão 2 da Entrevista às SPC

Q2								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B2.A.1	X		X		X		3	3 /6
B2.A.2	X	X		X			3	3 /6
B2.A.3		X	X	X		X	4	4 /6
B2.A.4			X				1	1 /6
B2.A.5						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A primeira questão da entrevista serve apenas para enquadrar as SPC no contexto da entrevista e das suas funções. A resposta acerca da consciencialização das SPC para a nova NEP 3.58 revelou-se positiva: as seis SPC do distrito de Aveiro estão conscientes das alterações.

A questão “2. As alterações foram já aplicadas na sua totalidade?” revelou a impossibilidade de satisfazer a nova NEP – quatro das SPC esclareceram inclusive que é impossível dados os recursos, especialmente recursos humanos. Ainda assim, inevitavelmente, três SPC acrescentaram que o nome da secção mudou, mas que de resto tudo ficou igual. Revela-se algum atrito entre os desejos da RPC e a materialização deles.

Quadro 17. Apresentação de Resultados à Questão 3 da Entrevista às SPC

Q3								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B3.A.1	X	X	X	X		X	5	5 /6
B3.A.2		X			X		2	2 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta “3. Como funciona a relação de dependência técnica entre a RPC e as SPC e a SSPC e as SPC?” deu para perceber pelo comportamento detetado presencialmente que há uma boa relação entre as SPC e a RPC, contudo, a relação de dependência técnica não se efetiva por intermédio de comunicações telefónicas ou de outro tipo. Quaisquer problemas existentes são, de um modo geral, comunicados em primeira instância para a SSPC do Comando Territorial de Aveiro, coincidindo com o exposto pelo chefe entrevistado da SSPC de Aveiro. Respeita-se a via hierárquica.

Quadro 18. Apresentação de Resultados à Questão 4 da Entrevista às SPC

Q4								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B4.A.1	X						1	1 /6
B4.A.2	X		X				2	2 /6
B4.A.3	X		X			X	3	3 /6
B4.A.4		X		X			2	2 /6
B4.A.5					X	X	2	2 /6
B4.B.1		X			X	X	3	3 /6
B4.B.2				X			1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

As principais vantagens que as SPC encontram são elencadas na resposta à questão quatro – “Quais as vantagens e desvantagens que a nova NEP apresenta?” – coincidentes com as elencadas pela RPC e SSPC de Aveiro: a formação prevista (B4.A.3) e a esclarecedora e organizada estrutura das SPC que coloca militares fixos neste serviço.

Ainda assim, há desvantagens: as SPC do distrito de Aveiro julgam que aquilo que vem explanado na NEP é utópico (B4.B.1) – não há efetivo para aplicar. A segunda e última desvantagem encontrada por uma das SPC é a centralização das decisões na RPC, que compromete o serviço local que é distinto de zona para zona (B4.B.2).

Quadro 19. Apresentação de Resultados à Questão 5 da Entrevista às SPC

Q5								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B5.A.1	X	X				X	3	3 /6
B5.A.2	X						1	1 /6
B5.A.3	X				X	X	3	3 /6
B5.A.4	X	X					2	2 /6
B5.A.5		X	X	X		X	4	4 /6
B5.A.6		X					1	1 /6
B5.A.7				X	X		2	2 /6
B5.A.8					X	X	2	2 /6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 20. Apresentação de Resultados à Questão 6 da Entrevista às SPC

Q6								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B6.A.1	X	X	X				3	3 /6
B6.A.2	X			X	X	X	4	4 /6

Fonte: Elaboração Própria

Tal como se apercebe, à medida que se aproxima da componente mais operacional, a percepção dos fenómenos de violência vai ficando mais clara. É importante é existir comunicação de forma a fazer subir via hierárquica esta informação.

No ensejo do descrito, a questão “5. Quais os tipos de violência que ocorrem de forma mais frequente?” revela uma concordância com os dados recolhidos da APAV (2017): a violência doméstica é referida por mais de metade das SPC (B5.A.5), seguida do *bullying* (B5.A.1), ameaças (B5.A.3) e ofensas à integridade física simples (B5.A.8). Esta última tipologia referida, muitas vezes, acaba por se dissimular na confusão criada entre a sua prática pontual ou continuada da mesma que dá origem ao *bullying*.

No âmbito das circunstâncias em que ocorrem os fenómenos de violência, mais de metade das SPC acaba por salientar a escola como o principal local da ocorrência dos fenómenos de violência infantil, muito pelo facto de que o serviço que acabam por realizar gira em torno das escolas.

Quadro 21. Apresentação de Resultados à Questão 7 da Entrevista às SPC

Q7								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B7.A.1	X			X		X	3	3 /6
B7.A.2	X	X			X	X	4	4 /6
B7.A.3	X	X	X		X		4	4 /6
B7.A.4			X		X		2	2 /6
B7.A.5				X		X	2	2 /6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 22. Apresentação de Resultados à Questão 8 da Entrevista às SPC

Q8								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B8.A.1	X						1	1 /6
B8.A.2	X						1	1 /6
B8.A.3	X						1	1 /6
B8.A.4		X					1	1 /6
B8.A.5			X				1	1 /6
B8.A.6				X	X		2	2 /6
B8.A.7				X		X	2	2 /6
B8.A.8						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta sete vem mostrar a percepção das SPC acerca do perfil do ofensor e a pergunta oito o perfil da vítima.

Relativamente ao ofensor, as SPC estão de acordo: mais de metade acredita que surgem de famílias destruturadas (B7.A.3) e revelam-se economicamente débeis (B7.A.2). Metade das SPC acrescenta a debilidade social – B7.A.1 – como uma característica. Ainda assim, pela perceção feita da entrevista presencial, sente-se que está longe de ser estanque este perfil, uma vez que é cada vez mais frequente fenómeno de violência por agentes de alta classe social e com acesso a novas tecnologias, por exemplo.

Relativamente à vítima, as SPC não coincidem. Cada uma acaba por dar a sua opinião e há pouca concordância umas com as outras – ora dizem que é alguém socialmente bem (B8.A.2), ora dizem que é alguém socialmente debilitado (B8.A.6); ora dizem que está bem economicamente (B8.A.3), ora dizem que está mal economicamente (B8.A.4); entre outros. Posto isto, tal acontecimento não revela necessariamente a falta de formação dos militares ou que estes estão alheios aos conhecimentos desta temática; com efeito, a discrepância de opiniões encontrada relacionar-se-á com o facto de que estes possam ter em mente diferentes tipos de violência sobre crianças e jovens e, portanto, diferentes situações que acabam por gerar diferentes intervenientes.

Quadro 23. Apresentação de Resultados à Questão 9 da Entrevista às SPC

Q9								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B9.A.1	X	X	X	X	X	X	6	6 /6

Fonte: Elaboração Própria

A questão “9. Qual o papel dos pais no fenómeno de violência infantil?”, não deixa dúvida. As SPC confirmam aquilo que a RPC, a SSPC da GNR e as próprias CPCJ defendem: os pais são fulcrais, para o combate à violência infantil, são o primeiro pilar.

Quadro 24. Apresentação de Resultados à Questão 10 da Entrevista às SPC

Q10								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B10.A.1	X						1	1 /6
B10.A.2		X	X	X	X	X	5	5 /6
B10.A.3		X					1	1 /6
B10.A.4		X					1	1 /6
B10.A.5		X			X	X	3	3 /6
B10.A.6			X				1	1 /6
B10.A.7				X			1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta diz respeito à possibilidade de a *internet* ser um catalisador do fenómeno de violência sobre crianças e jovens. Apenas uma SPC acredita que não tem qualquer influência no comportamento das pessoas o mundo cibernético.

De uma forma ou de outra as SPC estão conscientes desta problemática que aflige as CPCJ – algo que através das entrevistas presenciais foi notado. Cinco das SPC consideram a existência de conteúdo violento (B10.A.2) um impulsionador para a violência, especialmente entre pares. Três SPC remetem ainda para um aspeto inovador a esta investigação: a desresponsabilização que a *internet* provoca quando surge violência (B10.A.5), pois o ofensor protege-se atrás de um ecrã. Revela-se aqui um alto nível de consciencialização das SPC para as novas tecnologias e a sua influência na sociedade.

Quadro 25. Apresentação de Resultados à Questão 11 da Entrevista às SPC

Q11								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B11.A.1	X				X		2	2 /6
B11.A.2	X		X	X	X	X	5	5 /6
B11.A.3	X					X	2	2 /6
B11.A.4	X		X		X	X	4	4 /6
B11.A.5		X					1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 26. Apresentação de Resultados à Questão 12 da Entrevista às SPC

Q12								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B12.A.1	X	X		X	X		4	4 /6
B12.A.2			X			X	2	2 /6

Fonte: Elaboração Própria

A questão “11. De que forma os militares da SPC se destacam dos militares das restantes unidades?” e a questão “12. Considera todos os militares preparados para este tipo de ações na SPC?” fundamentam-se na experiência dos militares que servem nas SPC.

Começando pela pergunta onze, as características que distinguem um militar da SPC são, fundamentalmente, a sensibilidade para a comunidade que têm (B11.A.2) e a preocupação prioritária em ouvir, ajudar, e não reprimir (B11.A.4). Neste ensejo, a maioria das SPC consideram que nem todos os militares estão aptos a exercer funções na SPC – B12.A.1 – contudo, duas referem o valor que a formação prevista na NEP 3.58 pode trazer.

Quadro 27. Apresentação de Resultados à Questão 13 da Entrevista às SPC

Q13								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B13.A.1	X	X		X		X	4	4 /6
B13.A.2		X					1	1 /6
B13.A.3			X		X		2	2 /6
B13.A.4					X		1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

Quando confrontados com a pergunta treze, alusiva às mensagens que as SPC acabam por passar às crianças e jovens, mais de metade destas acabou por revelar que a prática de comportamentos legal e socialmente corretos é a base das ações que realizam – B13.A.1.

Outro tipo de mensagem que acaba por se repetir ao longo das entrevistas é a transmissão da ideia da GNR como um amigo das crianças e jovens – B13.A.3. Esta mensagem relaciona-se diretamente com a proximidade especial que estas SPC, dotadas de sensibilidade – como já se viu pelas entrevistas às SPC e pelas já analisada entrevistas às CPCJ que o confirmam – pretendem estabelecer com a comunidade.

Ambos estes pontos são importantes de relacionar com as mensagens que a entidade legalmente prioritária para este tipo de fenómeno de violência pretende partilhar no âmbito da sua prevenção: a prática de comportamentos corretos acaba por envolver o desejo da CPCJ de partilha de mensagens positivas e não violentas para não chocar e; a visão da GNR como um amigo está diretamente relacionada com o desejo da CPCJ alertar para que as crianças tenham capacidade de partilhar quaisquer situações da ocorrência deste fenómenos.

Quadro 28. Apresentação de Resultados à Questão 14 da Entrevista às SPC

Q14								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B14.A.1	X						1	1 /6
B14.A.2	X		X				2	2 /6
B14.A.3		X		X	X		3	3 /6
B14.A.4			X	X			2	2 /6
B14.A.5						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

No seguimento das mensagens partilhadas com as crianças, surge a questão quatorze, relacionada com as mensagens que são partilhadas com adultos e entidades. Assim, no âmbito do combate preventivo ao fenómeno de violência sobre crianças e jovens, metade das SPC entende que os adultos e entidades não aderem sequer à partilha de mensagem –

B14.A.3 –, o que torna contraproducente o esforço. Ainda assim, cabe à GNR colmatar esta falta de adesão parental que está em contradição com o desejo da CPCJ de partilha da mensagem do cumprimento da parentalidade positiva.

Indo de encontro às intenções da CPCJ, duas das SPC ainda se repetem referindo que há uma tentativa de partilha com os pais e entidades para que estejam atentos aos comportamentos dos filhos e crianças e jovens em geral – B14.A.4 – e da ideia de sensibilização para o fenómeno da violência infantil – B14.A.2 – de forma a tornar os adultos conscientes dos tipos e das formas de identificar fenómenos de violência infantil.

Quadro 29. Apresentação de Resultados à Questão 15 da Entrevista às SPC

Q15								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B15.A.1	X	X	X	X	X	X	6	6 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta quinze diz respeito ao modo de atuação das SPC na *internet*. Não deixa dúvidas, as SPC não gerem qualquer página ou conteúdo *online* de forma autónoma – B15.A.1. Ainda assim, a GNR, só por si, já acaba por partilhar ações das diversas unidades, das quais as SPC de Aveiro acabam por integrar e contribuir para conteúdo digital.

Quadro 30. Apresentação de Resultados à Questão 16 da Entrevista às SPC

Q16								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B16.A.1	X				X		2	2 /6
B16.A.2		X	X				2	2 /6
B16.A.3			X				1	1 /6
B16.A.4			X				1	1 /6
B16.A.5				X			1	1 /6
B16.A.6						X	1	1 /6
B16.A.7						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta “16. Que obstáculos a SPC encontra na sua atuação no combate ao fenómeno de violência infantil?” revela diversas opiniões que não divergem, mas que se complementam. Apenas uma SPC se separa das demais alegando que não há obstáculos às parcerias – A16.A.5.

Assim, de forma hierárquica de menção nas entrevistas, os obstáculos que as SPC encontram são o défice de adesão dos pais às mensagens que as SPC partilham ou tentam partilhar; a falta de recursos humanos nas SPC que não permite às unidades ter o alcance na comunidade devido; a falta de apresentações informativas; a falta de formação dos militares – aspeto que quase metade das CPCJ entrevistadas de Aveiro considera verídico e relevante –; a vergonha que ainda há das pessoas em estabelecer contato com a GNR e; a própria imagem negativa que acompanha a GNR inevitavelmente pela índole repressiva e punitiva em que grande parte das suas ações se traduzem.

Quadro 31. Apresentação de Resultados à Questão 17 da Entrevista às SPC

Q17								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B17.A.1	X	X	X	X	X	X	6	6 /6
B17.A.2	X	X	X		X	X	5	5 /6
B17.A.3	X	X	X	X	X	X	6	6 /6
B17.A.4	X			X	X		3	3 /6
B17.A.5	X						1	1 /6
B17.A.6	X	X		X	X		4	4 /6
B17.A.7	X	X	X	X	X	X	6	6 /6
B17.A.8		X				X	2	2 /6
B17.A.9		X					1	1 /6
B17.A.10					X		1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A questão dezassete entra no grupo de perguntas respeitante às parcerias criadas pelas SPC como entidades de primeira linha no fenómeno da prevenção à violência sobre crianças e jovens. Esta pergunta acaba por pedir que o entrevistado elenque as entidades com que a sua SPC colabora.

As SPC foram bastante veementes na definição destas entidade; todas referiram que são parcerias todas as entidades possíveis de se relacionar com GNR de forma formal ou informal desde que em matéria de prevenção e combate à violência infantil – A17.A.1. Ainda assim, todas fazem questão de salientar duas: as CPCJ – A17.A.3 – e as escolas A17.A.7. Além destas, foram referidas a câmara municipal, as associações de pais, casas da juventude, várias IPSS, centros de saúde, segurança social e órgão de comunicação social. Estas parcerias acabam por se evidenciar como equivalentes às que as CPCJ elencaram.

Por detrás deste fenómeno das parcerias referido está o excelente trabalho interinstitucional que acaba por se espelhar numa enorme rede de cooperação: a CPCJ interage com as entidades de primeira linha consagradas na lei e com outras parcerias

informais ou formais e estas, por sua vez, interagem entre si. Este processo permite o cruzamento de dados, uma rede de comunicação gigante e revela uma coesão e dinâmica excepcionais nas entidades que integram a base da pirâmide da proteção de crianças e jovens e as CPCJ (ver Anexo A). Com isto, imensas vantagens podem surgir.

Quadro 32. Apresentação de Resultados à Questão 18 da Entrevista às SPC

Q18								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B18.A.1	X		X	X		X	4	4 /6
B18.A.2		X					1	1 /6
B18.A.3			X				1	1 /6
B18.A.4			X				1	1 /6
B18.A.5					X		1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

As vantagens destas parcerias estão espelhadas na resposta à pergunta “18. Quais são as principais vantagens dessas parcerias?”.

Relacionadas todas entre si, as SPC identificaram como vantagens: a maior visibilidade da SPC e da mensagem que se pretende dar a conhecer; a maior proximidade com o problema uma vez que diferentes problemas surgem em diferentes áreas das entidades de primeira linha e a as redes de comunicação aproximam todas as entidades e, consequentemente, os problemas; a responsabilização de todos, seja das entidades, seja da comunidade no âmbito do policiamento comunitário e ainda; a desburocratização de procedimentos que acabam por atrasar o processo e torná-lo ineficiente e até mesmo ineficaz – contactos informais permitem celeridade na atividade de prevenção criminal.

Aliada a estas vantagens todas que foram identificadas pontualmente – cada uma das vantagens surge apenas uma vez no discurso das seis SPC conjuntas – está uma vantagem que mais de metade das SPC fizeram questão de referir: a partilha de informação – B18.A.1. De facto, a partilha de informação, pela ambiguidade que materializa esta vantagem, acaba por incorporar todas as vantagens das parcerias já referidas e, no seu jeito vago, representa aquela que é a vantagem primordial conseguida com as colaborações formais ou informais referidas.

O cruzamento de dados entre entidades de primeira linha e outros parceiros formais ou informais das CPCJ que se constitui uma vantagem e revela elevada coesão entre a base e o meio da pirâmide da proteção de crianças e jovens (ver Anexo A) tem, como tudo, obstáculos.

Quadro 33. Apresentação de Resultados à Questão 19 da Entrevista às SPC

Q19								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B19.A.1	X				X		2	2 /6
B19.A.2	X						1	1 /6
B19.A.3		X	X	X			3	3 /6
B19.A.4						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A questão dezanove vem espelhar os obstáculos existentes às parcerias que permitem que a rede de comunicação excecional já referida tenha falhas.

Apesar da sua existência, até pelo discurso dos entrevistados das CPCJ, apenas três SPC identificaram obstáculos. Proporcionalmente, estas três SPC referidas acabaram por identificar três obstáculos. O primeiro obstáculo referido por duas destas três SPC é a burocracia excessiva para o serviço – B19.A.1 –, que vem a dificultar e criar até atrito entre entidades; quem sofre acaba por ser a vítima de violência. Os outros dois obstáculos são referidos apenas uma vez cada um deles: a pouca autonomia que as SPC têm para estabelecer as relações (B19.A.2) – a RPC acaba por não estar dentro das realidades sociais e a pouca autonomia destas unidades dificulta o serviço – e; a ideia que existe nas entidades e comunidade que a GNR se vai intrometer nas funções alheias, nas funções que são da competência dessas entidades.

Quadro 34. Apresentação de Resultados à Questão 20 da Entrevista às SPC

Q20								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B20.A.1	X						1	1 /6
B20.A.2		X					1	1 /6
B20.A.3			X		X		2	2 /6
B20.A.4				X			1	1 /6
B20.A.5					X		1	1 /6
B20.A.6						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

O pedido “20. Indique que mudanças poderiam ser efetuadas no sentido de otimizar as relações parcerias.” Permitiu elencar uma série de mudanças que se complementam entre si, isto é, mais uma vez, nenhuma sugestão deve ser descurada em detrimento de outra, já que todas são importantes para que melhor trabalho seja feito. Ainda assim, uma SPC afirma que já está tudo otimizado nestas relações, está tudo num ponto ótimo de relações. Tal facto

é bom ser ouvido, contudo, e apesar de na pergunta anterior metade das SPC terem dito que não existiam obstáculos, agora, apenas uma não refere mudança potencializadores da eficiência do serviço nas SPC.

As mudanças elencadas pelas SPC passam por desburocratizar a partilha de informação, rever o sistema de proteção de crianças e jovens, reunir mensalmente com estas parcerias, rever a nova NEP 3.58 e oferecer mais autonomia às SPC. De forma genérica, percebe-se que as mudanças vão no sentido de colmatar os obstáculos já elencados e analisados.

Quadro 35. Apresentação de Resultados à Questão 21 da Entrevista às SPC

Q21								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B21.A.1	X		X	X	X		4	4 /6
B21.A.2		X	X	X	X		4	4 /6
B21.A.3		X					1	1 /6
B21.A.4				X	X		2	2 /6
B21.A.5						X	1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

A pergunta “21. Qual ou quais as parcerias mais importantes?” foi uma questão que também foi colocada às CPCJ que olham para baixo – para a base da pirâmide (ver Anexo A) – para as parcerias e, agora, foi colocada às SPC da GNR – entidades na base da pirâmide e que acabam por olhar para as suas relações interinstitucionais no mesmo nível ou para cima se falarmos da CPCJ e dos tribunais. Talvez por esse facto, não houve quaisquer constrangimentos sentidos nas entrevistas presenciais realizadas em elencar de forma particular as entidades mais importantes, contrariamente às entrevistas realizadas às CPCJ onde se denotou alguma inquietude em responder com clareza a esta questão.

São fulcrais para a atuação de prevenção criminal no âmbito desta temática as CPCJ, as escolas, os centros de saúde e a câmara municipal.

Não obstante do exposto e daquilo já se referiu acerca do comportamento detetado presencialmente nas SPC face às CPCJ quando confrontados com a mesma questão, duas SPC – que frisaram ambas a CPCJ e a escola como entidades mais importantes – acrescentaram humildemente que todas as parcerias acabam por ter o seu valor – B21.A.4. Ainda assim, duas SPC em seis (um terço) não são comparáveis às onze CPCJ em doze (mais de noventa por cento) que referiram que todas as entidades são importantes. Há um maior à vontade na resposta observado pessoalmente que se nota pela familiaridade institucional com

o entrevistador e por estarem as SPC ao mesmo nível ou num nível inferior de atuação às entidades parceiras no que concerne ao sistema de proteção de crianças e jovens e, portanto, sem tanta responsabilidade sobre si como aquela que a CPCJ revela por se encontrar no patamar superior da pirâmide da proteção de crianças e jovens (ver Anexo A).

Quadro 36. Apresentação de Resultados à Questão 22 da Entrevista às SPC

Q22								
UR	Entrevistados						UEn	Resultado
	E16	E17	E18	E19	E20	E21		
B22.A.1	X			X	X		3	3 /6
B22.A.2		X					1	1 /6
B22.A.3					X		1	1 /6

Fonte: Elaboração Própria

No final, à semelhança de todas as outras entrevistas, foi dada oportunidade aos entrevistados de exprimirem a sua opinião acerca de um assunto qualquer no âmbito das temáticas em investigação. Tal assunto, certamente acaba por revelar aquilo que mais afeta ou marca o normal funcionamento da entidade que os entrevistados representam.

Relativamente às SPC, a pergunta vinte e dois vem dar essa oportunidade. Assim, quatro SPC optaram por aproveitar essa pergunta, enquanto que as restantes duas não tinham nada a acrescentar.

Das quatro SPC que optaram por responder a esta questão, três delas – metade do total das SPC – frisaram a falta de recursos humanos (B22.A.1). O baixo efetivo é algo que aflige todo o dispositivo da GNR, contudo, uma nova NEP 3.58 deveria estar consciente disso, e não está. O terreno sente isto.

Acrescentaram ainda mais duas mensagens: a de que todos os militares deveriam passar pela SPC, provisoriamente, acompanhados de elementos já experientes nestas temáticas, de forma a estarem conscientes das práticas de prevenção e a exigência que isto revela e; a de que a colmatação de falhas não depende só da GNR a qualquer nível, depende também do Governo. Isto é, a primeira mensagem diz respeito à imagem que a GNR tem das SPC, como elementos que não fazem nada e têm um serviço descansado comparativamente aos da territorial ou outra unidade mais específica – tal não é verdade, segundo as entrevistas. A segunda mensagem diz respeito à desresponsabilização que se sente por parte do Governo em disponibilizar meios para colmatar os problemas na GNR e, mais especificamente, na SPC, nomeadamente meios humanos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As crianças e jovens têm vindo a receber um carinho especial pela sociedade contemporânea. Por detrás deste fenómeno está, certamente, a evolução da sociedade, a visão da criança como alguém que pode afetar o futuro e não como um meio para satisfazer as necessidades presentes. A GNR, como força de segurança procura cumprir e fazer cumprir aquilo que a legislação estabelece e, uma vez que a legislação escolta as necessidades da sociedade, esta por sua vez segue um caminho de valorização do futuro dos mais pequenos.

Esta investigação conclui-se nesta fase. Assim, torna-se fulcral responder às perguntas derivadas, infirmando ou confirmando as suas hipóteses formuladas na introdução deste trabalho; responder à pergunta de partida de forma profunda, salientando o cumprimento de objetivo alcançado, e ainda; polir as arestas do termo de trabalho, alimentando a curiosidade científica para investigações futuras no âmbito desta temática.

Assim sendo, a resposta à pergunta derivada um – “Que intervenientes fazem parte do fenómeno da violência infantil e como se caracterizam?” – pode ser confirmada. Efetivamente a violência sobre crianças e jovens tem dois grandes intervenientes, um agressor e uma vítima; quanto à caracterização dos mesmos, a investigação serviu para aludir. Neste ensejo, a ambiguidade nas respostas dadas pelas SPC não revelam falta de competência, mas sim a perceção de diferentes tipos de violência que originou diferentes respostas; não obstante, é fulcral conhecer os intervenientes, antes de atuar na prevenção. Tal ação só pode ser executada com eficácia com um bom suporte: a formação.

Caracterizá-los é uma tarefa muito subjetiva dada a complexidade de determinada situação e dada a panóplia de situações de violência sobre crianças e jovens. Ainda assim, torna-se possível discernir da investigação que são maioritariamente adultos os agressores, uma vez que a maior parte dos fenómenos de violência infantil são no âmbito da violência doméstica; neste pressuposto, as vítimas infantis acabam por ser maioritariamente os filhos.

Os crimes contra as pessoas, nomeadamente as ofensas à integridade física – que muitas vezes a sociedade confunde com *bullying* – acaba por ser a segunda maior causa de violência sobre crianças e jovens. Esta forma de violência encontra-se maioritariamente entre pares, isto é, outras crianças e jovens agressores que pontualmente infligem danos. Nesta situação, os entrevistados acabaram por ser mais claros e um enorme apoio para a investigação. A vítima é alguém cujo perfil se distingue e opõe ao do seu agressor nalgum aspeto, causando atrito; por exemplo, estabilidade económica face a precaridade financeira.

A resposta à primeira pergunta acaba por infirmar a hipótese dada na segunda pergunta derivada; isto é, relativamente à pergunta seguinte que interroga a forma como se expressa a violência sobre crianças e jovens, percebe-se que ao contrário da hipótese formulada, o *bullying* não é o principal tipo de violência. Tal como já se conseguiu retirar, o *bullying* existe efetivamente, mas não com a expressão que a sociedade lhe atribui. A violência doméstica é, sem dúvida, a situação de violência que mais se destaca; seguida dos crimes contra as pessoas onde as ofensas à integridade física simples e as ameaças ocorrem com frequência, contudo não de forma continuada, mas sim pontual.

A resposta a estas duas perguntas permitiu, desde já, perceber uma lacuna que aflige o sistema de proteção português na sua índole preventiva – através das entidades de primeira linha e pela CPCJ na modalidade alargada: olha-se demasiado para a vítima e não tanto para a origem do problema. De facto, o seio familiar é responsável pela violência doméstica, e dele surge também o pilar da educação que define o comportamento das crianças; é no seio familiar que o fenómeno preventivo deve ser trabalhado.

Pelas entrevistas percebe-se que há uma intenção clara de chegar aos pais com as mensagens que se passa às crianças, mas sem sucesso uma vez que aqueles que devem aderir, não aderem. Este fenómeno não deve ser tratado de forma leviana. Assim, uma vez esgotadas as competências das entidades de primeira linha, o legislador deve garantir a obrigatoriedade de adesão de sujeitos que têm sobre a sua tutela crianças ou jovens, de forma a envolver aquele que é o pilar principal no desenvolvimento cívico da criança e do jovem que no futuro será uma pequena parte daquilo que representa toda a comunidade.

A resposta à pergunta derivada três – “Que intervenientes fazem parte na prevenção ao fenómeno de violência infantil e como funcionam e se relacionam entre si?” – não revoga a sua hipótese formulada na introdução, mas completa-a muito mais. De facto, ao nível da prevenção, o sistema de proteção português apresenta uma amálgama de entidades designadas de “entidades com competência em matéria de infância e juventude” onde se incluem as forças de segurança – como a GNR –, as escolas, todas as IPSS pertinentes à temática, os centros de saúde, as câmaras municipais, entre muitas outras que se relacionam entre si através da partilha de informação e apoio em ações de sensibilização, principalmente.

Acima destas entidades com responsabilidade de prevenção do fenómeno de violência sobre crianças e jovens está ainda outra com competências preventivas: as CPCJ. Estas acabam por se relacionar da mesma forma com as entidades de primeira linha referidas usufruindo dos seus serviços, redireccionando a comunidade para cada um dos serviços que se mostrem pertinentes para cada situação.

No ensejo do exposto, a resposta à pergunta quatro – “Quais as competências da GNR no que concerne à prevenção à violência infantil na região de Aveiro e como isto se relaciona com a nova NEP 3.58?” – torna-se facilitada. Confirma-se, antes de mais, a hipótese referida na introdução. De facto, não só pela missão que lhe é confiada, mas também pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a GNR tem o dever de prevenção deste fenómeno enquanto entidade de primeira linha no sistema de proteção de crianças e jovens portugueses.

A GNR deve, assim, segundo intenções das CPCJ de Aveiro e pelo que se pode discernir das falhas que as mesmas procuram colmatar: apoiar com meios humanos sempre que possível as CPCJ; como primeira linha de contacto com as crianças e jovens, devem alertar para as problemáticas da violência e sensibilizá-las para a práticas de comportamentos corretos; devem promover a parentalidade positiva junto dos pais, o que se relaciona com o facto dos pais serem o pilar principal no desenvolvimento da crianças.

A NEP 3.58 acaba por ser fulcral para espelhar as competências das unidades da GNR responsáveis por representar a instituição enquanto entidades de primeira linha; contudo, e porque as SPC da GNR não são responsáveis apenas pelas problemáticas que afligem as crianças e os jovens, esta torna-se aparentemente ambígua. A nova NEP 3.58 não concretiza nem enaltece a importância da relação que deve existir com as CPCJ, apenas o faz de forma ambígua. Tal poderia representar a liberdade que a RPC acaba por depositar nas SPC para gerir parcerias locais – algo que de forma exímia a NEP consagra. Ainda assim não é isso que acontece quando as intenções da RPC passam por ser a uniformização de todas as SPC.

O que se sente nas SPC é que há pouca autonomia e a uniformização das diferentes SPC vai comprometer um serviço que não é igual de região para região. Em Aveiro, diferentes realidades são sentidas e, como tal, diferentes ações preventivas devem ser realizadas; ainda que a RPC permita isso, a NEP não o esclarece. As competências da GNR ao nível da prevenção acabam por ser comprometidas pela NEP 3.58 uma vez que, pelas entrevistas, o que se sente nas SPC é que a NEP é pouco esclarecedora – ainda que muito mais elucidativa do que a que vigorava até então – e oferece pouca autonomia às SPC. Tal fenómeno vai afetar a relação que a GNR tem com outras entidades com competência em matéria de infância e juventude e até mesmo com a entidade-charneira do sistema de proteção à criança e jovem em perigo português, as CPCJ.

Como aquilo que a nova NEP acaba por consagrar de menos positivo é apenas uma ínfima parte de todo o documento, a formação e a exclusividade de afetação a este serviço preventivo é algo inovador, pioneiro e admirado em todas as SPC de Aveiro, pela SSPC de Aveiro e até mesmo pelas CPCJ e pela Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ.

A hipótese à pergunta cinco relativamente à preparação da GNR para cumprir a sua missão neste âmbito passa por colmatar os aspetos menos positivos já referidos da nova NEP 3.58 – apesar da clara melhoria face à NEP anterior – e, acima de tudo, sensibilizar quem de Direito para o aumento de efetivo. As SPC sentem que é necessário mais efetivo para fazer cumprir aquilo que o sistema de proteção de crianças e jovens exige, apoiar as CPCJ, realizar ações de índole preventiva e cumprir a nova NEP – que se revela utópica face ao efetivo que as SPC de Aveiro têm afetos ao serviço.

Destacando as SPC, estas consideram que nem mesmo todos os militares estão aptos para realizar estes serviços preventivos: é preciso sensibilidade e formação. Neste ensejo, surge mais uma vez um enaltecimento à qualidade da nova NEP, uma vez que esta prevê uma seleção e formação de militares para este serviço.

Apesar destas dificuldades, não se pode infirmar a hipótese dada à pergunta derivada cinco. De facto, as SPC da GNR de Aveiro têm falta de efetivo, pretendem mais formação, consideram que têm pouca autonomia e por isso têm entraves na sua ação, mas fazem o seu trabalho de forma distinta – reconhecem-no as CPCJ, a SSPC de Aveiro e as próprias SPC não o escondem. Revela-se que há um enorme espírito de abnegação nas SPC de Aveiro, apoiado pela participação ativa da RPC da GNR e da SSPC da GNR de Aveiro, aliado a outro grande esforço institucional nas CPCJ. Assim, não pela quantidade de recursos humanos, mas pela qualidade que em Aveiro se encontra, a missão tem sido cumprida.

Relativamente à última pergunta derivada – “Que medidas se poderiam implementar que visem uma melhor atuação da GNR, ao nível das suas competências, na prevenção da violência infantil?” – esta acaba por ser revelar bem simples de responder dadas as respostas dos entrevistados, mas algo complexa de colocar em prática. Assim, fica importante referir que a hipótese dada a esta questão na introdução da investigação tem que ser infirmada.

Os motivos para isso passam pelo simples facto de haver mudanças pertinentes à atuação ou funcionamento da GNR na abordagem a estas temáticas. Nesse sentido, e tendo por base as opiniões da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ, as doze CPCJ de Aveiro entrevistadas, o chefe da RPC da GNR, o chefe da SSPC da GNR de Aveiro e as seis SPC da GNR de Aveiro conclui-se que: deveria haver mais tempo de afetação das entidades a medidas preventivas do fenómeno de violência sobre crianças e jovens; deve ser utilizada a *internet* para partilha de mensagens aos jovens a um nível local mais restrito, bem como parcerias com órgãos de comunicação social; devem-se ter ações junto das crianças mas aumentar o enfoque nos seus encarregados de educação; deve fazer-se maior uso da

autonomia local e desburocratizar as relações entre entidades, sem prejuízo do sigilo; deve-se aumentar a formação dos militares, bem como o efetivo afeto a este tipo de serviço.

Assim, respondendo à pergunta de partida, ao cerne deste trabalho, de forma objetiva e englobando tudo o que já foi referido, a GNR de Aveiro é efetivamente capaz de realizar uma boa atuação, dando mais daquilo que os meios logísticos e humanos o permitem. Ainda assim, apresenta inúmeras falhas que com a nova NEP 3.58 algumas podem ser corrigidas – como a formação e a afetação a tempo inteiro para o serviço de prevenção. Ainda assim, falhas nas SPC há que a NEP acaba por não colmatar.

Posto tudo isto, os objetivos propostos a abordar consideram-se cumpridos e as metas alcançadas. A GNR mais uma vez, por intermédio das SPC de Águeda, Anadia, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira e dos seus representantes nestas matérias, assume um papel preponderante na vida dos aveirenses; em conjunto com a excelência e o empenho dos elementos que compõem as CPCJ – que partilham das dificuldades da GNR –, o Comando Territorial de Aveiro acaba por fazer o seu serviço, além daquilo que os meios logísticos e os recursos humanos permitem, fazendo do sistema de proteção de crianças e jovens aveirense, um exemplo para todo o território nacional; um mote de que nas condições mais adversas é quando o valor humano melhor se revela.

Certas limitações foram encontradas ao longo da realização desta investigação. Ainda assim, nunca impeditivas para que os objetivos fossem alcançados. Apenas se torna importante referir a dificuldade que se sentiu em realizar muitas entrevistas presenciais em tão curto espaço de tempo num grande espaço geográfico que é o distrito de Aveiro.

Para futuras investigações seria proveitoso analisar outra região geográfica do território nacional e até mesmo compará-la com Aveiro, ou tratar a GNR ao nível dos processos de acompanhamento de crianças e jovens; isto é, analisar a pertinência da participação ou não da GNR na Comissão Restrita das CPCJ.

Enquanto entidade de primeira linha no sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, a GNR estabelece inúmeras parcerias com outras entidades em matéria de infância e juventude. Seria uma mais valia uma investigação delimitada à análise da relação que se estabelece entre a GNR e uma ou mais entidades com este perfil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDI - Comunicação e Direitos. (2017). *Por que não se deve utilizar o termo “menor de idade” ao se referir a crianças e adolescentes?* Obtido em 27 de Fevereiro de 2017, de ANDI - Comunicação e Direitos: <http://www.andi.org.br/help-desk/por-que-nao-se-deve-utilizar-o-termo-menor-de-idade-ao-se-referir-criancas-e-adolescentes>
- APAV. (2002). *Manual Core para o Atendimento de Crianças Vítimas de Violência Sexual - Parte I*. Lisboa: APAV.
- APAV. (2015). *Folha Informativa - Bullying*. Lisboa: APAV.
- APAV. (2016). *Estatísticas APAV - Relatório Anual 2015*. Lisboa: APAV.
- APAV. (2017). *Estatísticas APAV: Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2016*. Lisboa: APAV.
- APAV. (2018a). *Prémios & Distinções*. Obtido em 27 de Fevereiro de 2018, de APAV: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/a-apav/premios-distincoes
- APAV. (2018b). *Infografia Rede CARE: Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual*. Lisboa: APAV.
- Assembleia da República. (2005). *Decreto de 10 de Abril de 1976 alterado pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto: Constituição da República*. Diário da República, 1.ª-A série, n.º 155.
- Assembleia da República. (2007). *Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da GNR*. Diário da República, 1.ª série, n.º 213.
- Assembleia da República. (2013). *Lei n.º 53/2008, de 28 de agosto alterada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto: Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.ª série, n.º 163.
- Assembleia da República. (2015a). *Decreto-Lei n.º 47344/1966, de 25 de novembro alterado pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro: Código Civil*. Diário da República, 1.ª série, n.º 177.
- Assembleia da República. (2015b). *Lei n.º 166/1999, de 14 de setembro alterada pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro: Lei Tutelar Educativa*. Diário da República, 1.ª série, n.º 10.
- Assembleia da República. (2016a). *Decreto-Lei n.º 48/1995, de 15 de março alterado pela Lei n.º 39/2016, de 19 de dezembro: Código Penal*. Diário da República, 1.ª série, n.º 241.

- Assembleia da República. (2016b). *Decreto-Lei n.º 78/1987, de 17 de Fevereiro alterado pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro: Código do Processo Penal*. Diário da República, 1.ª série, n.º 244, 1.º suplemento.
- Assembleia da República. (2016c). *Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de setembro: Regime Jurídico Aplicável à Prevenção da Violência Doméstica, à Proteção e à Assistência das suas Vítimas*. Diário da República, 1.ª série, n.º 248.
- Assembleia da República. (2017). *Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, 1.ª série, n.º 99.
- Carreira, S. (2013). *Quimera*. Brasília: Clube de Autores.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2016*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2017). *Relatório Intercalar de Execução do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2014-2017)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Copeto, R. (7 de Julho de 2015). *Rogério Copeto (Opinião): Predadores Online*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2018, de Lidador Notícias: <http://www.lidadornoticias.pt/rogerio-copeto-opinio-predadores-online/>
- Day, V. P., Telles, L. E., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R., Machado, D. A., Silveira, M. B., . . . Blank, P. (2003). *Violência Doméstica e Suas Diferentes Manifestações*. Porto Alegre: Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.
- Depósito das Escrituras Sagradas. (1945). *A Bíblia Sagrada*. (A. P. Figueiredo, Trad.) Lisboa: OF Gráfica.
- Diário de Notícias/Lusa. (6 de Fevereiro de 2018). Educadora e Auxiliar de Escola em Santa Maria da Feira Acusadas de Maus Tratos. *Diário de Notícias*. Obtido em 28 de Fevereiro de 2018, de <https://www.dn.pt/portugal/interior/educadora-e-auxiliar-de-escola-em-santa-maria-da-feira-acusadas-de-maus-tratos-9101527.html>
- Felizardo, M. J., Ribeiro, D. A., Santos, L. E., & Gradim, C. V. (2011). Uma Abordagem Sobre a Violência Infantil no Campo Histórico, Social e de Saúde. *Pediatria Moderna*, 47-52.
- Fortin, M.-F. (2003). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência.

- Freixo, M. J. (2009). *Metodologia Científica: Fundamentos, Técnicas e Métodos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GNR. (2016). *O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR*. Obtido em 11 de Junho de 2016, de Guarda Nacional Republicana: http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx
- GNR. (2017). *NEP/GNR - 3.58, de dezembro de 2017: Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário*. Lisboa: GNR/CO.
- Governo Português. (2015). *Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2017, de 10 de novembro*. Diário da República, 1.ª série, n.º 217.
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). Intimidade e Violência no Namoro: Refletir a Problemática nos/as Jovens. Em P. Casaleiro, & P. Branco, *Atas do Colóquio Internacional: Os Jovens e o Crime - Transgressões e Justiça Tutelar* (pp. 14-26). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Hacohen, M. H. (2002). *Karl Popper - The Formative Years, 1902-1945: Politics and Philosophy in Interwar Vienna*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haggerty, R., Sherrod, L., Garmezy, N., & Rutter, M. (1996). *Stress, Risk and Resilience in Children and Adolescents: Processes, Mechanisms and Interventions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Lisboa, M., & Dias, A. L. (2008). *Organizações e Meio Envolverte: o caso do 'Policiamento de Proximidade'*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Machado, J. A., & Sanches, M. A. (2014). A Gênese da Violência Infantil. *Caderno Teológico da PUCPR*, 173-189.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Markel, H. (14 de Dezembro de 2009). Case Shined First Light on Abuse of Children. *The New York Times*. Obtido em 28 de Março de 2018, de <https://www.nytimes.com/2009/12/15/health/15abus.html>
- Martingo, C. (2009). *O Corte dos Genitais Femininos em Portugal: O Caso das Guineenses - Estudo Exploratório*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

- Meira, S. (1972). *Lei das XII Tábuas: Fonte do Direito Público e Privado* (3.^a ed.). Rio de Janeiro: Forense.
- Monteiro, S., Ribeiro, R., Lemes, S., & Muzzeti, L. (2011). *Educações na Contemporaneidade: Reflexões e Pesquisa*. São Paulo: Pedro & João Editores.
- O Jornal Económico. (28 de Abril de 2017). 'Baleia Azul': Jogo da Morte Já Faz Vítimas em Portugal. *O Jornal Económico*. Obtido em 1 de Março de 2018, de <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/baleia-azul-jogo-da-morte-ja-faz-vitimas-em-portugal-151921>
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- Oliveira, M. M. (2005). *Como Fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Perozzi, M. (2007). Violência Contra Crianças Está Presente em Qualquer Classe Social. *Ciência e Cultura*, 59.
- Poiares, P. (19 de Maio de 2017). GNR Confirma Que Há Adultos Vítimas do Jogo Baleia Azul. (M. Russo, Entrevistador) Revista Sábado. Obtido em 28 de Fevereiro de 2018, de <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/gnr-confirma-que-ha-adultos-vitimas-do-jogo-baleia-azul>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, C. d. (2015). As Sinalizações de Risco e Perigo Social na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro. Em P. Casaleiro, & P. Branco, *Atas do Colóquio Internacional: Os Jovens e o Crime - Transgressões e Justiça Tutelar* (pp. 98-109). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Save The Children. (2017). *Our Story*. Obtido em 18 de Abril de 2018, de Save The Children: <https://www.savethechildren.net/about-us/our-story>
- Smith, P., Steffgen, G., & Sittichai, R. (2013). The Nature of Cyberbullying. Em P. Smith, & G. Steffgen, *Cyberbullying Through The New Media: Findings From an International Network*. Nova Iorque: Psychology Press.
- Sociedade Bíblica do Brasil. (2017). *Um Ano Com a Bíblia Sagrada: Série Estudando as Escrituras*. Tamboré: Sociedade Bíblica do Brasil.
- Streck, D. (2013). *Rousseau & a Educação* (2.^a ed.). Belo Horizonte: Autentica.

- The Encyclopaedia Britannica Company. (1911). *The Encyclopaedia Britannica: Eleventh Edition*. Cambridge: University Press.
- Trojanowicz, R. C., & Bucqueroux, B. (1998). *Community Policing: How to Get Started*. USA: Routledge.
- UNICEF. (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: UNICEF.
- UNICEF. (2018). *Declaração UNICEF Sobre MGF: Uma Luta Contra Tradições Nefastas*. Nova Iorque: UNICEF.
- UNICEF-Portugal. (2017a). *A Nossa História*. Obtido em 18 de Abril de 2018, de UNICEF - Portugal: <https://www.unicef.pt/unicef/a-historia/>
- UNICEF-Portugal. (2017b). *O que Fazemos*. Obtido em 18 de Abril de 2018, de UNICEF-Portugal: <https://www.unicef.pt/o-que-fazemos/>
- UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas. (2017). *Informação Sobre a ONU*. Obtido em 18 de Abril de 2018, de UNRIC-Centro Regional de Informação das Nações Unidas: <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Apêndices

Apêndice A – Organograma Representativo do Enquadramento das SPC na GNR

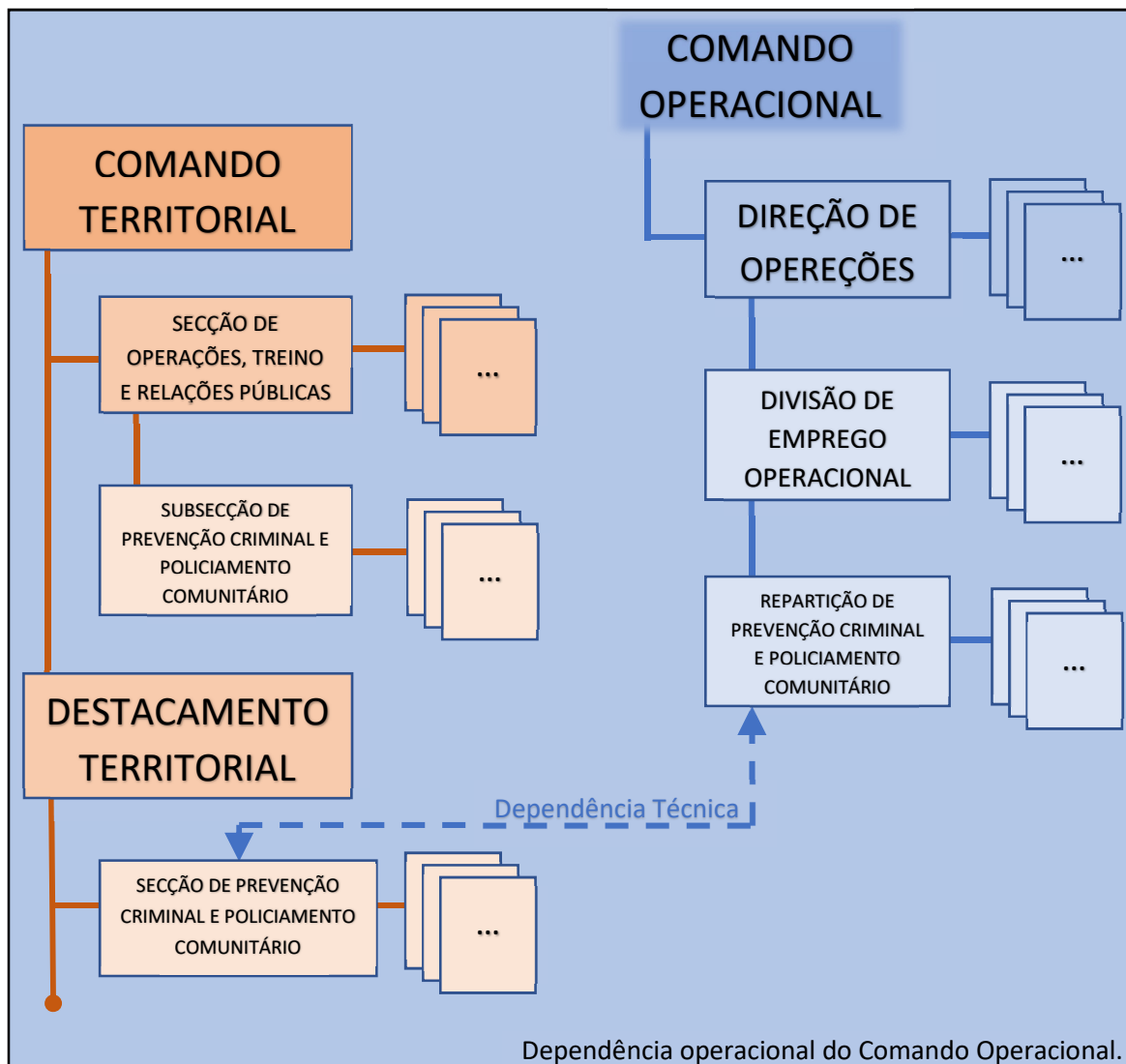


Figura 5. Organograma Representativo do Enquadramento das SPC na GNR

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice B – Mapa do Distrito de Aveiro

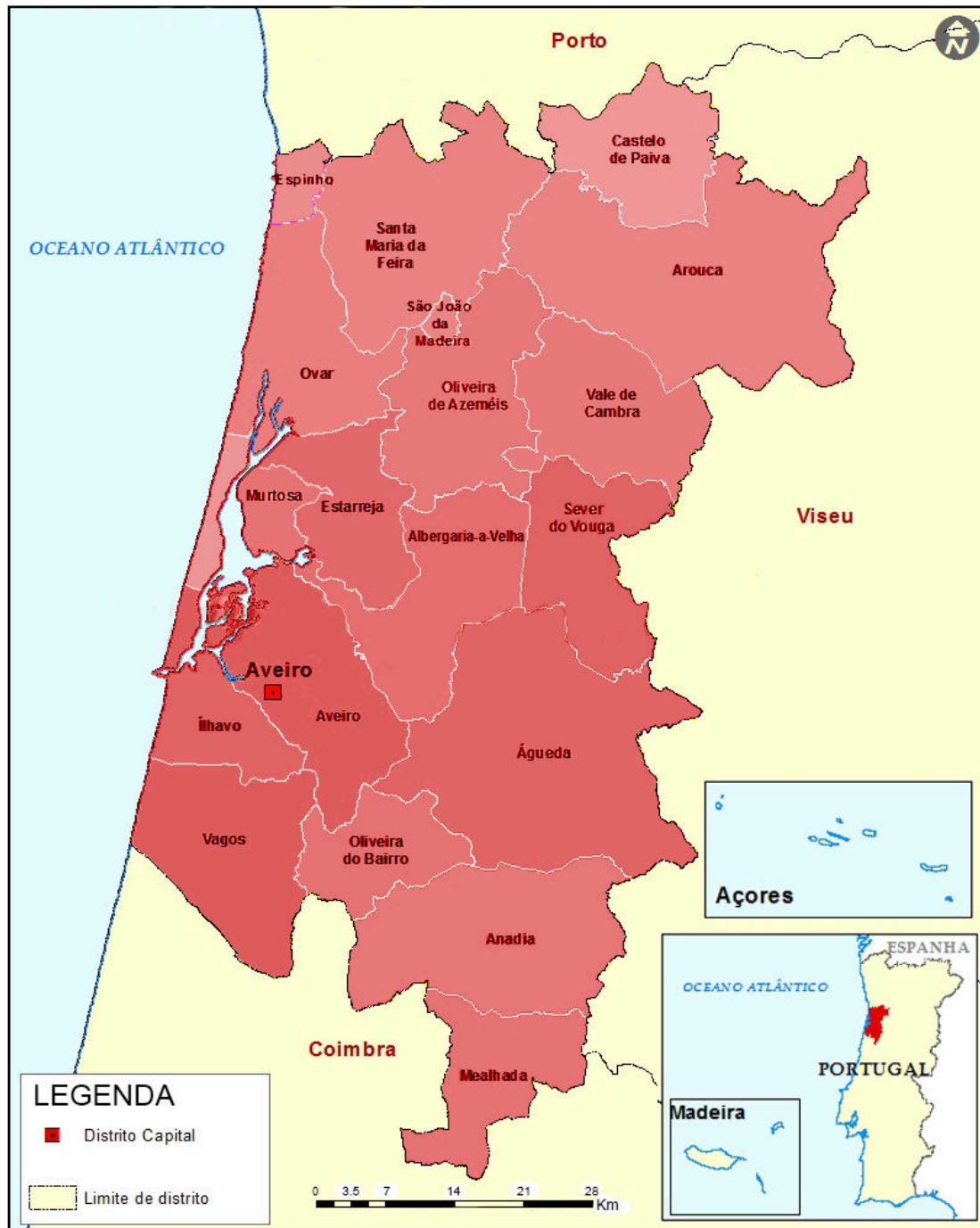


Figura 6. Mapa do Distrito de Aveiro

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice C – Mapa da Zona de Ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro, da Zona de Ação da PSP e das SPC e SSPC da GNR de Aveiro

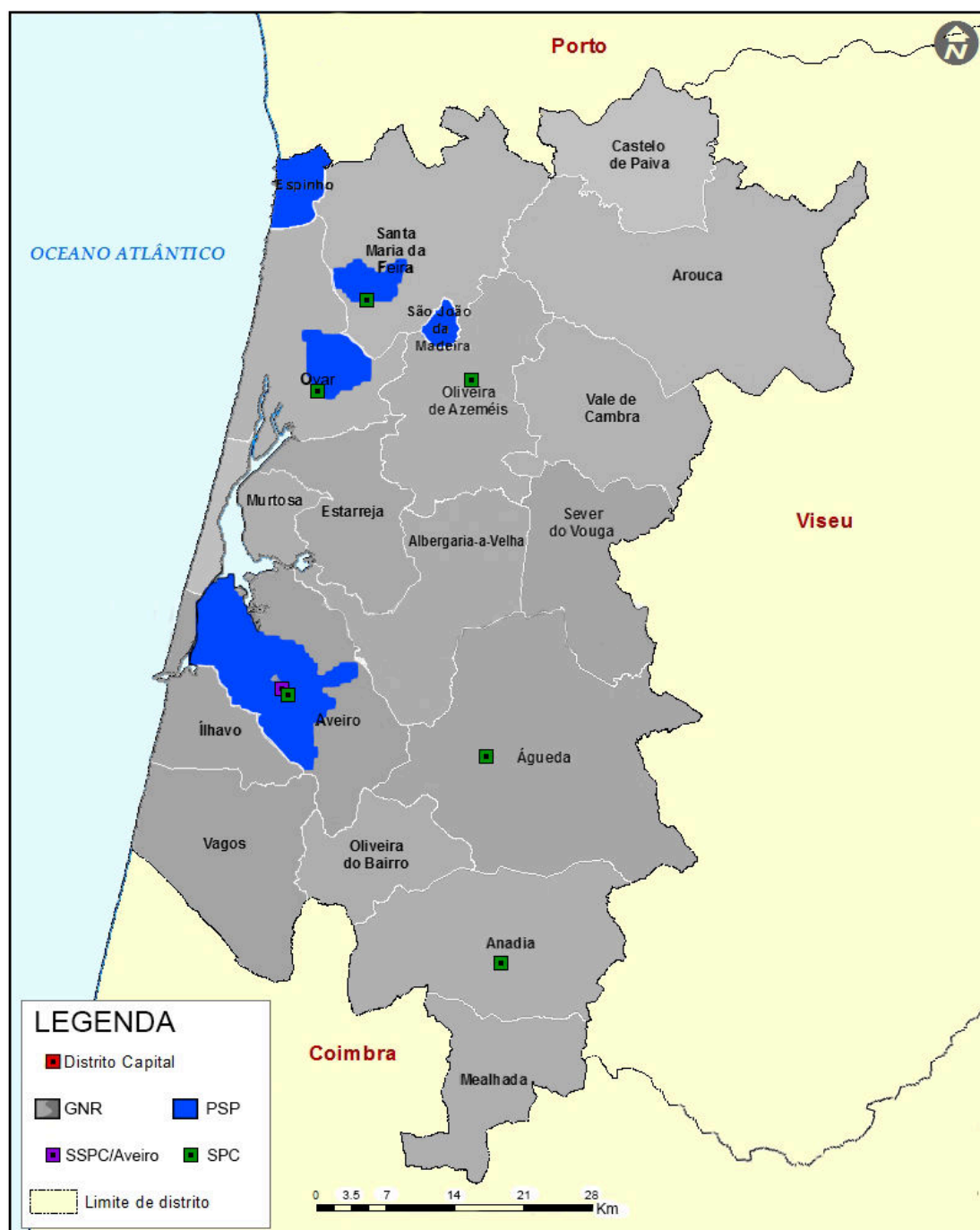


Figura 7. Mapa da Zona de Ação da GNR e da PSP no Distrito de Aveiro com Localização da SSPC e das SPC de Aveiro

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice D – Entidades Entrevistadas

D.1. Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

Quadro 37. Entrevistado da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

Entrevistado		Função	Local	Dia	Hora	Modo
E1	Hélio Ferreira	Coordenador	Aveiro	09 de abril	09:30	Presencial

Fonte: Elaboração Própria

D.2. CPCJ

Quadro 38. Entrevistados das CPCJ do Distrito de Aveiro

Entrevistado		Função	Local/CPCJ	Dia	Hora	Modo
E2	Rui Branco	Presidente	Águeda	12 de abril	11:00	Presencial
E3	Jorge Oliveira	Presidente	Arouca	10 de abril	17:00	Presencial
E4	Beatriz Reis	Presidente	Aveiro	12 de abril	17:00	Presencial
E5	Isabel Pinto	Presidente	Estarreja	16 de abril	10:00	Presencial
E6	Nuno Craveiro	Secretário	Ílhavo	18 de abril	09:30	Presencial
E7	M. Elisabeth Valente	Presidente	Murtosa	27 de abril	11:00	Presencial
E8	Goreti Mano	Presidente	O. de Azeméis	23 de abril	16:00	Presencial
E9	Clélia Nogueira	Presidente	O. do Bairro	18 de abril	14:00	Presencial
E10	Ana Paula Rodrigues	Presidente	Ovar	09 de abril	11:00	Presencial
E11	Lúcia Silva	Presidente	S. M. da Feira	13 de abril	09:30	Presencial
E12	José Saraiva	Presidente	Vagos	11 de abril	09:30	Presencial
E13	M. Catarina Paiva	Presidente	Vale de Cambra	20 de abril	14:30	Presencial

Fonte: Elaboração Própria

D.3. RPC da GNR

Quadro 39. Entrevistado da RPC da GNR

Entrevistado			Função	Local	Dia	Hora	Modo
E14	Tenente-Coronel	Paulo Poiares	Chefe	Lisboa	05 de abril	10:30	Presencial

Fonte: Elaboração Própria

D.4. SSPC da GNR de Aveiro

Quadro 40. Entrevistado da SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro

Entrevistado			Função	Local/SSPC	Dia	Hora	Modo
E15	Tenente	Gonçalo Ribeiro	Chefe	Aveiro	24 de abril	16:00	Presencial

Fonte: Elaboração Própria

D.5. SPC do Comando Territorial de Aveiro

Quadro 41. Entrevistados das SPC da GNR do Distrito de Aveiro

Entrevistado			Função	Local/SPC	Dia	Hora	Modo
E16	Guarda	Luís Baeta	Chefe	Águeda	12 de abril	12:00	Presencial
E17	Cabo-Chefe	Vítor Marques	Elemento	Anadia	10 de abril	09:30	Presencial
E18	Cabo	Guedes	Chefe	Aveiro	12 de abril	09:30	Presencial
E19	Cabo	Bruno Fonseca	Elemento	O. de Azeméis	09 de abril	15:00	Presencial
E20	Cabo	Pedro Santos	Elemento	Ovar	18 de abril	11:30	Presencial
E21	Cabo	Manuel Madureira	Chefe	S. M. da Feira	09 de abril	16:30	Presencial

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice E – Mapa da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e das CPCJ do Distrito de Aveiro

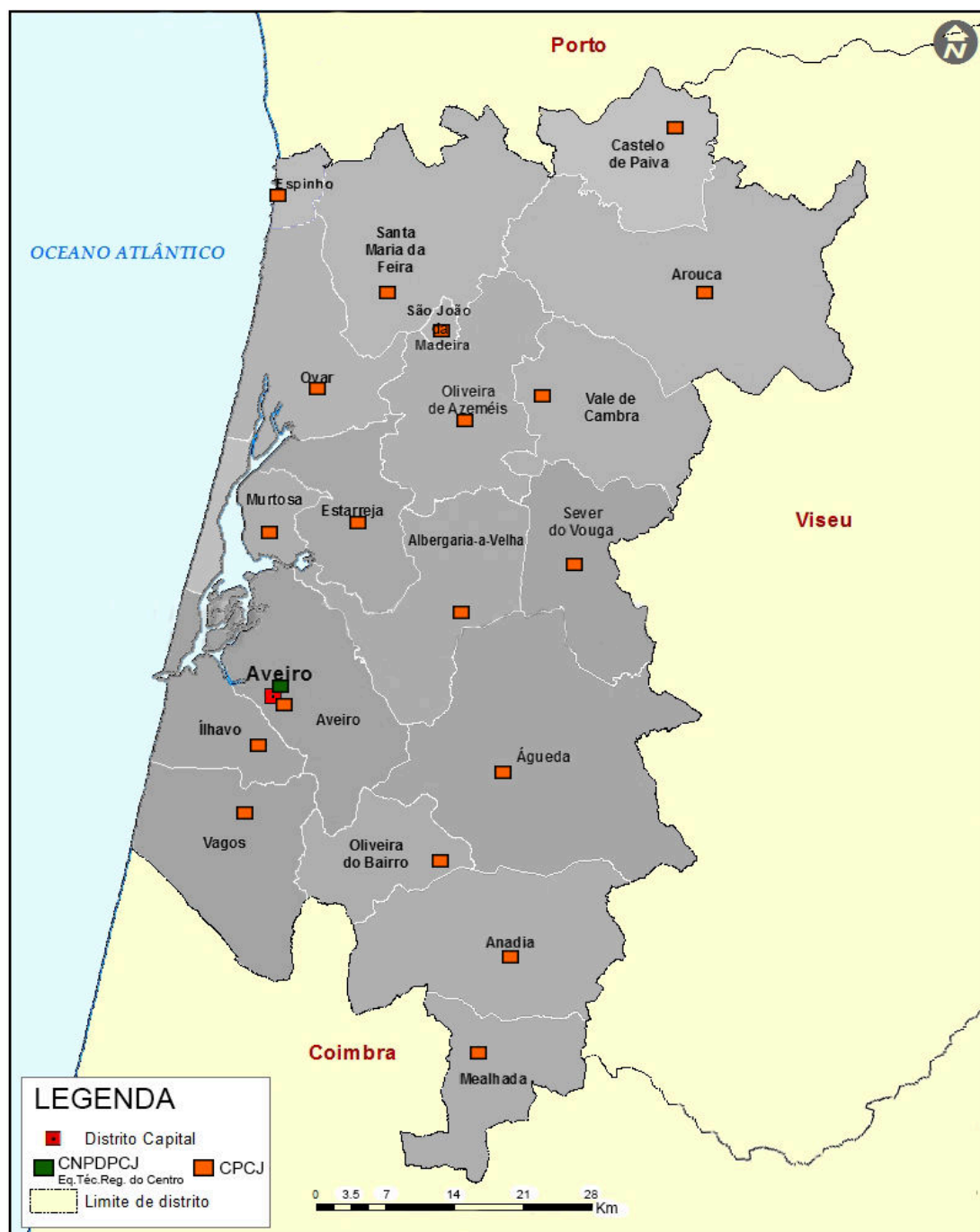


Figura 8. Mapa da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e das CPCJ do Distrito de Aveiro

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice F – Carta de Apresentação à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ e às CPCJ do Distrito de Aveiro

F.1. Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

Ex.mos,

Eu, Aspirante de GNR-Infantaria Ricardo Monteiro, no âmbito da realização da Tese de Mestrado do mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, venho por esta via solicitar a sua excelência contacto do diretor da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ ou porta-voz para marcar um encontro pessoalmente. Aliado a essa vontade está a necessidade de realizar uma curta entrevista.

A tese decorre no âmbito da Violência sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR nesse fenómeno - caso de estudo da zona de ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro.

F.2. CPCJ

Ex.mos,

Eu, Aspirante de GNR-Infantaria Ricardo Monteiro, no âmbito da realização da Tese de Mestrado do mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, venho por esta via solicitar a suas excelências contacto de porta-voz da CPCJ respetiva para marcar um encontro pessoalmente. Aliado a essa vontade está a necessidade de realizar uma curta entrevista em cada uma das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que compõe a região de Aveiro.

A tese decorre no âmbito da Violência sobre Crianças e Jovens e o Papel da GNR nesse fenómeno - caso de estudo da zona de ação do Comando Territorial da GNR de Aveiro.

Apêndice G – Resultado da Entrevista à Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Hélio B. Ferreira

FUNÇÃO: Coordenador da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

GERAL

1. Como se organiza, orgânica e funcionalmente, a CNPDPCJ-Equipa Técnica Regional do Centro?

Somos dois (...) e pertencemos a esta equipa que tem como função acompanhar e apoiar as CPCJ da zona Centro. De acordo com o Decreto-Lei que nos organiza seria pelas NUT II, mas nós entendemos dentro da Comissão Nacional que seria mais interessante ajustarmos aos distritos (...) – Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu (...). As CPCJ são autónomas no seu funcionamento e organização e a CNPDPCJ não tem hierarquia sobre estas comissões; compete-nos apoiá-las na sua atividade e, portanto, basicamente o que nós passamos o dia todo a fazer é esclarecimento de dúvidas e questões práticas sobre a proteção à infância, sobre a lei de promoção de direitos e proteção de crianças e jovens (...).

2. No seu entender, quais são os pontos fortes e os pontos fracos na orgânica da Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ?

Houve uma vantagem que tem vindo a ser reconhecida por todos; que é o facto da CNPDPCJ, em comparação ao modelo que existia anteriormente [, antes de 2015], ter uma estrutura regional que esteja próxima das CPCJ e que está disponível para todo o tipo de resposta e dentro daquilo que são os nossos conhecimentos técnicos (...) descentralização do apoio que antes estava centralizado em Lisboa (...). Como ponto fraco da organização está o facto de esta ser uma entidade recente, estamos-nos a consubstanciar ainda apesar do Decreto-Lei ter previsto as Equipas Técnicas a partir de 2015 estas só vieram a aparecer em 2017; portanto temos um ano de exercício e, de facto, somos dois elementos para um território que não é assim tão pequeno quanto isso (...).

3. Quanto ao funcionamento em concreto, que vantagens e desvantagens encontra na CPCJ-Aveiro?

Acaba por se misturar com o já referido (...).

AÇÕES DA CNPDPCJ – EQUIPA TÉCNICO REGIONAL DO CENTRO

4. Quantas ações de prevenção à violência infantil realizam mensalmente e, especificamente, em que âmbito?

Quem promove as ações são as CPCJ. Nós estamos presentes sempre que somos convidados, naturalmente, e há ações desenvolvidas pela CNPDPCJ central; nós somos corpo técnico da CNPDPCJ e por conseguinte tudo o que for desenvolvido por ela [a CNPDPCJ] nós estaremos presentes.

PARCERIAS DA CNPDPCJ – EQUIPA TÉCNICA REGIONAL DO CENTRO

5. Com que entidades/organizações colabora a Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ?

(...) naturalmente temos relação com os municípios, a Segurança Social; o Ministério Público. Depois, temos os outros serviços todos praticamente. A educação tem algumas questões resolvidas até porque é o único Ministério que tem atualmente os professores afetos ou a meio tempo ou a tempo inteiro nas CPCJ, portanto, será para nós um problema menor. Temos obviamente contacto com a saúde (...). Enfim, na prática tudo aquilo que for necessário com as entidades regionais ou entidades locais nós estaremos disponíveis e estamos disponíveis para reunir com todos para tentar agilizar os problemas que as CPCJ nos vão reportando.

6. De que forma funciona essa colaboração com entidades/organizações mencionadas?

Cria-se a ponte entre as CPCJ e as entidades, da forma que referi.

7. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, quais são as principais vantagens dessa colaboração?

(...) Primeiro estabelece-se pontes de diálogo que são essenciais para resolver o que quer que seja. (...) as vantagens são chegarmos a um entendimento do que é o sistema de proteção e percebermos localmente o que é preciso fazer-se para alterar aquilo que esteja menos bem, sendo certo que serve também de ponte com o Estado central para reportar quando os serviços regionais ou locais não consigam solucionar o problema para que haja eventualmente, no futuro, uma solução. Por outro lado, ainda, para nós a grande mais valia e que temos avaliado como essencial é a nossa presença física junto das CPCJ na procura ativa de soluções para os problemas que atendem e que têm; às vezes problemas que resultam da leitura prática da lei de proteção, da forma como se relacionam entre membros (...).

8. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, existem obstáculos nessa colaboração? Se sim, quais?

Poucos, mas necessariamente a falta de recursos das entidades, como já referido, bem como o tempo de afetação das entidades. É também obstáculo o facto de que muitas das vezes o representante do município deverá ser o presidente da câmara ou o vereador e isto, muitas das vezes, leva a alguns constrangimentos na aplicação ou concretização do sistema. Não sou contra a presença do poder local dentro das CPCJ, antes pelo contrário (...), mas há contextos onde ele é manifestamente impossível. Quando a lei exige, por exemplo, que o representante do município que pode vir a ser eleito presidente da CPCJ se tiver naquele território mais de cinco mil habitantes com idade igual ou inferior a dezoito anos tem que estar a tempo inteiro; ora isto é automaticamente um constrangimento, porque se ele for eleito das duas, uma: ou está a tempo inteiro na CPCJ ou é vereador (...).

9. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, no seu entender, que mudanças poderiam ser efetuadas no sentido de otimizar as formas de colaboração?

Às vezes o que se ouve na comunicação social é que o sistema tem que mudar (...); eu confesso que não partilho dessa opinião. Não é mudando a lei que se resolvem os problemas. Toda a gente sabe que as leis portuguesas são boas (...); tem-se é dificuldades, como em todos os contextos, de se por em prática determinadas noções que estão na lei de proteção [de crianças e jovens]. Portanto, para mim, neste momento a maior mudança ao bom funcionamento [das CPCJ] será em relação aos tempos de afetação, tem a ver com a

disponibilização adequada dos recursos para o trabalho que as CPCJ têm: um trabalho prioritário, um trabalho onde tenha técnicos com conhecimento, com capacidades pessoais e técnicas adequadas para o bom funcionamento do sistema de proteção (...).

10. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, das colaborações existentes, qual ou quais considera mais importantes?

A relação com todas (...).

COMENTÁRIO FINAL

11. Tem algo de pertinente a acrescentar no âmbito da violência infantil e/ou da sua incidência na região de Aveiro e/ou do papel e da formação que aparentam ter os militares da GNR?

(...) o nosso papel tem sido auxiliar a GNR a encontrar uma solução adequada para a sua participação nas CPCJ. A GNR é força de segurança de presença obrigatória na CPCJ e há muitas onde o representante da GNR não tem disponibilidade porque é simultaneamente comandante de posto e então vai alguém que o comandante de posto delega. Isto acaba por ser uma entorse à representação que tem a ver com uma ideia errada que se pode delegar esta representação (...). Esta solução passa por (...) retirarmos ou auxiliarmos a uma reflexão interna dentro das CPCJ para a retirada do elemento representante da GNR da Comissão Restrita que muitas das vezes não é necessária (...). Nós achamos que a articulação entre serviços é diferente de estar dentro da CPCJ e, portanto, a ponte entre serviços tem que ser na mesma feita, o representante da GNR que tem assento na Comissão Alargada tem obviamente funções de estabelecimento de uma boa comunicação entre a CPCJ e a GNR, naturalmente, mas não tem necessariamente que ser sobrecarregado o elemento da GNR trazendo-o para a [Comissão] Restrita quando muitas das vezes ele não tem disponibilidade para gerir processos e quando não é elemento obrigatório – a lei não o exige, precisamente por entender que é um elo de ligação mas não um membro essencial na gestão de processos. Haverá exceções (...).

Apêndice H – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro

H.1. Codificação Alfanumérica e Cromática

Quadro 42. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro

Questão (Q)	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo (UR)
1. Como se organiza, orgânica e funcionalmente, a CPCJ?	Organização e funcionamento da CPCJ	De acordo com a lei: Comissão Alargada e Comissão Restrita	A1.A.1
		GNR não integra a Comissão Restrita	A1.A.2
2. No seu entender, quais são os pontos fortes e os pontos fracos na orgânica da CPCJ?	Pontos fortes na orgânica da CPCJ	Boa organização	A2.A.1
	Pontos fracos na orgânica da CPCJ	Equipa multidisciplinar	A2.A.2
		Falta de um núcleo técnico efetivo a tempo inteiro	A2.B.1
3. Quanto ao funcionamento em concreto, que pontos fortes e pontos fracos encontra na CPCJ?	Pontos fortes no funcionamento da CPCJ	Equipa coesa	A3.A.1
		Equipa com experiência	A3.A.2
		Partilha de informação entre várias CPCJ graças à existência de uma Equipa Técnica Regional	A3.A.3
		Equipa dinâmica	A3.A.4
		Bons recursos materiais	A3.A.5
	Pontos fracos no funcionamento da CPCJ	Pouco tempo disponível para os elementos que representam as entidades ou elementos insuficientes	A3.B.1
		Incumprimento dos mandatos de rotatividade	A3.B.2
		Falta de recursos económicos	A3.B.3
4. Que tipo de mensagens a CPCJ passa às crianças e aos jovens no âmbito do combate à violência infantil?	Mensagens passadas às crianças e jovens	Mensagens positivas e não violentas	A4.A.1
		Identificar tipos de violência	A4.A.2
		Promover envolvimento com a família	A4.A.3
		Promover os Direitos Humanos e da Criança e Deveres	A4.A.4
		Capacitar de maneiras de alertar acerca de uma situação	A4.A.5
		Cumprir a lei	A4.A.6
		Cumprir a escolaridade obrigatória	A4.A.7
		Não se trabalha muito com as crianças	A4.A.8
5. Que tipo de mensagens a CPCJ passa aos adultos/entidades	Mensagens passadas a adultos e entidades	Promover a parentalidade positiva e a atenção aos filhos	A5.A.1
		Não há ações específicas para os pais	A5.A.2

(escolas, associações, ...) no âmbito do combate à violência infantil?		Estarem atentos, sinalizarem e como abordarem o problema	A5.A.3
		Alertar filhos para o cumprimento da escolaridade obrigatória	A5.A.4
		Abordagem clara e objetiva dos tipos de violência	A5.A.5
		Mudar a imagem negativa da CPCJ	A5.A.6
6. Como atua a CPCJ na prevenção deste fenómeno no mundo cibernético?	Atuação da CPCJ na <i>internet</i>	Página no Facebook	A6.A.1
		Blog	A6.A.2
		Não se atua	A6.A.3
		Utiliza-se a página da câmara municipal	A6.A.4
7. Que obstáculos a CPCJ encontra (na <i>internet</i> ou fora dela) na partilha da mensagem?	Obstáculos da CPCJ	Não há obstáculos	A7.A.1
		Pouca adesão da comunidade	A7.A.2
		Desconhecimento desta temática	A7.A.3
		Pais pouco recetivos fazem com que os filhos assim o sejam	A7.A.4
		Má imagem da CPCJ	A7.A.5
		Recursos económicos para meios de partilha	A7.A.6
8. Com que entidades ou organizações colabora a CPCJ (Comissão Alargada e outras)?	Parcerias	Órgãos de comunicação social	A8.A.1
		Estabelecimentos comerciais	A8.A.2
		Entidades da Comissão Alargada consagradas na lei	A8.A.3
		Todas as entidades possíveis	A8.A.4
		Paróquias	A8.A.5
		Santa Casa da Misericórdia	A8.A.6
9. De que forma funciona essa colaboração com entidades ou organizações mencionadas?	Funcionamento das parcerias	Publicidade e divulgação	A9.A.1
		Ações de sensibilização	A9.A.2
		Seminários	A9.A.3
		Acolhimento e acompanhamento	A9.A.4
		Apoio burocrático	A9.A.5
		Atividade didáticas	A9.A.6
		Troca de informação	A9.A.7
		Formação	A9.A.8
		Financiamento	A9.A.9
		Segurança	A9.A.10
10. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, quais são as principais vantagens dessa colaboração?	Vantagens das parcerias	Passar a mensagem	A10.A.1
		Proximidade com a comunidade	A10.A.2
		Evitar que se cometam ilegalidades	A10.A.3
		Redes de comunicação e troca de informação	A10.A.4
		Eficácia na atuação	A10.A.5
11. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, existem obstáculos nessa colaboração? Se sim, quais?	Obstáculos nas parcerias	Pouco envolvimento das entidades representantes devido às responsabilidades nos serviços de origem	A11.A.1
		Dificuldade em perceber que há informação confidencial	A11.A.2
		Falta de formação ou responsabilização das entidades	A11.A.3
		Falta de meios para as relações	A11.A.4
		Não há obstáculos às parcerias	A11.A.5
		Demora na troca de informação	A11.A.6

12. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, no seu entender, que mudanças poderiam ser efetuadas no sentido de otimizar as formas de colaboração?	Mudanças no sentido de otimizar as parcerias	Já está tudo otimizado	A12.A.1
		Mais formação	A12.A.2
		Base de dados integrada	A12.A.3
		Uniformização documental	A12.A.4
		Aumento dos recursos humanos	A12.A.5
		Sensibilizar para o serviço na CPCJ	A12.A.6
		Responsabilização de todos	A12.A.7
		Rotatividade de elementos representantes	A12.A.8
13. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades mencionadas, das colaborações existentes, qual ou quais considera mais importantes?	Parcerias mais importantes	Sensibilizar para a importância dos Deveres e não só dos Direitos	A12.A.9
		Todas são importantes	A13.A.1
		As entidades que também estão na Comissão Restrita têm mais relevância	A13.A.2
		Câmara municipal	A13.A.3
		Segurança social	A13.A.4
		Saúde	A13.A.5
		Educação	A13.A.6
		IPSS	A13.A.7
14. Tem algo de pertinente a acrescentar no âmbito da violência infantil e/ou da sua incidência na sua região e/ou do papel e da formação que aparentam ter os militares da GNR?	Complemento à entrevista	GNR deveria pertencer à Comissão Restrita	A14.A.1
		Novas tecnologias são preocupação	A14.A.2
		Medo de denunciar está a perder-se mas ainda existe	A14.A.3
		GNR é disponível	A14.A.4
		GNR não tem efetivo para apoiar	A14.A.5
		GNR tem falta de formação	A14.A.6
		GNR pior que a PSP	A14.A.7
		GNR tem sensibilidade	A14.A.8
		GNR não deve estar presente da Comissão Restrita	A14.A.9
		Falta de uniformização documental entre Postos da GNR e pouca informação descrita	A14.A.10
		GNR com boa formação	A14.A.11
		Combate à violência infantil é papel de todos na comunidade	A14.A.12

Fonte: Elaboração Própria

H.2. Resultado das Entrevistas

Quadro 43. Resultados das Entrevistas às CPCJ do Distrito de Aveiro

Q	Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
1	E2	A1.A.1	“segundo a lei”
		A1.A.2	“GNR não está presente na Comissão Restrita”
	E3	A1.A.1	“uma Comissão Restrita e uma Comissão Alargada (...) de acordo com a lei”
	E4	A1.A.1	“conforme a lei”
	E5	A1.A.1	“tal e qual está previsto na lei”
		A1.A.2	“não contamos com a GNR na Comissão Restrita”
	E6	A1.A.1	“de acordo com a lei; temos duas modalidades de funcionamento: a Comissão Alargada e a Comissão Restrita”
		A1.A.2	“não temos elementos das Forças de Segurança na Comissão Restrita”
	E7	A1.A.1	“tem as duas modalidades: a restrita e a alargada (...) como a lei diz”
		A1.A.2	“não contamos com a GNR na Comissão Restrita”
	E8	A1.A.1	“como todas as outras (...) modalidade alargada e modalidade restrita”
		A1.A.2	“a GNR não está na Comissão Restrita”
	E9	A1.A.1	“nas duas modalidades: restrita e alargada”
		A1.A.2	“não contamos com a presença da GNR na Comissão Restrita”
2	E10	A1.A.1	“funciona em duas modalidades: a restrita e a alargada”
	E11	A1.A.1	“organiza-se na modalidade restrita e na modalidade alargada”
		A1.A.2	“a GNR já esteve na Comissão Restrita mas foi muito pouco tempo”
	E12	A1.A.1	“respeita a legislação em vigor”
		A1.A.2	“GNR não está presente na Comissão Restrita”
	E13	A1.A.1	“como todas as outras (...) existe a Comissão Restrita e a Comissão Alargada”
		A1.A.2	“antes contávamos com a presença da GNR na Comissão Restrita, agora não”
	E2	A2.A.1	“bem organizada (...) cumpre a lei”
	E3	A2.B.1	“falta de elementos a tempo inteiro (...) um núcleo duro profissionalizado”
	E4	A2.B.1	“a lei deveria estabelecer períodos de horas obrigatórios cedidos”
		A2.A.1	“boa organização, conforme a lei”
	E5	A2.A.1	“boa organização, tal como previsto na lei”
		A2.B.1	“apesar da lei falar de serviço prioritária, a verdade é que na prática os elementos acabam por não conseguir estar presentes por orientações superiores das entidades que representam”
	E6	A2.A.1	“bem organizados, pela lei”
		A2.B.1	“falta de tempo resultado da orgânica da lei”
	E7	A2.B.1	“falta de elementos a tempo inteiro”
		A2.A.2	“equipa multidisciplinar”
	E8	A2.A.1	“bem organizada, conforme a lei”
		A2.B.1	“orgânica não funciona (...) funciona mal (...) é preciso muito esforço dos técnicos (...) lei diz-nos que é prioritário o trabalho na CPCJ mas também temos o trabalho de origem (...) deveria haver um corpo técnico efetivo”
	E9	A2.A.1	“organização conforme a lei, com uma equipa boa (...)”
	E10	A2.A.2	“equipa multidisciplinar “
	E11	A2.A.2	“temos uma equipa multidisciplinar”
		A2.B.1	“recursos humanos (...) a tempo inteiro”
	E12	A2.A.1	“boa organização, de acordo com a legislação”
	E13	A2.B.1	“independentemente da prioridade que a lei atribui, os elementos que organicamente compõe a CPCJ não conseguem estar presentes (...) não há envolvimento (...) deveria haver vários elementos a tempo inteiro”
		A2.A.2	“diversidade de áreas de atuação”
3	E2	A3.A.1	“equipa coesa”
		A3.A.2	“elementos com experiência e maturidade”

	E3	A3.B.1	“défice de tempo para o volume processual que temos”
		A3.A.1	“equipa muito coesa”
		A3.A.3	“reportar à Equipa Técnica Regional do Centro [da CNPD/CPCJ] permite troca de informação entre CPCJ periféricas”
	E4	A3.B.1	“falta de recursos humanos afeta o funcionamento”
		A3.A.1	“CPCJ (...) coesa”
		A3.A.4	“CPCJ (...) dinâmica com pessoas valiosas e muito interessadas que dão muito mais de si que o tempo que lhes é pago”
	E5	A3.A.1	“equipa coesa”
		A3.A.4	“equipa (...) dinâmica e empenhada”
	E6	A3.A.1	“equipa bastante coesa em qualquer modalidade”
		A3.A.5	“bons recursos materiais”
		A3.B.1	“todos nós temos dificuldade em disponibilizar tempo ao serviço na CPCJ”
	E7	A3.B.1	“falta de elementos a tempo inteiro afeta o funcionamento (...) acabam por não conseguir fazer um bom trabalho nem aqui nem nas entidades que representam (...) os técnicos não conseguem fazer milagres”
		A3.B.1	“pelo volume [processual] é impossível dar conta do trabalho da CPCJ e do trabalho de origem (...) é angustiante (...) é mentalmente desgastante e contraproducente”
		A3.A.2	“elementos conhecedores da realidade”
	E8	A3.B.2	“deveriam ser cumpridos os mandatos (...) rotatividade”
		A3.A.4	“equipa motivada e empenhada”
	E9	A3.A.4	“equipa com bom conhecimento da realidade económica, social e escolar”
	E10	A3.A.2	“equipa com bom conhecimento da realidade económica, social e escolar”
		A3.B.1	“falta de tempo que os técnicos têm (...) não há um corpo profissional a tempo inteiro face ao volume processual”
		A3.B.3	“falta de recursos económicos”
4	E11	A3.A.1	“equipa de trabalho coesa, muito unida, trabalhamos em equipa, em partilha”
		A3.A.1	“CPCJ em dinâmica de proximidade, não há distanciamento entre elementos”
		A3.B.1	“pouco tempo para exercer funções na CPCJ dado que as entidades que representamos não conseguem ceder tempo”
		A3.A.1	“união e coesão”
	E12	A4.A.1	“mensagens sempre positivas”
		A4.A.2	“identificamos tipologias de maus tratos”
		A4.A.3	“promovemos o envolvimento com a família”
		A4.A.4	“promoção dos Direitos Humanos”
	E13	A4.A.5	“se acharem que há uma situação de risco, sinalizem; falem connosco”
		A4.A.6	“cumprir a lei em todos os sentidos”
		A4.A.7	“cumprir a escolaridade obrigatória”
		A4.A.4	“dar a conhecer os direitos e deveres”
	E14	A4.A.1	“mensagens de esperança”
		A4.A.1	“trabalhamos assuntos sensíveis de forma positiva e indireta”
		A4.A.4	“promoção dos Direitos Humanos”
		A4.A.8	“incidimos num público-alvo mais estratégico e não tanto nas crianças (...) professores, catequistas, auxiliares, ...”
	E15	A4.A.2	“consciencializar para os fenómenos de violência”
		A4.A.5	“que sejam capazes de alertar para qualquer situação”
	E16	A4.A.1	“mensagens genéricas e diferenciadas, baseadas num relatório que é feito anualmente (...) positivas e de afeto”
		A4.A.5	“que saibam onde se devem dirigir para alertar”
5	E17	A4.A.1	“mensagens positivas de carinho (...) as mãos não servem para bater mas para abraçar”
		A4.A.5	“que não tenham medo de falar”
		A4.A.1	“mensagens genéricas no âmbito da competência de cada entidade que compõe a Comissão Alargada”
		A4.A.4	“exploram-se os Direitos da Criança de forma interativa”
		A4.A.5	“queremos que se sintam seguras e saibam que nós estamos presentes (...) que falem connosco”
		A5.A.1	“promovemos a parentalidade (...) parentalidade positiva”
		A5.A.1	“promovemos a parentalidade (...) parentalidade positiva”

		A5.A.2	“mas acabamos por não ter ações específicas para os pais”
	E3	A5.A.1	“ter atenção aos filhos”
		A5.A.3	“sinalizarem caso achem que algo se passa”
	E4	A5.A.4	“alertar para que os filhos cumpram a escolaridade obrigatória (...) trabalhar com os filhos para o sucesso escolar”
	E5	A5.A.5	“abordagem clara e direta dos fenómenos de violência infantil (...) assertiva e objetiva”
		A5.A.3	“como devem abordar os filhos”
	E6	A5.A.1	“educação parental (...) reflexão sobre a vida familiar”
	E7	A5.A.5	“consciencializar para os fenómenos de violência”
	E8	A5.A.6	“mudar a imagem de que a CPCJ está só associada às retiradas de crianças”
	E9	A5.A.1	“criar laços fortes com os filhos (...) parentalidade positiva”
	E10	A5.A.3	“alertar para estarem atentos a algumas situações, especialmente aos professores”
	E11	A5.A.6	“acerca do funcionamento da CPCJ”
		A5.A.3	“procedimentos a tomar quando lhes chega uma situação de perigo”
		A5.A.1	“apelamos a que os pais tenham uma participação mais ativa na vida dos filhos”
	E12	A5.A.1	“no sentido de promover a parentalidade positiva”
		A5.A.3	“como detetar e quais os sinais que a criança apresenta (...) como abordar a criança e os próprios pais em algumas situações”
	E13	A5.A.6	“limpar a imagem negativa que a CPCJ tem”
6	E2	A6.A.1	“temos uma página no Facebook”
	E3	A6.A.2	“temos um blog”
		A6.A.1	“temos (...) uma página no Facebook”
	E4	A6.A.1	“temos um espaço no Facebook”
	E5	A6.A.1	“temos uma página de Facebook”
		A6.A.4	“utilizamos a página do município”
	E6	A6.A.1	“temos a nossa página no Facebook”
	E7	A6.A.3	“por acaso ainda não”
		A6.A.4	“utilizamos a página da câmara”
	E8	A6.A.3	“não temos (...) já tivemos <i>site</i> mas houve um problema de servidor e vamos iniciar agora de novo”
	E9	A6.A.3	“nós não temos ainda nada”
		A6.A.4	“usamos a página do Facebook da câmara municipal”
	E10	A6.A.3	“não atua”
7	E11	A6.A.1	“nós temos uma página no Facebook”
	E12	A6.A.3	“não atua”
		A6.A.4	“apenas utilizamos páginas da câmara municipal”
	E13	A6.A.3	“não temos divulgado nada na internet”
	E2	A7.A.1	“não há grandes obstáculos na partilha de informação”
	E3	A7.A.1	“não há grandes obstáculos”
	E4	A7.A.1	“não há grandes obstáculos, a mensagem acaba por ser bem-recebida pela comunidade”
	E5	A7.A.1	“não sinto que haja obstáculos”
	E6	A7.A.2	“a comunidade não tem muito interesse e a participação não é boa (...) pouca disponibilidade atualmente”
		A7.A.3	“desconhecimento acerca desta problemática na comunidade”
	E7	A7.A.2	“a comunidade tem a ideia de que os problemas só acontecem com os outros”
		A7.A.4	“as crianças se não tiverem os pais abertos a receber a mensagem, acabam por não querer saber da mensagem”
		A7.A.5	“má imagem que a CPCJ tem”
	E8	A7.A.2	“algumas pessoas fogem da mensagem”
		A7.A.5	“imagem negativa da CPCJ é um entrave”
	E9	A7.A.4	“falta de adesão dos pais”
		A7.A.1	“muita interação da comunidade em geral”
		A7.A.2	“há alguma preocupação da comunidade, mas persiste a ideia de que o problema só acontece aos outros”
	E10	A7.A.1	“não encontrámos obstáculos”
		A7.A.2	“o envolvimento da comunidade é baixo (...) não aderem”

	E11	A7.A.6	“dinheiro para meios de partilha da mensagem como <i>flyers</i> ”
	E12	A7.A.2	“público-alvo não é aliciado com facilidade”
	E13	A7.A.2	“resistência (...) situações encobertas pelos professores, nomeadamente”
		A7.A.5	“imagem negativa da CPCJ impede a partilha da mensagem”
8	E2	A8.A.1	“jornais, rádios”
		A8.A.2	“estabelecimentos comerciais”
		A8.A.3	“entidades normais da Comissão Alargada”
	E3	A8.A.3	“as da Comissão Alargada”
		A8.A.4	“outras associações que nos fornecem, por exemplo, apoio jurídico”
	E4	A8.A.3	“todas as que estão na lei”
		A8.A.1	“comunicação social”
	E5	A8.A.3	“entidades previstas na lei”
		A8.A.1	“rádio local”
	E6	A8.A.1	“rádio Terranova”
		A8.A.4	“diversas entidades de apoio à criança e no âmbito do serviço realizado pela CPCJ – Cáritas, gabinete de apoio familiar, ...”
		A8.A.3	“as previstas na lei que compõe a Comissão Alargada”
	E7	A8.A.3	“entidades da Comissão Alargada”
		A8.A.4	“todas as possíveis, sempre que possível, havendo necessidade (...) há abertura na comunidade”
	E8	A8.A.3	“as que a lei estabelece”
		A8.A.5	“paróquias”
		A8.A.4	“diversas entidades locais e possíveis como associação de artesanato”
	E9	A8.A.3	“aquelas que estão estabelecidas na lei”
		A8.A.6	“Santa Casa da Misericórdia”
	E10	A8.A.3	“entidades obrigatórias por lei”
		A8.A.4	“todas as entidades do concelho”
	E11	A8.A.3	“todas as que estão consagradas na lei”
		A8.A.1	“temos abertura em relação aos jornais locais (...), na rádio”
	E12	A8.A.3	“entidades na lei”
		A8.A.4	“acabam por ser um pouco todas”
	E13	A8.A.3	“apenas as que estão contempladas na Comissão Alargada”
9	E2	A9.A.1	“espaços publicitários nos jornais e mensagens na rádio (...) montras em estabelecimentos comerciais”
		A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.3	“seminários”
	E3	A9.A.4	“acolher crianças”
		A9.A.5	“apoio jurídico e outros apoio”
	E4	A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.1	“divulgação”
	E5	A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.6	“realização de atividade didáticas, jogos”
		A9.A.1	“publicitação e divulgação”
	E6	A9.A.1	“spots publicitários”
		A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.4	“apoio e acompanhamento”
	E7	A9.A.2	“ações de sensibilização”
	E8	A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.7	“troca de informação”
		A9.A.1	“divulgação da CPCJ”
	E9	A9.A.4	“acompanhamentos das crianças”
		A9.A.2	“ações de sensibilização”
	E10	A9.A.4	“as CPCJ não oferecem serviços, serve-se daquilo que existe na comunidade (...) e é assim que funciona a relação com a comunidade”
	E11	A9.A.2	“ações de sensibilização”
		A9.A.8	“realização de cursos diversos”
		A9.A.5	“apoios e aconselhamentos”

		A9.A.4	“sinalizações”
		A9.A.7	“trocas de informações”
	E12	A9.A.7	“sempre contactadas caso seja necessária alguma informação”
		A9.A.9	“financiamento (...) relativamente à câmara municipal”
	E13	A9.A.4	“encaminhamentos”
		A9.A.7	“trocas de informação”
		A9.A.10	“segurança (...) pelo apoio que as forças de segurança nos dão”
		A9.A.2	“ações de sensibilização”
10	E2	A10.A.1	“passar a mensagem”
		A10.A.2	“criar uma ponte com a comunidade”
	E3	A10.A.1	“divulgação”
		A10.A.3	“evitam que se cometam ilegalidades”
	E4	A10.A.4	“redes de comunicação (...) é fácil falar entre entidades e partilhar informação”
	E5	A10.A.1	“divulgação”
		A10.A.4	“redes de comunicação”
	E6	A10.A.5	“ser eficazes, porque dependemos dos recursos da comunidade”
		A10.A.1	“permitem divulgar a mensagem”
		A10.A.4	“estreitar ligações de forma a partilhar informações”
	E7	A10.A.4	“estreita ligação que permite a partilha de informação”
	E8	A10.A.1	“divulgação (...) transmitir à sociedade o que é a CPCJ e a sua mensagem”
		A10.A.2	“passar a ideia de proximidade pelas pessoas”
	E9	A10.A.1	“maior divulgação”
		A10.A.4	“redes de comunicação e partilha de informação”
	E10	A10.A.5	“as entidades parceiras são quem fornece serviços essenciais à comunidade”
	E11	A10.A.5	“prevenção eficaz (...) atuar diretamente com as crianças porque são estas entidades parceiras que estão juntos delas”
		A10.A.1	“atingimos mais pessoas com a nossa mensagem”
	E12	A10.A.4	“colaboração em rede”
		A10.A.5	“resolução do problema num patamar mais baixo sem que se tenha de levar situações para medidas mais extremas”
	E13	A10.A.2	“mais proximidade com as famílias e com os problemas”
		A10.A.4	“mais informação”
11	E2	A11.A.1	“envolvimento dos elementos da Comissão Alargada e a própria disponibilidade das associações e outros grupos acaba por não existir como é desejado (...) pouco tempo cedido à CPCJ”
		A11.A.2	“por vezes as pessoas têm dificuldade em perceber que a mensagem (...) tem carácter sigiloso; isto cria algum atrito”
	E3	A11.A.3	“falta de formação de elementos das entidades”
		A11.A.4	“falta de meios (...) não consegue corresponder às necessidades destas parcerias”
	E4	A11.A.1	“falta de recursos humanos cedidos pelas entidades”
		A11.A.5	“nunca senti nenhum obstáculo nessas relações”
	E5	A11.A.5	“não sinto que haja grandes obstáculos”
		A11.A.1	“acompanhamento reduzido dos técnicos, por orientações superiores das entidades que representam”
	E6	A11.A.1	“Comissão Alargada acaba por não conseguir dedicar tempo necessário a estas relações (...) as entidades que cedem os seus trabalhadores não lhes dão tempo apesar de ser prioritário o serviço na CPCJ”
		A11.A.3	“durante algum tempo sentiu-se a falta de formação nos representantes das entidades parceiras (...) as entidades não têm conhecimento concreto do que têm que fazer nem do que faz a CPCJ”
	E7	A11.A.3	“as instituições ainda olham muito para si (...) apesar de cada vez mais isto está a mudar (...) não exploram as obrigações que têm (...) apesar de não sentirmos muito isto na nossa área”
	E8	A11.A.1	“há pouco empenho das entidades que compõe a sociedade (...) ou não é possível aproveitar o seu empenho”
		A11.A.4	“Ministérios são entidades pesadas e acabam por existir atritos entre as parcerias não tanto pelos elementos que compõe as entidades mas pelas disputas por «quem vai pagar a gasolina?» ou pagar o transporte (...) regras diferentes entre entidades”

	E9	A11.A.1	“as entidades parceiras não conseguem aderir muito”
	E10	A11.A.1	“número de encaminhamentos que fazemos para entidades parceiras é superior à capacidade de trabalho que as entidades têm”
	E11	A11.A.1	“as entidades de primeira linha muitas vezes não respondem em tempo útil (...) falta de recursos humanos obriga a este entrave
	E12	A11.A.6	“informação por vezes não chega atempadamente (...) há prazos a cumprir”
	E13	A11.A.6	“muitas entidades esperam demasiado até sinalizar (...) como as escolas”
12	E2	A12.A.1	“parcerias têm funcionado bem”
	E3	A12.A.2	“mais formação para as entidades”
		A12.A.3	“deveria existir uma base de dados integrada entre entidades”
		A12.A.4	“uniformização de documentos, nomeadamente no caso da GNR e PSP”
	E4	A12.A.5	“colmatar o problema de recursos humanos”
	E5	A12.A.4	“uniformização de documentos e de dados partilhados pela GNR”
		A12.A.6	“sensibilizar para o serviço prioritário da CPCJ”
	E6	A12.A.2	“consciencializar as entidades acerca dos fenómenos de violência e da CPCJ por intermédio de formação”
	E7	A12.A.7	“consciencializar as entidades que os problemas têm que ser resolvidos por todos, ao seu nível, na sua área (...) em conjunto com a CPCJ; não a CPCJ sozinha”
	E8	A12.A.8	“rotatividade dos técnicos que iria resultar em mais pessoas conhecedoras do funcionamento da CPCJ e consequentemente mais partilha de informação pela comunidade”
	E9	A12.A.6	“sensibilizar as entidades para maior participação”
		A12.A.3	“materializar a «rede social» do concelho de forma a diagnosticar problemas das diferentes áreas: saúde, educação, ...”
	E10	A12.A.5	“mais financiamento (...) [para] mais técnicos”
	E11	A12.A.5	“recursos humanos (...) mais”
	E12	A12.A.3	“disseminar (...) que a comunicação é das coisas mais importantes”
	E13	A12.A.5	“elementos fixos no serviço da CPCJ”
		A12.A.9	“deveria haver uma maior sensibilização para os Direitos, mas também para os Deveres (...) olha-se só para os Direitos”
13	E2	A13.A.1	“acho que são todas importantes”
		A13.A.2	“as que estão na Comissão Restrita eu não lhes dou uma importância maior, mas dou-lhe uma participação maior”
	E3	A13.A.1	“são todas importantes”
	E4	A13.A.1	“todas são importantes; depende do assunto e do caso”
	E5	A13.A.3	“o município”
		A13.A.1	“todas são muito relevantes”
	E6	A13.A.3	“o município (...) na minha perspetiva as CPCJ que têm um maior apoio do município têm mais autonomia, melhor funcionamento; e o contrário também é verdade”
		A13.A.4	“a segurança social”
		A13.A.5	“a saúde”
		A13.A.6	“a educação”
		A13.A.7	“as IPSS”
		A13.A.1	“todas as outras acabam por ser importantes: associações recreativas, CAFAP, a GNR, ...”
	E7	A13.A.1	“todas têm a sua importância desde que cumpram o seu papel na sociedade”
	E8	A13.A.3	“o município”
		A13.A.4	“a segurança social”
		A13.A.1	“todas acabam por contribuir da sua forma”
	E9	A13.A.1	“todas têm o seu devido valor, nas diferentes áreas”
	E10	A13.A.1	“todas elas”
		A13.A.3	“a câmara municipal é essencial porque nós não temos autonomia financeira”
	E11	A13.A.2	“as entidades na Comissão Restrita e Alargada não digo que sejam as mais importantes, mas acabam por ser as mais relevantes”
	E12	A13.A.1	“não há «mais importantes»”
	E13	A13.A.1	“todas são importantes, dependendo da área (...) devendo cumprir com as suas obrigações”

14	E2	A14.A.1	“acho extremamente importante que a GNR esteja na Comissão Restrita”
		A14.A.2	“o uso abusivo das novas tecnologias (...) é uma preocupação”
	E3	A14.A.3	“está a perder-se o medo de ir à GNR denunciar”
		A14.A.4	“a GNR, quando ligamos, temos tido todo o apoio que é possível”
		A14.A.5	“a GNR (...) por vezes não tem meios ou efetivos para responder a situações de emergência”
		A14.A.6	“a GNR (...) sente-se falta de formação”
		A14.A.7	“fico com a sensação que a PSP nesse aspeto estará um passo à frente, é apenas a minha perceção”
	E4	A14.A.4	“é fácil articular com a GNR (...) pessoas simpáticas, acessíveis, disponíveis”
		A14.A.8	“GNR (...) muito sensíveis aos problemas das crianças, interessadas, valorizam e conhecem o nosso trabalho”
		A14.A.6	“falta de formação [da GNR] no envio das sinalizações (...) por vezes são descritos pormenores e o essencial falha”
		A14.A.1	“gostávamos de contar convosco [GNR] na Comissão Restrita”
	E5	A14.A.9	“a presença da GNR na Comissão Restrita pode ser razão de constrangimento para as famílias”
		A14.A.1	“a presença da GNR na Comissão Restrita (...) nalgumas situações poderia ajudar”
		A14.A.4	“a GNR é muito disponível”
		A14.A.8	“a GNR (...) tem sensibilidade para o assunto”
		A14.A.10	“informação que nos chega, nomeadamente da GNR, não vem uniformizada (...) sinalizações sem uniformização (...) sinalizações de diferentes postos vêm discriminadas de forma diferente (...) sinalizações pouco detalhadas, por vezes (...) não nos permite atuar”
		A14.A.6	“falta de formação dos militares da GNR (...) bastante”
	E6	A14.A.1	“sentimos necessidade de ter elementos das Forças de Segurança na Comissão Restrita (...) seria fundamental que a GNR integrasse”
		A14.A.6	“por vezes os Postos acabam por não sinalizar situações de perigo por desconhecimento da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (...) carência de formação”
	E7	A14.A.10	“formulário que nos chega da GNR, atualmente, não é muito completo”
		A14.A.11	“não noto falta de formação dos militares da GNR”
		A14.A.12	“é importante perceber que temos que trabalhar os problemas todos e não só a CPCJ, ou em conjunto; cabe às entidades na primeira linha esgotar capacidades até chegar à CPCJ: <i>ultima ratio</i> ”
	E8	A14.A.5	“GNR acaba por não ter efetivo em muitas situações de urgência”
		A14.A.4	“a GNR (...) está sempre disponível para tentar ajudar”
	E9	A14.A.11	“não sinto que haja falta de formação da GNR”
		A14.A.4	“a GNR (...) tem sido sempre disponível”
		A14.A.8	“a GNR (...) tem muita sensibilidade”
		A14.A.1	“a GNR deveria estar presente na Comissão Restrita, pelo menos na retaguarda e à civil”
	E10	A14.A.3	“problemática da violência infantil é muitas vezes desmentida na nossa presença (...) assim é complicado lidar”
		A14.A.11	“não tenho notado qualquer falta de formação nesses elementos [da GNR]”
	E11	A14.A.1	“seria muito bom contar com a GNR na [Comissão] Restrita”
		A14.A.4	“temos uma relação muito estreita com a GNR”
		A14.A.8	“[o representante da GNR] é uma pessoa extremamente sensível”
		A14.A.11	“[o representante da GNR] é uma pessoa extremamente (...) competente, não poderíamos estar melhor”
	E12	A14.A.4	“a nossa colaboração com a GNR, aqui, tem sido muito positiva”
	E13	A14.A.6	“a formação da GNR pode ser melhorada”

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice I – Resultado da Entrevista à RPC da GNR

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Paulo Poiares

POSTO: Tenente-Coronel

FUNÇÃO: Chefe da RPC da GNR

GERAL

1. Está consciente das alterações provocadas pela nova NEP 3.58 de dezembro de 2017 que entrou em vigor no início do presente ano?

Estou.

2. As alterações foram já aplicadas na totalidade? Se não, quais e porque ainda não foram?

Algumas já foram aplicadas, (...). Foi tudo criado e está para despacho do Comandante-Geral. Está tudo a ser desenvolvido. Os nomes já mudaram e os militares já receberam ordens para cumprir com a NEP.

3. Como funciona a relação de dependência técnica entre a RPC e as SPC dos Destacamentos ao longo do país e como tem corrido essa relação?

A RPC pode e deve determinar orientações de procedimentos em que as equipas [das SPC] são obrigadas a cumprir com os mesmos. Ou seja, no passado elas dependiam apenas do Comandante do Destacamento e cumpriam as orientações do Comandante do Destacamento; agora não, têm que cumprir aquilo que seja definido superiormente pela estrutura. (...) antes, por exemplo, os Destacamentos tinham os militares e havia um documento que definia o que era o programa Escola Segura e aqueles militares criavam apresentações sem haver uma validação técnica nossa; (...) pretende-se que haja uma mensagem uniforme e para que os procedimentos técnicos sejam os adequados, porque muitos destes militares não tinham a formação adequada para algumas ações que desenvolviam (...).

4. Vê alguma vantagem ou desvantagem naquilo que a nova NEP 3.58 apresenta no âmbito da organização e competências das unidades com responsabilidades de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário como a sua SPC?

As vantagens é a capacitação dos militares: na seleção temos militares mais aptos, aos escolhermos os mais aptos para desenvolver este tipo de serviço (...). Ainda a forma como eles desenvolvem a missão, passa a ser mais abrangente porque no passado os militares tinham à sua responsabilidade se calhar um ou dois programas e agora pretende-se que eles [os militares] sejam um “Estado-Menor” do Comandante de Destacamento, (...) têm que identificar os problemas de criminalidade que existem nas zonas de ação respetivas e propor ao Comandante de Destacamento o desenvolvimento de estratégias que podem envolver os programas já existentes ou não. Têm ainda a capacidade de envolver ainda mais a comunidade na resolução de problemas. Procurou-se também, com esta NEP, haver sem qualquer dúvida a distinção a nível da Guarda daquilo que é o Policiamento Comunitário e o Policiamento de Proximidade, (...) a proximidade é uma responsabilidade de todos os militares da Guarda que entrem em contacto com o cidadão. (...) os militares destas SPC têm efetivamente uma missão (...) de Prevenção Criminal através do Policiamento Comunitário. O Policiamento Comunitário visa envolver a comunidade, as forças vivas locais na resolução dos problemas dos cidadãos e das comunidades (...). Mas todos nós somos “humanos, próximos e de confiança”. (...)

Não vejo desvantagens até porque esta NEP foi feita por forma a colmatar desvantagens anteriores (...).

VIOLÊNCIA SOBRE CRIANÇAS E JOVENS (ANÁLISE DA PERCEÇÃO QUE HÁ DESTE FENÓMENO)

5. Dos tipos de situações de violência abaixo descritos, quais considera existir com mais frequência?

Crimes contra pessoas - ofensas à integridade física, ameaças, abuso sexual de menores, ... – e o bullying.

6. E em que circunstâncias (exemplo: de forma aleatória, em festas, em atividades desportivas, na escola, no recreio, ...)?

Recreio, devido à maior interatividade entre pares; podem ser mais gravosos se forem continuados – bullying. Em casa haverá menos situações, apesar de, certamente, serão atos mais violentos e terá efeitos mais negativos na criança.

7. Como se traduz o perfil do agressor/ofensor nas diferentes situações de violência infantil?

(...) agressor tem comportamentos agressivos normalmente (...) também elas foram vítimas de agressões; convivem diariamente com hábitos de violência e que acabam por exteriorizar no seu comportamento.

8. Como caracteriza a vítima de violência infantil?

(...) não há um perfil que possa ser identificado; [contudo] há alguns estudos que indicam que para aquelas situações como o bullying tem a ver com indivíduos cuja sua autoestima está mais em baixo, mais frágeis e com menor apoio quer de pares quer familiares – não se sentem confiantes para a resolução do problema (...).

9. Qual o papel dos pais no combate ou na produção de violência sobre crianças e jovens?

São o primeiro elo de ligação com as crianças e jovens. Representam o papel principal a nível da formação como pessoa para viver em sociedade. Responsabilidade de educar; qualquer comportamento agressivo que haja na família vai contribuir para a existência e um jovem também ele agressivo. [São importantes também] na prevenção, pela proximidade e confiança que existe entre os pais e as crianças é que se evita que a criança ou jovem não partilhe informação com os pais e que os pais não tenham noção que o filho é um potencial agressor na escola ou vítima (...).

10. De que forma a internet pode ser um catalisador do fenómeno da violência infantil?

Pode ser porque a internet, primeiro, tem dado um contributo naquilo que é o processo de educação da criança (...) acaba por receber inputs como positivos ou negativos para o seu comportamento e vai adotá-los. (...) potencia também as relações sociais com as diversas redes sociais que existem (...) para além do aumento da interatividade que há entre as pessoas há a continuidade no tempo. (...)

ACÇÕES DA RPC DA GNR

11. Que tipo de mensagens a GNR passa às crianças e aos jovens no âmbito do combate à violência infantil?

Atuamos por via das SPC (...) procuramos focar naquilo que são os princípios da cidadania, do respeito pela diferença dos outros, alertar para os diversos tipos de comportamento que são quer socialmente tipificados como crime quer as repercussões que aquele comportamento tem nas pessoas, a forma de prevenir e como deverão alertar se forem vítimas – porque muitos nem têm noção que são vítimas – e alertamos também para o diálogo, para a procura de confiança entre os encarregado de educação e os jovens e a própria GNR e a escola. Procura-se estabelecer um triângulo Família-Escola-Guarda, centralizado naquilo que é a necessidade da criança e jovem, de forma a reprimir os comportamentos violentos e para que no seu desenvolvimento tenham consciência de que aquilo que estão a fazer não é correto.

12. Que tipo de mensagens a GNR passa aos adultos/entidades (escolas, associações, ...) no âmbito do combate à violência infantil? (Desenvolva tendo por base as ações de prevenção que realizam, em todos os âmbitos – *bullying*, violência infantil, abuso sexual, ...)

(...) alertamos para os riscos existentes, alguns indicadores de alerta a nível dos comportamentos, a nível de autoestima, o jovem fechar-se mais, ... alguns indicadores que a nível do comportamento do jovem poderão indicar que algo se passa e apelamos que haja um diálogo, que haja um esclarecimento das dúvidas que surjam dos jovens, alguma supervisão saudável para que os pais, por exemplo na internet, tenham noção de quais são os sites que os filhos visitam, aconselhá-los, alertá-los, estarem disponíveis para ouvir quando eles tiveram questões para fazer mas sem ferir a intimidade e privacidade dele e sem criar uma barreira de desconfiança e receio por aquilo que venha a dizer.

13. Como atua a GNR na prevenção deste fenómeno no mundo cibernético?

Numa primeira perspetiva, a ação da Guarda é preventiva através de ações de sensibilização. Numa segunda é através do trabalho de rede que vamos tendo (...). A nível do trabalho da rede trabalhamos com a sensibilização que fazemos com as escolas, os pais, os encarregados de educação, a nível da prevenção dos comportamentos. Na Investigação

Criminal trabalhamos com os crimes que são da nossa competência. Na proteção da vítima encaminhamos para instituição de apoio á vítima e acompanhamos aquelas situações de maior vulnerabilidade.

14. Que obstáculos a GNR encontra na sua atuação – na *internet* e fora dela – no combate ao fenómeno de violência infantil?

No caso da internet é a velocidade com que há o desenvolvimento dessas relações sociais que não nos permite monitorizar ou reagir perante aquilo que nós vamos assistindo na internet quer por motivos de serviço quer pessoalmente. Esses tipos de comportamentos são facilmente identificáveis na internet e não há capacidade para reagir perante ele todos. Depois, por mais proximidade e confiança que a Guarda possa ter muitas das situações não são denunciadas por receio das próprias vítimas. (...)

PARCERIAS DA GNR

15. Com que entidades/organizações colabora a RPC?

Microsoft, Disney, Centro de Internet Segura, UNICEF, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, CIG [Comissão de Igualdade de Género], Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas, Fundação PT, CPCJ, Pantallas Amigas, órgãos de comunicação social no âmbito da divulgação, escolas, entre muitas outras.

16. Quais são exatamente as formas de colaboração com as entidades/organizações que mencionou?

Apoio para realização de vídeos (...), realização de apresentações de PowerPoint (...), ações de sensibilização em conjunto, entre outros conteúdos diversos. Órgãos de comunicação social no âmbito da divulgação. Apoio à formação dos militares (...).

17. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades que mencionou, por favor indique quais são as principais vantagens dessa colaboração.

(...) permitem dar visibilidade às ações, contribuindo para um aumento do número de pessoas atingidas e para uma maior reflexão sobre a temática. Facilita o desenvolvimento dos conteúdos na formação dos militares. Ações mais apelativas (...). Acompanhamento de crianças facilitado e otimizado.

18. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades que mencionou, por favor indique se existem obstáculos nessa colaboração. Se sim, quais?

Não acho que haja. (...)

19. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades que mencionou, por favor indique no seu entender, que mudanças poderiam ser efetuadas no sentido de otimizar as formas de colaboração.

(...) a melhor forma de potenciar é mesmo através da iniciativa local [junto das SPC] que esperamos que seja potenciada através da formação, agora.

20. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades que mencionou, por favor indique qual ou quais considera mais importantes.

Numa perspetiva estratégica do Estado é a CPCJ e a CIG (...); e as escolas.

COMENTÁRIO FINAL

21. Tem algo a acrescentar à sua entrevista que não tem oportunidade de referir neste âmbito?

Não tenho nada a acrescentar.

Apêndice J – Resultado da Entrevista à SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Gonçalo Ribeiro

POSTO: Tenente

FUNÇÃO: Chefe da SSPC do Comando Territorial da GNR de Aveiro

GERAL

1. Está consciente das alterações provocadas pela nova NEP 3.58 de dezembro de 2017 que entrou em vigor no início do presente ano?

Sim.

2. As alterações foram já aplicadas na totalidade? Se não, quais e porque ainda não foram?

Praticamente (...) pouco alterou na SSPC (...). Mas algumas alterações nas SPC vão ser muito difíceis de aplicar (...).

3. Como funciona a relação de dependência técnica entre a RPC e esta SSPC e esta SSPC e as SPC dos Destacamentos ao longo do comando e como tem corrido essa relação?

(...) habitualmente as SPC dos Destacamentos correspondem-se aqui com a SSPC e somos nós que resolvemos os assuntos ao nível do comando, seja constrangimentos, dificuldades, pedido de meios, de algum apoio que seja necessário, até esclarecimentos de dúvidas e, também, formação ministerial. (...) a RPC fornece-nos tudo o que é conteúdos, apresentações, novas temáticas, novos assuntos, ou seja, a inovação e a instrução em termos de novos conteúdos gerais, comuns a toda a Guarda (...).

4. Vê alguma vantagem ou desvantagem naquilo que a nova NEP 3.58 apresenta no âmbito da organização e competências das unidades com responsabilidades de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário como a sua SSPC?

(...) eles [os militares da SPC] apresentam-se perante o cidadão como sendo o Guarda bom. Há o Guarda bom e o Guarda mau: o Guarda bom é o que aconselha e o Guarda mau multa (...) metê-los nos dois lados da barricada, digamos assim, depois não conseguem inspirar essa confiança nos cidadãos (...). Perdem aquela proximidade que se criou, aquela relação de confiança. Esta separação é algo bom que a NEP vem prever. (...) define melhor a estrutura. (...) dá mais força ao policiamento comunitário. (...) não há efetivo para cumprir a NEP (...) estes constrangimentos dificultam com que a NEP seja cumprida na sua plenitude.

VIOLÊNCIA SOBRE CRIANÇAS E JOVENS (ANÁLISE DA PERCEÇÃO QUE HÁ DESTE FENÓMENO)

5. Dos tipos de situações de violência, quais considera existir com mais frequência?

(...) as ocorrências mais comuns, hoje em dia, prendem-se com a ofensa à integridade física, não só entre jovens, mas também entre jovens e adultos, não necessariamente entre pai e filho, mas às vezes pais de um jovem sobre outros jovens que tem resílios com os filhos desses pais (...). É muito comum entre jovens o bullying, o stalking (...) o que sobressai mais em termos de comunicação social e sociedade em geral são os crimes que têm mais alguma gravidade, nomeadamente abusos sexuais a crianças e jovens, porque não é seja assim tão raro quanto isso, mas como não é tão comum tem mais relevância e é um crime que choca mais a sociedade (...). Muito tem a ver com as redes sociais, nós alertamos muito os jovens para que não partilhem conteúdos íntimos no Facebook ou WhatsApp ou outras plataformas desse género, porque são jovens, são crianças, são ingênuos e muitas vezes deixam-se levar por ser rebelde (...).

6. Em que circunstâncias ocorrem esses tipos de violência?

Nas escolas é mais comum haver violência entre os jovens, (...) acontece várias vezes situações de violência doméstica em casa, de pais para filhos (...).

7. Como se traduz o perfil do agressor/ofensor nas diferentes situações de violência infantil? Se é diferente em cada tipo de violência, explicita para cada um a sua caracterização.

(...) os agressores, na generalidade das vezes, são os mais populares, os que vestem a roupa da moda, são maiores, mais altos, mais fortes, às vezes já repetiram alguns anos e em idades mais novas, um ou dois anos de diferença em termos de porte físico faz toda a diferença. (...) muitos deles são jovens que no dia-a-dia nem se destacam enquanto agressores, mas atrás do computador para também fazerem parte do grupo e porque se sentem mais à vontade, ninguém está a olhar, ninguém os está a controlar, acabam por também praticar atos de bullying, ou difamação de alguém. (...)

8. Como caracteriza a vítima de violência infantil? Se é diferente em cada tipo de violência, explicita para cada um a sua caracterização.

(...) a vítima é alguém mais frágil, portanto física, emocionalmente, que tem eventualmente comportamentos que não são o padrão, portanto às vezes os rapazes por serem mais tímidos, mais meigos, algo deste género são os discriminados pelos outros e as raparigas por se vestirem de forma diferente, por serem mais pobres (...).

9. Qual o papel dos pais no combate ou na produção de violência sobre crianças e jovens?

(...) é o papel mais importante. Porque os pais são o principal educador dos filhos e essa é uma das principais funções das quais eles têm obrigação de não se demitirem (...) aquilo que os pais sensibilizarem os miúdos que devem fazer e o que é correto é acima de tudo o que vai conduzir a que eles tenham ou deixem de ter determinadas ações, determinados comportamentos, sejam agressivos ou de passividade perante essa agressão. (...) é também importante os pais sensibilizarem os jovens que quando são vítimas de um crime não é uma vergonha denunciarem.

10. De que forma a internet pode ser um catalisador do fenómeno da violência infantil?

(...) jovens sentem-se mais à vontade, escondem-se atrás do computador e cometem crimes, com sentimento de impunidade (...).

ACÇÕES DA SSPC DE AVEIRO

11. De que forma os militares da SSPC e das SPC se destacam dos restantes militares das unidades territoriais da GNR?

Não tanto a SSPC, mas os militares da SPC acima de tudo destacam-se por fazer o papel, entre aspas, do Guarda bom, o Guarda que aconselha, que recomenda, que está ali para ajudar e não está ali para reprimir. E só assim é que a população também se sente à vontade para interagir connosco, para expor os problemas porque vê naquele Guarda um amigo e não um agente de autoridade (...).

12. Considera todos os militares da GNR preparados para este tipo de ações de prevenção criminal?

Não, nem todos os militares estão aptos para irem para a SPC. (...) é preciso ter um perfil diferente (...). (...) principalmente pelo público-alvo com que trabalham – crianças, jovens e idosos – é preciso ter uma capacidade de gerar empatia acima da média, e que nem todos têm. Não é um defeito é apenas uma característica. (...) além disso é preciso ter um gosto pessoal (...).

13. Que tipo de mensagens a SSPC passa às crianças e aos jovens no âmbito do combate à violência infantil?

Fica a cargo das SPC.

14. Que tipo de mensagens a SSPC passa aos adultos/entidades (escolas, associações, ...) no âmbito do combate à violência infantil?

Fica a cargo das SPC.

15. Como atua a SSPC na prevenção deste fenómeno no mundo cibernético?

Não atua.

16. Que obstáculos a GNR encontra na sua atuação – na *internet* e fora dela – no combate ao fenómeno de violência infantil?

Grande parte dos obstáculos vem ainda da cultura que havia alguns anos atrás, em que a GNR é uma força essencialmente repressiva e ainda há alguma tendência em não exercer laços de proximidade com os nossos militares (...). Outro obstáculo é a pouca frequência com que nós exercemos as ações, ou seja, devido ao baixo número de militares

que temos nas SPC eles não conseguem voltar às mesmas escolas e aos mesmos idosos com a frequência desejada (...).

PARCERIAS DA GNR

17. Com que entidades/organizações colabora a RPC?

É mais frequente serem as SPC nos destacamentos a estabelecerem as parcerias (...).

COMENTÁRIO FINAL

18. Tem algo a acrescentar à sua entrevista que não tem oportunidade de referir neste âmbito?

A violência ou os crimes sobre crianças e jovens, principalmente através dos meios informáticos está a aumentar exponencialmente. (...) banalizou-se a informação. A quantidade de informação a que eles têm acesso é tanta que julgam que é normal toda a gente também ter acesso à informação deles, e então acabam por fornecer muita informação que os coloca em risco. (...) nós estamos a remar contra a maré – sociedade incita ao uso dos equipamentos informáticos e nós sem desincentivar esse uso, porque é óbvio que a sociedade evolui nesse sentido, estamos ao mesmo tempo a dizer para usarem com cautela. E embora as duas coisas possam ocorrer em simultâneo para as crianças é difícil julgo eu, que se perde a dinâmica. (...) a violência, principalmente em ambiente escolar, já existe à bastante tempo, agora está a dar-se mais importância a isso, a sociedade está mais sensibilizada para essa temática portanto, já existe, continua a existir com alguma frequência e é difícil prever qual será a evolução que tem ou que terá nos próximos anos. Relativamente, aqui à NEP, esta caminha num sentido positivo, dá mais força aqui à questão da prevenção, temos de apostar mais na prevenção e na educação para as temáticas da segurança. No entanto, a instituição ainda não poderá estar bem sensibilizada para fazer cumprir a NEP com todo o sentido e alcance que ela pretende. Mas julgo que vamos no bom caminho.

Apêndice K – Codificação Alfanumérica e Cromática e Resultado das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro

K.1. Codificação Alfanumérica e Cromática

Quadro 44. Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro

Questão (Q)	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo (UR)
1. Está consciente das alterações provocadas pela nova NEP 3.58 de dezembro de 2017 que entrou em vigor no início do presente ano?	Consciencialização para a nova NEP 3.58	Sim	B1.A.1
		Quase todas	B1.A.2
2. As alterações foram já aplicadas na totalidade na sua SPC? Se não, quais e porque ainda não foram?	Aplicação das alterações da nova NEP 3.58	Tudo igual	B2.A.1
		Mudou o nome	B2.A.2
		Impossível alterar por falta de meios	B2.A.3
		Falta atribuir formação aos militares	B2.A.4
		Falta esclarecimento do comando para alterar	B2.A.5
3. Como funciona a relação de dependência técnica entre a RPC e as SPC e a SSPC e as SPC dos Destacamentos ao longo do país e como tem corrido essa relação?	Relação RPC-SPC e SSPC-SPC	Contactamos a SSPC antes da RPC	B3.A.1
		Entramos diretamente em contacto com a RPC	B3.A.2
4. Vê alguma vantagem ou desvantagem naquilo que a nova NEP 3.58 apresenta no âmbito da organização e competências das unidades com responsabilidades de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário como a sua SPC?	Vantagens da nova NEP 3.58	Sargento a chefiar	B4.A.1
		Militares exclusivos à SPC	B4.A.2
		Formação prevista	B4.A.3
		Bem estruturada e organizada	B4.A.4
		Esclarece o serviço	B4.A.5
	Desvantagens da nova NEP 3.58	Impossível de aplicar dado o efetivo	B4.B.1
		Centralização na RPC	B4.B.2
5. Quais os tipos de violência sobre crianças e jovens que considera que ocorram de forma mais frequente?	Perceção acerca dos tipos de violência infantil que ocorrem	Bullying	B5.A.1
		Difamação	B5.A.2
		Ameaças	B5.A.3
		Abuso sexual a menores de 14 anos	B5.A.4
		Violência doméstica	B5.A.5
		Negligência	B5.A.6
		Furto	B5.A.7
		Ofensa à integridade física simples	B5.A.8
		Em casa	B6.A.1

6. Em que circunstâncias e contextos esses tipos de violência ocorrem (ex.: de forma aleatória, em festas, na escola, em casa, ...)?	Percepção acerca das circunstâncias em que ocorre violência infantil	Na escola	B6.A.2
7. Como se traduz o perfil do agressor/ofensor nas diferentes situações de violência infantil?	Percepção acerca do perfil do agressor	Socialmente débil	B7.A.1
		Economicamente débil	B7.A.2
		Famílias destruídas	B7.A.3
		Dificuldades escolares ou baixas habilitações literárias	B7.A.4
		Fisicamente mais fortes	B7.A.5
8. Como caracteriza a vítima de violência infantil?	Percepção acerca do perfil da vítima	Famílias bem estruturadas	B8.A.1
		Socialmente bem	B8.A.2
		Economicamente bem	B8.A.3
		Economicamente débil	B8.A.4
		Diferentes das outras crianças e jovens	B8.A.5
		Socialmente débil	B8.A.6
		Fisicamente débil	B8.A.7
9. Qual o papel dos pais no combate ou na produção de violência sobre crianças e jovens?	Papel dos pais no fenómeno da violência infantil	Famílias destruídas	B8.A.8
		Fundamentais para o combate e para a produção	B9.A.1
10. De que forma a <i>internet</i> pode ser um catalisador do fenómeno da violência infantil?	A <i>internet</i> no fenómeno de violência infantil	Não afeta	B10.A.1
		Afeta pelos conteúdos violentos	B10.A.2
		Afeta porque os torna doentes e viciados	B10.A.3
		Afeta porque nem se apercebem dos crimes que cometem	B10.A.4
		Afeta porque gera desresponsabilização	B10.A.5
		Ajuda no combate à violência infantil	B10.A.6
		Afeta porque os expõe	B10.A.7
11. De que forma os militares da SPC se destacam dos restantes militares das unidades territoriais da GNR?	Os militares da SPC face aos restantes	Melhor comunicação	B11.A.1
		Mais sensibilidade	B11.A.2
		Mais proximidade	B11.A.3
		Mais preocupados com ouvir e não com reprimir	B11.A.4
		Características inatas de uma pessoa	B11.A.5
12. Considera todos os militares da GNR preparados para este tipo de ações de prevenção criminal e policiamento comunitário?	Preparação dos militares da GNR para funções na SPC	Não	B12.A.1
		Sim, com formação	B12.A.2
13. Que tipo de mensagens a GNR passa às crianças e aos jovens no âmbito do combate à violência infantil?	Mensagens passadas a crianças e jovens	Comportamentos corretos	B13.A.1
		Respeito mútuo	B13.A.2
		Visão da GNR como amigo	B13.A.3
		Incentivo à partilha de informação com GNR	B13.A.4

14. Que tipo de mensagens a GNR passa aos adultos/entidades (escolas, associações, ...) no âmbito do combate à violência infantil?	Mensagens passadas a adultos e entidades	Alertar para perigos da internet	B14.A.1
		Sensibilizar para o fenómeno de violência infantil	B14.A.2
		Não há adesão dos pais à partilha da mensagem	B14.A.3
		Estar atentos	B14.A.4
		Mesma mensagem que se passa às crianças	B14.A.5
15. Como atua esta SPC na prevenção deste fenómeno no mundo cibernético?	Atuação da SPC na internet	Não atua	B15.A.1
16. Que obstáculos a SPC encontra na sua atuação – na internet e fora dela – no combate ao fenómeno de violência infantil?	Obstáculos da SPC na partilha da mensagem	Adesão dos pais é deficitária	B16.A.1
		Falta de recurso humanos	B16.A.2
		Falta de apresentações informativas	B16.A.3
		Falta de formação	B16.A.4
		Não há obstáculos	B16.A.5
		Vergonha das pessoas	B16.A.6
		Má imagem da GNR	B16.A.7
17. Com que entidades ou organizações colabora esta SPC?	Parcerias da SPC	Todas as possíveis	B17.A.1
		Câmara municipal	B17.A.2
		CPCJ	B17.A.3
		Associações de pais	B17.A.4
		Casa da juventude	B17.A.5
		Várias IPSS	B17.A.6
		Escolas	B17.A.7
		Centros de saúde	B17.A.8
		Segurança social	B17.A.9
		Órgãos de comunicação social	B17.A.10
18. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações ou entidades que mencionou, por favor indique quais são as principais vantagens dessa colaboração.	Vantagens das parcerias	Partilha de informação	B18.A.1
		Mais visibilidade	B18.A.2
		Proximidade com o problema	B18.A.3
		Responsabilização de todos	B18.A.4
		Desburocratização	B18.A.5
19. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações ou entidades que mencionou, por favor indique se existem obstáculos nessa colaboração. Se sim, quais?	Obstáculos das parcerias	Muita burocracia	B19.A.1
		Pouca autonomia	B19.A.2
		Não há obstáculos	B19.A.3
		Ideia de que a GNR se vai intrometer em funções alheias	B19.A.4
20. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações ou entidades que mencionou, por favor indique no seu entender, que mudanças poderiam ser	Mudanças para otimizar as parcerias	Desburocratizar a partilha de informação	B20.A.1
		Está tudo otimizado	B20.A.2
		Revisão genérica do sistema de proteção de crianças e jovens	B20.A.3

efetuadas no sentido de otimizar as formas de colaboração.		Reuniões mensais formalizadas entre instituições	B20.A.4
		Revisão da NEP 3.58 de forma a simplificar	B20.A.5
		Mais autonomia	B20.A.6
21. Considerando a experiência e os resultados da colaboração com as organizações/entidades que mencionou, por favor indique qual ou quais considera mais importantes.	Parceiras mais importantes	CPCJ	B21.A.1
		Escolas	B21.A.2
		Centros de saúde	B21.A.3
		Todas	B21.A.4
		Câmara municipal	B21.A.5
22. Tem algo a acrescentar à sua entrevista que não tem oportunidade de referir neste âmbito?	Complemento à entrevista	Falta de meios humanos	B22.A.1
		Todos os militares deveriam passar pela SPC	B22.A.2
		Depende do Governo também	B22.A.3

Fonte: Elaboração Própria

K.2. Resultado das Entrevistas

Quadro 44. Resultado das Entrevistas às SPC do Distrito de Aveiro

Q	Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
1	E16	B1.A.2	“talvez não todas, mas de modo geral sim”
	E17	B1.A.1	“sim”
	E18	B1.A.1	“sim”
	E19	B1.A.1	“sim”
	E20	B1.A.1	“sim”
	E21	B1.A.1	“sim”
2	E16	B2.A.1	“continuamos exatamente como estávamos”
		B2.A.2	“mudou a nomenclatura”
	E17	B2.A.2	“em teoria sim, mudou; mudou o nome”
		B2.A.3	“na prática, para isto funcionar, precisávamos de pelo menos mais dois elementos”
	E18	B2.A.4	“atribuição da formação aos militares não foi implementada”
		B2.A.3	“falta de meios materiais e humanos para as alterações”
		B2.A.1	“tudo como estava”
	E19	B2.A.3	“faltam efetivos para implementar todas as alterações”
		B2.A.2	“mudou o nome”
	E20	B2.A.1	“não foram, nem serão tão depressa; até a NEP anterior nunca foi aplicada a 100%”
3	E16	B3.A.1	“é contactada a SSPC, sempre por via hierárquica”
		B3.A.2	“contactamos a RPC em Lisboa, não há entraves”
		B3.A.1	“questões relacionadas com o serviço, tratamos aqui [com a SSPC], está tudo bem articulado”
	E18	B3.A.1	“raramente contactamos a RPC, apenas a SSPC”
	E19	B3.A.1	“há muito contacto com a SSPC, não com a RPC”
	E20	B3.A.2	“estamos à vontade com a RPC em Lisboa, pegamos no telefone, ligamos e somos bem atendidos”
	E21	B3.A.1	“não há muita relação com a RPC mas tem se verificado um aumento”
		B3.A.1	“não há muita relação com a RPC mas tem se verificado um aumento”
4	E16	B4.A.1	“um Sargento a chefiar, acho que isso traz várias vantagens”
		B4.A.2	“militares afetos exclusivamente à SPC”
		B4.A.3	“a formação que se prevê é uma vantagem”
	E17	B4.B.1	“dificuldade de colocar em prática porque não há efetivo nem meios”
		B4.A.4	“ainda assim, é uma NEP que deixa a SPC bem estruturada, teoricamente”
	E18	B4.A.2	“uma grande vantagem é a especialização dos elementos da SPC”
		B4.A.3	“a formação é também vantajosa”
	E19	B4.A.4	“boa organização da SPC”
		B4.B.2	“está tudo muito centralizado na RPC, deveria haver uma descentralização”
	E20	B4.A.5	“esclarece o serviço desenvolvido pela SPC”
		B4.B.1	“difícil de aplicar o que a NEP pretende por falta de efetivo”
	E21	B4.A.5	“mais definição do serviço da SPC”
		B4.A.3	“a formação que nos prometeram é mais uma vantagem”
		B4.B.1	“temos ainda assim poucos elementos para aplicar esta NEP”
5	E16	B5.A.1	“bullying”
		B5.A.2	“difamação”
		B5.A.3	“ameaças”
		B5.A.4	“abuso sexual, mas não tanto, especialmente de adultos com crianças”
	E17	B5.A.5	“violência doméstica deve estar no topo, sei porque estive muito tempo na CPCJ”

		B5.A.6	“negligências”
		B5.A.4	“abuso sexual a menores”
		B5.A.1	“bullying”
	E18	B5.A.5	“violência doméstica”
	E19	B5.A.7	“furto”
		B5.A.5	“violência doméstica”
	E20	B5.A.8	“ofensa à integridade física simples”
		B5.A.7	“furto”
		B5.A.3	“ameaças”
	E21	B5.A.5	“violência doméstica, mas estes casos não nos chegam a nós [SPC]”
		B5.A.8	“ofensas à integridade física”
		B5.A.3	“ameaças”
		B5.A.1	“por vezes situações de <i>bullying</i> ”
6	E16	B6.A.1	“fundamentalmente em casa”
		B6.A.2	“na escola, quando falamos de ofensas à integridade física e ameaças”
	E17	B6.A.1	“em casa”
	E18	B6.A.1	“em casa”
	E19	B6.A.2	“em contexto escolar”
	E20	B6.A.2	“não muito em contexto familiar, mais escolar, mas não tanto como se fala”
	E21	B6.A.2	“entre pares, na escola”
7	E16	B7.A.1	“quadro social debilitado”
		B7.A.2	“quadro económico debilitado”
		B7.A.3	“famílias destruturadas e as crianças crescem sem referências”
	E17	B7.A.2	“fragilidades económicas”
		B7.A.3	“fragilidades familiares”
		B7.A.4	“baixas habilitações literárias”
	E18	B7.A.4	“percurso escolar pouco regular”
		B7.A.3	“problemas familiares”
	E19	B7.A.1	“baixa classe social”
		B7.A.5	“mais fortes fisicamente”
	E20	B7.A.3	“contexto familiar precário”
		B7.A.4	“quando são pais, com precaridade ao nível da educação”
		B7.A.2	“precaridade económicas”
8	E16	B8.A.1	“bem estruturadas familiarmente”
		B8.A.2	“bem inseridas socialmente”
		B8.A.3	“bem economicamente”
	E17	B8.A.4	“pobreza”
	E18	B8.A.5	“com características diferenciadoras face às outras crianças”
	E19	B8.A.6	“debilidade social”
		B8.A.7	“debilidade física”
	E20	B8.A.6	“debilidade social, fecham-se muito”
	E21	B8.A.7	“frágeis fisicamente”
		B8.A.8	“com fragilidade familiar”
9	E16	B9.A.1	“fundamentais dado que a educação parte deles”
	E17	B9.A.1	“responsáveis por muita negligência, logo são fundamentais para evitar que estes fenómenos ocorram”
	E18	B9.A.1	“fundamental, a família é o primeiro pilar na educação”
	E19	B9.A.1	“fundamental, até porque o que se tem visto é muita negligência”
	E20	B9.A.1	“fundamental, mas acabam por ser muito negligentes”
	E21	B9.A.1	“é especulativo, mas julgo serem fundamentais, pois está relacionado com o que falámos à pouco da debilidade familiar”
10	E16	B10.A.1	“não”
	E17	B10.A.2	“jogos <i>online</i> , vício do jogo (...) jogos violentos”

		B10.A.3	“patologia, estão doentes, precisam de ajuda urgente (...) problemas não para nós mas para a área da saúde”
		B10.A.4	“crimes são cometidos e os jovens nem se apercebem disso”
		B10.A.5	“desresponsabilização nas redes sociais, julgam que desligam aquilo e a coisa está resolvida”
	E18	B10.A.6	“a <i>internet</i> pode ser algo bom e combater a violência infantil”
		B10.A.2	“conteúdo violento, há demasiada exposição a violência (...) potencia violência noutros meios”
	E19	B10.A.2	“a gente abre a <i>internet</i> e não falta violência”
		B10.A.7	“ficam demasiado expostos; miúdos com nove ou dez anos que já têm canais no <i>youtube</i> ”
	E20	B10.A.2	“jogos violentos (...) os miúdos vão crescendo nessa agressividade”
11		B10.A.5	“ideia de que o que se faz <i>online</i> não provoca nada (...) escondem-se atrás das redes sociais”
	E21	B10.A.2	“manifestações de violência e a curiosidade humana vai procurar os aspetos mais negativos”
		B10.A.5	“vulgarização do «Todos fazem!» como forma de desresponsabilizar”
	E16	B11.A.1	“têm mais facilidade em comunicar”
		B11.A.2	“há outra sensibilidade em ouvir pessoas”
		B11.A.3	“maior proximidade com o público”
		B11.A.4	“mais preocupados com ouvir do que com fazer participações, repreender, escrever, atuar”
	E17	B11.A.5	“nasce connosco e resulta também da experiência”
	E18	B11.A.4	“temos uma perspetiva mais preventiva e não repressiva (...) o nosso trabalho não se traduz em trabalho escrito (...) muitas vezes o nosso trabalho fica por conversas e por conselhos”
		B11.A.2	“mais sensibilidade”
	E19	B11.A.2	“temos mais sensibilidade”
	E20	B11.A.4	“somos mais apaziguadores das situações”
		B11.A.1	“comunicamos de forma diferente e com mais facilidade”
		B11.A.2	“as patrulhas não têm tanta sensibilidade porque a função deles é outra”
	E21	B11.A.3	“mais proximidade”
		B11.A.4	“vêm em nós um apoio (...) ao contrário do posto que vêm como quem os vai reprimir (...) ouvir e ajudar”
12		B11.A.2	“maior sensibilidade”
	E16	B12.A.1	“não”
	E17	B12.A.1	“não”
	E18	B12.A.2	“sim, com a devida formação”
	E19	B12.A.1	“não”
	E20	B12.A.1	“não”
	E21	B12.A.2	“a formação é importante (...) julgo que um militar colocado nesta postura adquire ele próprio uma atitude diferente”
13	E16	B13.A.1	“comportamentos corretos”
	E17	B13.A.2	“respeito pelo outro, respeito uns pelos outros”
		B13.A.1	“comportamentos de segurança e corretos”
	E18	B13.A.3	“transmitir que a GNR é amiga (...) que podem recorrer para ajuda e aconselhamento”
	E19	B13.A.1	“mensagens genéricas de comportamentos não desviantes”
	E20	B13.A.3	“ver a GNR como um amigo”
		B13.A.4	“incentivar a partilha de informação”
	E21	B13.A.1	“sensibilizamos para comportamento seguros e corretos, como cidadão cívico”
14	E16	B14.A.1	“alertamos para os perigos da internet”
		B14.A.2	“sensibilização sobre o <i>bullying</i> ”
	E17	B14.A.3	“não há adesão dos pais (...); não sinto que estejam obrigados os professores e assim nas escolas, mas a verdade é que são obrigados a estar lá”
	E18	B14.A.4	“vão no sentido de estarem atentos”
		B14.A.2	“vão no sentido de (...) conhecerem o fenómeno de violência infantil”

	E19	B14.A.3	“ações genéricas, mas que não abrangem os pais que deviam ser abrangidos, não aderem”
		B14.A.4	“estarem atentos aos filhos”
	E20	B14.A.3	“ações de sensibilização de qualquer assunto (...) mas os pais que nos interessavam que estivessem lá, nunca estão”
	E21	B14.A.5	“mensagem é a mesma: comportamentos seguros e corretos (...) é espetável que as crianças e jovens, por imitação, adquiram comportamentos que a sociedade considera adequados”
15	E16	B15.A.1	“não”
	E17	B15.A.1	“não, isso retira um militar da rua”
	E18	B15.A.1	“não”
	E19	B15.A.1	“ainda não”
	E20	B15.A.1	“não”
	E21	B15.A.1	“não diretamente por nós”
16	E16	B16.A.1	“os pais pensam que o filho deles é que está sempre bem”
	E17	B16.A.2	“muitos programas especiais e pouco efetivo para satisfazer todos”
	E18	B16.A.3	“falta de conteúdos para apresentar aos jovens”
		B16.A.2	“falta de recursos”
		B16.A.4	“falta de formação (...) pensamos que estamos a fazer um brilharete e se calhar não estamos a dizer as coisas corretas”
	E19	B16.A.5	“não há obstáculos, as crianças ouvem-nos e há uma relação entre as todas as entidades”
	E20	B16.A.1	“falta de adesão dos pais que deveriam estar presentes nas ações”
	E21	B16.A.6	“vergonha em falar connosco”
		B16.A.7	“imagem da GNR ainda com pouca proximidade às pessoas”
17	E16	B17.A.1	“muitas entidades, difícil clarificar quais”
		B17.A.2	“câmara municipal”
		B17.A.3	“CPCJ”
		B17.A.4	“associações de pais”
		B17.A.5	“casa da juventude”
		B17.A.6	“várias IPSS”
		B17.A.7	“todas as escolas e ATL”
	E17	B17.A.1	“todas as instituições imagináveis”
		B17.A.8	“centros de saúde”
		B17.A.2	“câmaras municipais”
		B17.A.6	“IPSS”
		B17.A.7	“agrupamentos escolares, (...) escolas”
		B17.A.9	“segurança social”
		B17.A.3	“CPCJ”
	E18	B17.A.2	“câmaras municipais”
		B17.A.3	“CPCJ”
		B17.A.7	“escolas e agrupamentos de escolas”
		B17.A.1	“todas as entidades em matéria de infância e juventude, nós trabalhamos com elas”
	E19	B17.A.7	“escolas”
		B17.A.4	“associações de pais”
		B17.A.3	“CPCJ”
		B17.A.6	“várias IPSS”
		B17.A.1	“muitas entidades e podem surgir ainda muitas outras”
	E20	B17.A.4	“associações de pais”
		B17.A.7	“escolas”
		B17.A.3	“CPCJ”
		B17.A.6	“IPSS de toda a área”
		B17.A.2	“câmaras e juntas de freguesia”
		B17.A.10	“esporadicamente com órgãos de comunicação social”
		B17.A.1	“várias entidades locais”
	E21	B17.A.1	“quase todas as entidades possíveis”
		B17.A.2	“câmara municipal”

		B17.A.8	“centros de saúde”
		B17.A.3	“CPCJ”
		B17.A.7	“escolas”
18	E16	B18.A.1	“partilha de informação”
	E17	B18.A.2	“mais visibilidade”
	E18	B18.A.1	“o poder de comunicação”
		B18.A.3	“proximidade com o problema”
		B18.A.4	“responsabilização do problema (...) proteção das crianças não pode ser só uma tarefa da polícia, tem de ser uma tarefa de todos”
	E19	B18.A.1	“troca de informação”
	E20	B18.A.5	“acaba com a burocracia (...) basta um telefonema e muitas vezes resolvem-se problemas”
	E21	B18.A.1	“ <i>feedback</i> origina muita informação e muita troca de informação”
19	E16	B19.A.1	“a partilha de informação tem de ser feita sempre de forma formal (...) muita burocracia”
		B19.A.2	“pouca autonomia para este tipo de relações”
	E17	B19.A.3	“nenhum obstáculo em especial, nós temos abertura para trabalhar”
	E18	B19.A.3	“não vejo problemas, ou pelo menos não são impeditivos a que o trabalho se realize”
	E19	B19.A.3	“nós aqui nunca tivemos obstáculos (...). Temos uma boa relação”
	E20	B19.A.1	“a burocracia que ainda assim existe”
	E21	B19.A.4	“ao início havia a ideia de intromissão no serviço alheio, como se pensassem que nos estávamos a intrometer nas funções deles”
20	E16	B20.A.1	“passa por desburocratizar a partilha de informação”
	E17	B20.A.2	“os anos trouxeram-nos à vontade (...) as coisas já estão num ponto que não temos necessidade de otimizar”
	E18	B20.A.3	“sistema de proteção de crianças e jovens devia ser revisto”
	E19	B20.A.4	“reuniões mensais formalizadas entre instituições”
	E20	B20.A.3	“mais simplicidade na aplicação da lei; lei (...) muito ambígua; cada um interpreta à sua maneira”
		B20.A.5	“mais simplicidade na aplicação (...) da NEP; (...) NEP muito ambígua; cada um interpreta à sua maneira”
	E21	B20.A.6	“estreitar as relações com os comandos (...) oferecer mais autonomia”
21	E16	B21.A.1	“a CPCJ, sem dúvida”
	E17	B21.A.2	“as escolas”
		B21.A.3	“os centros de saúde”
	E18	B21.A.2	“as escolas”
		B21.A.1	“a CPCJ”
	E19	B21.A.4	“todas têm o seu valor”
		B21.A.2	“as escolas”
		B21.A.1	“a CPCJ”
	E20	B21.A.4	“todas têm a sua importância dentro da missão e finalidade de cada uma”
		B21.A.2	“as escolas”
		B21.A.1	“as CPCJ”
	E21	B21.A.5	“a câmara municipal”
22	E16	B22.A.1	“falta de meios humanos compromete o serviço, o que a NEP pretende e até a imagem da GNR”
	E17	B22.A.2	“todos os militares deviam passar pela SPC, ter noção do trabalho preventivo”
	E18		
	E19	B22.A.1	“falta de efetivos”
	E20	B22.A.3	“não depende só da GNR tudo isto, depende do Governo”
		B22.A.1	“quando se criam normas para cumprir, tem que se garantir que há efetivos”
	E21		

Fonte: Elaboração Própria

Anexos

Anexo A – Pirâmide do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens Português

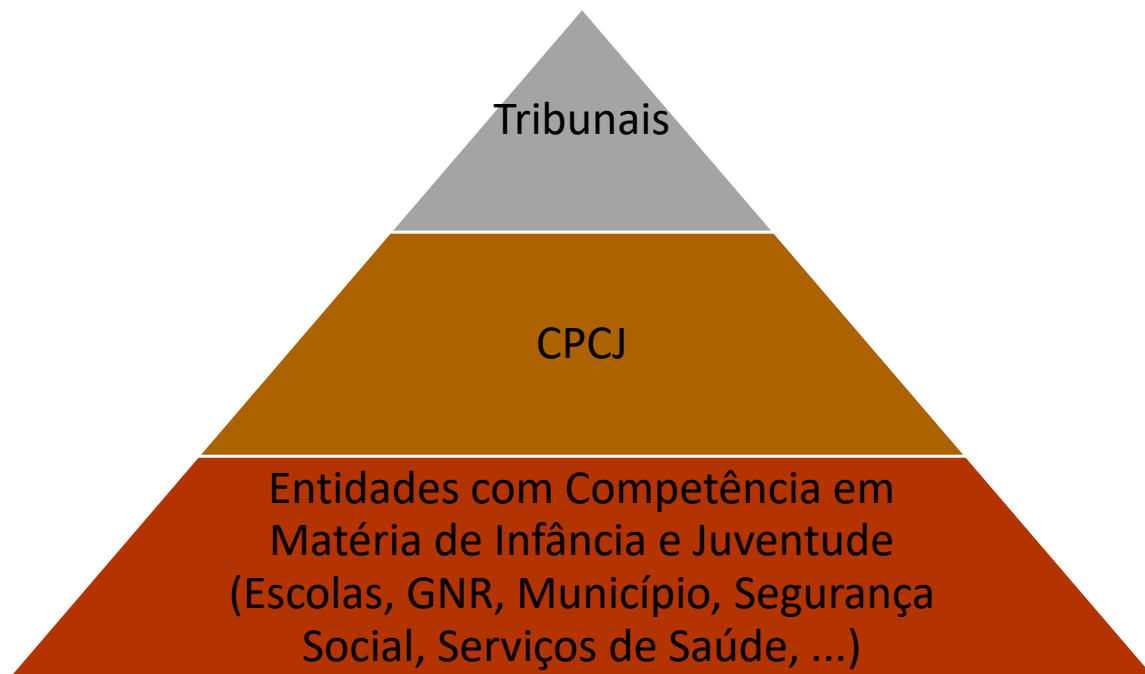


Figura 9. Pirâmide do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens

Fonte: Adaptado de CPCJ (2017)

Anexo B – Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo de Entrevista



Figura 10. Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo de Entrevista

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)